



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**TAMIRES DE JESUS MORAIS**

**GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES**  
**TRADICIONAIS: implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente**

**São Luís**

**2017**

**TAMIRES DE JESUS MORAIS**

**GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES**

**TRADICIONAIS:** implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Aline Soares Monteiro

**São Luís**

**2017**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Morais, Tamires de Jesus.

GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS :  
Implicações subjetivas em famílias deslocadas  
compulsoriamente / Tamires de Jesus Moraes. - 2017.  
130 p.

Orientador(a): Claudia Aline Soares Monteiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São  
Luís, 2017.

1. Deslocamento compulsório. 2. Grandes  
empreendimentos. 3. Implicações subjetivas. I. Monteiro,  
Claudia Aline Soares. II. Título.

# TAMIRES DE JESUS MORAIS

## GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES

**TRADICIONAIS:** implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### BANCA EXAMINADORA

---

**Cláudia Aline Soares Monteiro** (Orientadora)  
Doutora em Psicologia - UNB  
Departamento de Psicologia - UFMA

---

**Denise Bessa Léda**  
Doutora em Psicologia Social - UERJ  
Departamento de Psicologia - UFMA

---

**Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior**  
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) - UFRJ  
Departamento de Sociologia e Antropologia – UFMA

---

**Francisco de Jesus Silva de Sousa** (Suplente)  
Doutor em Psicologia Social e Jurídica – UERJ  
Departamento de Psicologia - UFMA

Onde há projetos há refugio. Nenhuma casa está realmente concluída antes que os dejetos indesejados tenham sido varridos do local da construção.

Quando se trata de projetar as formas do convívio humano, o refugio são os seres humanos (BAUMAN, 2005).

## AGRADECIMENTOS

A caminhada acadêmica, no mais das vezes, se apresenta fastidiosa, por isso requer, ao palmilhá-la, a guarida de coisas e pessoas que possam suavizá-la, para que se alcance o fim (se é que ela tem fim) de modo a cumprir nosso objetivo, ou pelo menos, instigar uma reflexão sobre os problemas que nos inquietam.

Nesta minha caminhada, encontrei muitos suavizadores e gostaria de aqui tentar agradecer a alguns deles, correndo ainda o risco de não citar outros.

A Deus e toda a minha família pelo constante apoio e pelos ensinamentos dados desde o início da vida.

Aos meus avós paternos, Neide e Manoel Athaliba, a minha eterna gratidão, pelo carinho, apoio, aos princípios repassados e a todos os momentos em que estiveram e estarão ao meu lado.

Aos meus avós maternos, Marina e Otávio (*in memorian*), pelos ensinamentos, por estarem presentes, sempre que necessário, e por representarem a força e o vigor de quem luta por uma vida melhor.

Aos meus irmãos, Samara, Athaliba Neto e Samira e minhas sobrinhas Sara e Raquel, por serem meus presentes de Deus, e por serem a viga de apoio que eu preciso para tocar a vida em frente. E aos primos-irmãos (Tairinne, Roberta e Miguel) que são sinônimo de atenção, carinho e respeito.

Aos meus tios Perachi e Tatiana pela disposição em ajudar em tudo que eu precisei nesses tantos anos de Universidade CEUMA (Ceuma) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por me tratarem como filha. À tia Bebel por ser uma tia-mãe sempre.

À minha mãe pela vida biológica e por toda a contribuição dada para a minha formação como ser humano.

Ao meu pai, Quildário (*in memorian*), por todas as boas lembranças que lhe tenho e pelo amor incondicional que jorra pelos olhos da minha alma quando me vem sua presença.

À Tonha que sempre acredita no meu potencial mesmo quando nem eu acredito. Agradeço pelas palavras de incentivo e pelo apoio dado, principalmente, quando eu estava estudando para entrar no mestrado em psicologia da UFMA.

Às amigas Carliane e Fernanda, que mesmo não estando presentes fisicamente no meu cotidiano, sempre estão a postos quando preciso, obrigada pela amizade, carinho e respeito.

À Marizélia Ribeiro, uma amiga que eu levo para a vida, pelos ensinamentos e a imagem de uma mulher, professora, médica, sindicalista que sonha e luta todos os dias por um mundo mais igual e melhor;

À professora Denise Bessa e ao Professor Horácio Antunes membros da banca examinadora pelas contribuições desde o texto da qualificação.

Aos colegas do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Psicologia Urbana (GEPPPU) por contribuírem com esta pesquisa, em especial Adriana Benvinda pela colaboração no trabalho de campo.

Agradeço às pessoas entrevistadas do residencial Nova Canaã que se dispuseram a participar deste trabalho por suas ricas contribuições e pelas reflexões valorosas.

Um agradecimento especial à minha orientadora Claudia Aline Monteiro, pela confiança, paciência, pela ternura e compreensão de muitas das minhas dificuldades.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI- UFMA) pela contribuição acadêmica, pelas excelentes discussões em sala de aula e por nos instigarem a pensar mais.

Aos colegas do mestrado em psicologia, os da turma 2015: Alex, Heitor, Solange, Paulo, Nívea, Rachel, Neemias, Bruna, Bruno, Ana Meire, Ana Alves, Vanessa, Luanny, Rafaele e Thaís, e às alunas especiais, Sara e Losiley, que muito contribuíram nas reflexões deste trabalho.

A Bartolomeu Mendonça pelo companheirismo e pelo amor que nele encontrei, que tem me feito muito bem, que mesmo em sua jornada árdua de escrita da tese de doutoramento nunca deixou de me incentivar e ouvir sempre que precisei.

À UFMA por ter me acolhido como estudante desde 2010, quando entrei na graduação em Comunicação Social.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA) pela bolsa de estudo, sem a qual este trabalho seria bem mais difícil.

Deste modo, a melhor parte não é o chegar ou partir, a melhor parte é o caminho que percorremos para chegar, são as contribuições de cada pessoa de um modo diferente, são os nossos esforços e o medo que conseguimos vencer para chegar onde chegamos. O que fica de melhor disso tudo são os convívios com pessoas diferentes, as aprendizagens em torno do caminho, as pessoas que conhecemos, as amizades que consolidamos e as reflexões e questionamentos que estimulamos.

À minha família e ao meu companheiro.  
Às pessoas que lutam todos os dias por seu pedaço de chão e de pão.

## RESUMO

Este trabalho aborda as questões atinentes ao processo de deslocamento compulsório de famílias em prol da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, com um enfoque aos processos intrínsecos aos modos e meios de vidas daqueles que são compulsoriamente retirados do lugar de onde viviam e produziam seu sustento, o lugar que os identificava, o qual já tinham se apropriado. Fazemos este estudo a partir do caso de implantação da UTE Porto Itaqui, da empresa Eneva, em São Luís - MA. Trata-se de uma proposta de investigação sobre como estes grupos deslocados elaboram seus modos e meios de vida em seu espaço de reassentamento. Para tanto, compararemos os modos e meios de vida das famílias e sua implicação ético-afetiva e comunitária antes e depois do deslocamento compulsório. Além de avaliarmos em que medida o processo de deslocamento interfere nas relações comunitárias desses sujeitos. Deste modo, o percurso da construção deste trabalho se dá pela via da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com entrevistas, utilizando a história oral de vida, para a produção textual do trabalho dissertativo.

**Palavras-chave:** Deslocamento compulsório. Grandes empreendimentos. Implicações subjetivas.

## **ABSTRACT**

This paper addresses the issues related to the process of compulsory displacement of families in favor of the implementation of major development projects, with a focus on the processes that are intrinsic to the ways and means of life of those who are compulsorily removed from the place where they lived and produced their livelihood, Place that identified them, which they had already appropriated. We make this study based on the case of implementation of the Porto Itaqui UTE, of the company Eneva, in São Luís - MA. It is a research proposal on how these displaced groups shape their ways and livelihoods in their resettlement space. To do so, we will compare the families' ways and livelihoods and their ethical-affective and community implications before and after compulsory displacement. Besides evaluating the extent to which the displacement process interferes in the community relations of these subjects. In this way, the course of the construction of this work is through bibliographic research, field research with interviews, using the oral history of life, for the textual production of the dissertative work.

**Keywords:** Compulsory displacement. Undertakings Great. Subjective Implications.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 FAMÍLIAS AMEAÇADAS DE DESPEJO NA PONTA DO SÃO FRANCISCO, EM 1972. ....	23
FIGURA 2 FATOR DE EMISSÃO DE GEE NA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE POR FONTE PRIMÁRIA FÓSSIL EM 2014 .....	39
FIGURA 3 LOCALIZAÇÃO DA UTE PORTO DO ITAQUI .....	40
FIGURA 4 FEIRA DO ANJO DA GUARDA.....	43
FIGURA 5 CASA EM VILA MADUREIRA .....	44
FIGURA 6 CASA EM VILA MADUREIRA .....	44
FIGURA 7 CASA EM VILA MADUREIRA .....	44
FIGURA 8 CASA EM VILA MADUREIRA .....	44
FIGURA 9 CASA EM VILA MADUREIRA .....	44
FIGURA 10 RESIDENCIAL NOVA CANAÃ.....	44
FIGURA 11 GOVERNO DO ESTADO: PROSPECÇÃO DA UTE PORTO DO ITAQUI.....	46
FIGURA 12 USINA TERMELÉTRICA PORTO DO ITAQUI - NO TERRITÓRIO DE VILA MADUREIRA ..	47
FIGURA 13 VISTA AÉREA DO RESIDENCIAL VILA NOVA CANAÃ .....	47
FIGURA 14 RANKING IDHM 2010 - ESTADOS DO BRASIL .....	54
FIGURA 15 RESIDENCIAL VILA NOVA CANAÃ.....	81
FIGURA 16 INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE VILA NOVA CANAÃ .....	82
FIGURA 17 RUA ASFALTADA DA VILA NOVA CANAÃ.....	82
FIGURA 18 QUIOSQUE PARA VENDA .....	86
FIGURA 19 GALPÕES DO POLO AGRÍCOLA.....	86

## **LISTA DE SIGLAS**

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão

CCH - Centro de Ciências Humanas

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CLA - Centro de Lançamento de Alcântara

DISAL - Distrito Industrial de São Luís

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ESEC - Estação Ecológica

GEDMMA - Grupo de Estudo: Desenvolvimento, modernidade e Meio Ambiente.

GESTA - Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPE-MA - Ministério Público Estadual

MPF-MA - Ministério Público Federal do Maranhão

MPF-PB - Ministério Público Federal da Paraíba

NEXIN - Núcleo de Pesquisa Exclusão-inclusão

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PIB - Produto Interno Bruto

RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SEDINC - Secretaria de Indústria e Comércio

SEMMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão

SOMAC - Sociedade Maranhense de Cultura Superior

SP - São Paulo

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UTE - Usina Termelétrica

CEUMA - Centro de Ensino Unificado do Maranhão

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DESLOCANDO VIDAS: uma análise psicossocial dos empreendimentos e reassentamentos em São Luís	21
2.1 O CASO VILA MADUREIRA	38
3. O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NAS RELAÇÕES DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO: o olhar da Abordagem Sócio Histórica	50
4. A SUBJETIVIDADE SOCIOESPACIAL HUMANA E O LUGAR DA VIDA COMUNITÁRIA: o olhar da Psicologia Ambiental	60
5. PERCURSO DE ANÁLISE: unidades e categorias	70
6 SOBREVIVENDO AOS EVENTOS DO COMPULSÓRIO	76
6.1 IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO	77
6.2 IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DO REASSENTAMENTO	93
6.3 IMPLICAÇÕES ÉTICO-AFETIVAS DA RELAÇÃO COM O NOVO ESPAÇO	105
7 CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR	114
REFERÊNCIAS	117
<b>APÊNDICE I</b> – Apresentação do Trabalho aos Moradores	127
<b>APÊNDICE II</b> – Roteiro de entrevista	128
<b>APÊNDICE III</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	129

## 1 INTRODUÇÃO

A terra é, no Brasil, fonte de desigualdade social, característica das relações atuais do capitalismo, que nos hierarquiza socialmente, que nos identifica. A terra nos desiguala e nos iguala, nos exclui ou inclui; não é simples local de moradia, ela representa toda a questão da vida, da cultura, do meio ambiente, toda uma forma de crença, de subjetividade e identidade do sujeito que nela habita, que nela constrói sua história, suas crenças e descrenças, seus sonhos e desencantos, e que dela retira seu sustento.

Mas a terra é também, historicamente, *locus* de conflitos, de especulação, de grilagem, de latifúndio. A terra, com seus recursos, é a base de sustentação do modelo de produção de qualquer sociedade. A sociedade industrial, urbana, cujo ordenamento produtivo se dá pela mediação do capital, tem gerado inúmeros conflitos com outras formas de uso do espaço, pelo que se tem observado uma forte tensão entre os grandes projetos desenvolvimentistas que prometem o desenvolvimento dos modos e meios de vida das comunidades tradicionais (ADRIANCE, 1996; GISTELINCK, 1988; SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009; GUIMARÃES, 1968).

Entendam-se *Grandes projetos de desenvolvimentistas* como sendo aquelas intenções ou efetivação de intenções de instalação e funcionamento de empreendimentos industriais, do agrohidronegócio, de infraestrutura, financiados e promovidos pelo Estado ou pelo capital privado ou por ambos, que mobilizam grandes quantidades de capital, trabalho, terra, insumos, com capacidade de impactar os grupos sociais e a economia local.

Estes diversos conflitos pela terra é o que tem encenado a realidade brasileira, em todas as suas regiões, embora de modo distinto espaço temporalmente. As regiões norte e nordeste têm sido alvo das tensões mais agudas desde a década de 1960. No caso do Estado do Maranhão, pertencente à Amazônia Legal, como em todo território nacional, a instalação de grandes empreendimentos tem levado ao deslocamento de inúmeros grupos e populações tradicionais (quilombolas, indígenas, camponeses, ribeirinhos, extrativistas), o que tem gerado insegurança e instabilidade nas relações cotidianas desses grupos. A subjetividade dos sujeitos passa por processos de reelaboração e ressignificação, nos conflitos com os promotores dos grandes empreendimentos. Ao fazerem estudo sobre comunidades deslocadas compulsoriamente, em casos de construção de usina hidrelétrica, Silva e Souza (2010) relatam sobre as perdas de referências espaciais, sociais e culturais:

A perda dos referenciais espaciais, sociais e culturais são consequências desse deslocamento, visto que todas as bases materiais sobre as quais foram

erigidos o modo de vida e produção dos atingidos, foram transformadas em um ‘fundo de lago’ e eles precisam se adaptar a novas condições de sobrevivência e reprodução de si (SILVA; SOUZA, 2010, p. 08).

No caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, os sonhos, as vidas, a produção de subsistência da comunidade foi transformada não em “fundo de lago”, mas em “amontoado de carvão” e muita poluição, ainda assim, prometendo o desenvolvimento, a empregabilidade aos jovens e a ilusão de melhores condições de vida aos que foram obrigados a dar seu lugar à usina, que terá vida útil de 25 a 30 anos.

Os desdobramentos do projeto de modernização e industrialização do Estado e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís (formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira e o da Alumar); a hidrelétrica de Estreito e a UTE Porto do Itaqui. Paralelo e associadamente a estas obras de infraestrutura foram instalados, neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral, todos eles com efetivação de deslocamentos compulsórios ou com comprometimento dos recursos ecológicos utilizados pelas comunidades tradicionais (GISTELINCK, 1988; SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009; PEREIRA, 2010; MENDONÇA, 2013).

Esse conjunto de iniciativas tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (que em muitos casos reivindicam a condição de populações tradicionais), através de reordenamento socioeconômico e espacial.

Desse processo, desde a década de setenta do século XX, os governos municipal e estadual do Maranhão tentam “transformar legalmente”, parte da zona rural de São Luís, capital do estado, em zona Industrial, afirmam Steinhorst Damasceno e Sant’Ana Júnior (2013). Para tanto, foram criadas pelo governo do estado, inicialmente, áreas industriais; em seguida, criou-se o Distrito Industrial (Disal), o que ainda não seria o suficiente para a

efetivação do Disal, por conta do que diz o Estatuto das Cidades (lei federal nº 10.257/2001). Steinhorst Damasceno e Sant’Ana Júnior (2013, p. 4-5) continuam:

(...) é o município que deve regulamentar a ocupação do solo em sua área de abrangência e a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís estabelece boa parte da área existente nas proximidades do complexo portuário e integrante do DISAL como sendo zona rural. Assim, estamos diante de um imbróglia jurídico.

Em São Luís, com a implantação de portos, terminais ferroviários, indústrias e da termelétrica, muitas famílias foram deslocadas, perderam tudo o que outrora construíram; levadas para áreas distantes das que costumavam viver. Muitas sem a menor condição de se reproduzir social e simbolicamente, pois foram afastadas do mar, fonte certa de proteína para toda família, além de espaço de lazer e de culto a ancestralidades. Do que esses indivíduos não de se reproduzir? Muitos moradores das circunvizinhanças não foram deslocados, porém, não deixam de sofrer consequências do tão aclamado “desenvolvimento”. Lima e Bonfim (2009, p. 495) afirmam que, “fatores estressantes como assaltos, a insegurança, criminalidade, poluição, ruídos, falta de saneamento do bairro, influenciam a relação entre as pessoas e o seu ambiente”. Acrescenta-se ainda que, os que não foram deslocados por resistirem inicialmente, com o tempo e as faltas de condições necessárias para sobreviver naquele local, acabam por pedir para sair, pois fica insustentável viver ali.

Foi no território da comunidade de Vila Madureira, de onde foram deslocadas 85 famílias, que se instalou a Termelétrica Porto do Itaqui, inicialmente do grupo MPX, que atualmente é operada pela ENEVA. Dos projetos que desalojaram inúmeras famílias, a comunidade Vila Madureira vivenciou todo o processo de perda do seu território, das suas referências, daquilo que lhe fazia ser uma comunidade, do lugar de pertencimento. Na comunidade, viviam 85 famílias tendo a unidade doméstica como forma de organização da produção. A etapa de deslocamento das famílias foi muito tensa, resultando em conflitos internos gerados por posicionamentos da MPX. Segundo diversos moradores cujos depoimentos foram registrados por Pereira (2010), apenas parte das benfeitorias foram indenizadas. As demais, por serem consideradas de pessoas *invasoras*<sup>1</sup>, não seriam contempladas.

---

<sup>1</sup> (...) recorrendo à memória de moradores mais antigos da Vila Madureira, eles relataram caso de “invasores” que ocuparam partes dos terrenos cedidos por moradores mais antigos e passaram à condição de “posseiros”. Essas pessoas também foram categorizadas, principalmente pelo Serviço de Responsabilidade Social da MPX, como “oportunistas”, isto é, ao saberem que os moradores da área poderiam ser indenizados, elas procuraram adquirir um terreno para conseguir tirar vantagens econômicas na condição de usuário das terras (GEDMMA, 2009, p. 7-9).

Os modelos hegemônicos da sociedade moderna, criados por aqueles que têm poderes econômicos, produzem necessidades de os sujeitos se modificarem, como se todos tivessem obrigação de se adequar a tal modelo. Logo, quem não está apto a consumir e a viver conforme o modelo posto não tem espaço no mundo, então, o que é tradicional passa a ser tratado como algo que precisa ser reinventado, modificado e ditado como algo que é pobre e que, portanto, merece ser revisto. Neste trabalho, nos ateremos ao caso da construção da usina termelétrica (UTE) Porto do Itaqui e a destruição da comunidade de Vila Madureira.

Investigar como se deram os arranjos e rearranjos dos modos de vida dos grupos deslocados compulsoriamente, suas relações subjetivas com o antigo (Vila Madureira) e o novo lugar (Vila Residencial Nova Canaã), poderá servir de pistas para compreender reações e inferir resultados mais ou menos gerais sobre situações nas quais grupos sociais são reassentados em contextos diversos dos quais viviam anteriormente e quais as consequências emocionais e psicossociais para os sujeitos arrancados do seu lugar de vivência e de que modo isto pode impactar as formas de relacionamento na sociedade. São pessoas que tinham uma história no seu local, que tinham uma identidade: o (a) pescador (a), por exemplo. E agora, quem é ele/ela?

Partindo da ideia de que a subjetividade humana se forma na relação com o outro e com o meio em que vive, como afirma Gonçalves (2010), como há de ficar a formação subjetiva dos moradores em condições em que lhes é retirado o próprio lugar em que vivem?

Os suportes teóricos, atinentes à pesquisa ora apresentada nesta dissertação, se assentam nas produções que enfocam os deslocamentos compulsórios, com casos empíricos em São Luís (GISTELINK, 1988; ALVES; SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007; PEREIRA, 2010; CARVALHO MARTINS, 2012; MENDONÇA, 2013; STEINHORST DAMASCENO; SANT'ANA JÚNIOR, 2013; CARVALHO; CIDADE, 2014; GEDMMA, 2009, 2014), some-se a uma contextualização sobre as questões de deslocamento no Brasil e no estado do Maranhão (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; MAGALHAES, 2007; TEMPS, 2013) e aos estudos da psicologia ambiental e sócio histórica sobre identidade social e identidade de lugar, a subjetividade socioespacial, sobre a questão do apego ao lugar e as relações comunitárias, além das relações pessoa-ambiente (AGUIAR, 2007; BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007; ELALI; MEDEIROS, 2011; GONÇALVES, 2007, 2007B, 2010; CAVALCANTE; ELALI, 2011; CAMPOS, 2012; LIMA; BONFIM, 2009; MOURÃO; CAVALCANTE, 2011; PINHEIRO; GÜNTHER, 2008; VASCONCELOS, 2012).

A metodologia empregada neste trabalho nos permitiu compreender as contradições objetivas do capitalismo e nos deu também a possibilidade de descobrir sua contradição essencial. Junto a isto, utilizamos como aporte teórico a psicologia Sócio-Histórica, a qual baseia-se na psicologia histórico cultural de Vigotski e que desta forma, se apresenta como uma alternativa teórica da psicologia que tende a superar as visões dicotômicas e reducionistas existentes, trabalhando então, a partir de uma perspectiva que considera que a contradição está presente no fenômeno psicológico (BOCK, 2007).

Durante a pesquisa de campo realizamos entrevistas 03 individuais (sendo duas entrevistas realizadas dia 11 de dezembro de 2016 e a terceira, no dia 11 de janeiro de 2017) e uma atividade coletiva (realizada dia 08 de dezembro de 2016) que contou com a participação de 11 moradores que fazem parte da Associação do Polo Agrícola e que realizam atividades de horticultura. Por uma questão de resguardar os reassentados, não utilizamos seus nomes no trabalho, substituímos por números que os representam. É importante ressaltar que os entrevistados individualmente também fizeram parte da atividade em grupo e que os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participarem das entrevistas. Do material coletado foi realizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) que subsidiou a construção deste trabalho. Deste modo, o que nos guiou como base metodológica foram as concepções do materialismo histórico dialético, a partir da psicologia Sócio-Histórica (AGUIAR, 2015; BOCK, 2009; FREITAS, 2002).

Assim, este trabalho foi organizado em sete capítulos. Sendo o primeiro a introdução, que visa assinalar de que forma abordamos a temática. No capítulo dois, o leitor encontrará uma análise psicossocial dos reassentamentos e empreendimentos em São Luís, com o objetivo de apresentar de que modo vêm se dando os deslocamentos e como isto vem sendo tratado pelos empreendimentos e pelo Estado. Bem como, relata sobre o nosso caso empírico.

Os capítulos três e quatro foram dedicados à fundamentação teórica da pesquisa, cujo arcabouço teórico se apoia na Psicologia Social em uma perspectiva crítica, tendo como fonte autores de abordagem sócio-histórica, além de autores da Sociologia, que deram importante contribuição para esta pesquisa. Utilizamos ainda, os teóricos da Psicologia ambiental, que fazem uma leitura importante da relação homem-ambiente.

O capítulo cinco situa como se deu a pesquisa de campo, a metodologia utilizada. Já o capítulo seis tem por finalidade a análise das implicações subjetivas do deslocamento, do reassentamento e as dimensões ético-afetivas da relação com o novo lugar.

Por fim, trazemos o capítulo sete, que tenta abordar as conclusões obtidas nesta dissertação, que fazemos algumas reflexões sobre as questões que consideramos importante para o trabalho e também, ponderações para a prática psicológica no contexto atual.

## **2 DESLOCANDO VIDAS: uma análise psicossocial dos empreendimentos e reassentamentos em São Luís**

No passado, cidade pequena e pitoresca, cercada de terra agrícola produtiva, São Luís acabou se transformando em zona urbana de desemprego generalizado e com uma periferia inchada, abrigando gente que vive em um nível básico de sobrevivência, ou mesmo abaixo dele. Além do trabalho temporário que resultou do processo de construção das usinas, as novas indústrias que estão envenenando o ar, a água e o solo da ilha, geraram muito poucos empregos para os residentes. Ao contrário, ao expulsar as pessoas da terra, essas indústrias acabaram por retirar delas seu próprio meio de vida (ADRIANCE, 1996, p 93).

A expropriação dos territórios das comunidades tradicionais tem sido uma prática histórica, chegando aos dias atuais. A retirada de grupos comunitários de seus espaços faz-nos pensar sobre as lacunas que aparecem nas vidas dos sujeitos que têm sua vida modificada por conta de uma mudança brusca de lugar, não só o lugar físico, mas a retirada do lugar ao qual se estabeleceu relação, do qual se tem a referência de mundo.

Nos últimos dez anos, diversos deslocamentos compulsórios foram realizados no estado do Maranhão, a exemplo da implantação da refinaria Premium I (Bacabeira); outros às margens da BR-135 por conta do início das obras de duplicação do trecho que vai de São Luís até Miranda do Norte - MA. Esses e outros grandes empreendimentos, além de gerar deslocamentos compulsórios geram também, expectativas nas pessoas que são atingidas e em parte da população que fica a aguardar as promessas de emprego, de desenvolvimento socioeconômico e de melhorias locais que são divulgadas pela mídia massiva para que haja boa aceitação por parte da população.

No entanto, em se tratando dos dois exemplos citados acima, o que se tem são frustrações e deslocamentos compulsórios realizados por conta de obras que não foram, até o momento, concluídas. A refinaria Premium I foi parada por conta de uma crise financeira<sup>2</sup> da Petrobras, que alegou a falta de parcerias para a continuação das obras que eram investimentos muito altos. Já a duplicação da BR 135<sup>3</sup>, iniciou em setembro de 2012 e tinha previsão de término para outubro de 2014, no entanto, até hoje ainda não foi entregue nenhum dos trechos da obra. O que se sabe é que estas obras trouxeram grandes expectativas e mudanças nos modos de vida de muitas pessoas, além de diversos deslocamentos compulsórios desnecessários, já que estamos falando de obras inconclusas ou que foi interrompida, como aponta o trabalho de Margareth Santos (2014a), que trata sobre as implicações subjetivas relacionando a situação de desemprego e a paralisação das obras da refinaria Premium I.

---

<sup>2</sup> <http://glo.bo/1D7AMUi>

<sup>3</sup> <http://glo.bo/1HouIFW>

Em São Luís, os deslocamentos compulsórios remontam longas datas e são justificados das mais diversas maneiras. Em 1968, durante a gestão do então governador José Sarney, cerca de duas mil famílias foram expropriadas de uma área chamada de Goiabal, que se localizava próximo ao centro de São Luís. As famílias foram retiradas porque “enfeavam” o centro histórico da cidade (FERREIRA, 2014, p. 55-56). Segundo este mesmo autor, nessa época, foi criada a Comissão Executiva de Transferência de População - CETRAP, que realizou o processo de expropriação e realocação das famílias levadas para o recém-criado residencial Anjo da Guarda (hoje, bairro Anjo da Guarda) que, àquela época, era habitado por pequenos agricultores e pescadores.

Vale ressaltar que em 1970, um decreto federal (66.227/70) destinava a gleba Itaquibacanga com 7.210 hectares (área pertencente à União) para o Estado, cuja objetivo era a implantação da Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMAC (hoje Universidade Federal do Maranhão – UFMA) e do residencial Anjo da Guarda. Em 1974, a mesma região foi destinada para funcionamento do distrito industrial de São Luís por meio de uma lei (3.589/74) do governo estadual (FERREIRA, 2014). Esta medida certamente seria responsável por milhares de deslocamentos que até hoje são realizados.

A construção da ponte do São Francisco ou ponte da Esperança, ou ainda a nomeada Ponte José Sarney, foi iniciada em junho de 1968 (concluída em 19 meses), e deslocou diversas famílias de pescadores e canoeiros que ficaram sem casa e sem emprego, pois, sobreviviam da pesca e da travessia de passageiros no rio Anil. Boa parte destas famílias não teve sequer uma indenização para tentar a reconstrução da vida em outros espaços (SILVA, 2012; MORAIS, 2006). Silva (2012) traz uma reportagem do Jornal Pequeno datada de março de 1972 (figura abaixo) apontando que, em decorrência da construção da ponte, cerca de 1.000 (mil) famílias ficaram ameaçadas de despejo, porque a área da Ponta do São Francisco, com a especulação imobiliária, estava mais valorizada e a União (proprietária) reclamava a posse das terras.

Figura 1 Famílias ameaçadas de despejo na Ponta do São Francisco, em 1972.



Fonte 1 Jornal Pequeno (apud SILVA, 2012).

Neste sentido, o que se pode observar é que o discurso desenvolvimentista está sempre à frente dos grandes projetos em detrimento das pessoas e que os governos não estão para governar para o bem-estar social, apesar de se promoverem a partir de discursos que exaltam a necessidade de melhorar a qualidade de vida da população. Silva (2012, p. 181) aponta que:

A atitude do governo federal e a omissão das esferas estadual e municipal, a construção da ponte da esperança, o discurso desenvolvimentista e a construção da cidade nova demarcam o descaso com a questão social e o caráter excludente e elitista da modernização pretendida pelo poder público, nos moldes do discurso capitalista.

Ainda sobre os deslocamentos compulsórios em São Luís, apontamos que na década de 1970, quando da instalação da ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão), cerca de 20.000 pessoas foram deslocadas, diversas comunidades foram devastadas e com o consentimento do Estado (FERREIRA, 2014; ADRIANCE, 1996). Sobre esses episódios, o relatório apresentado pelo GEDMMA (2014, p. 23), enfatiza que:

Da parte do Estado do Maranhão (aqui compreendendo órgãos como secretarias de estado, empresa portuária, instituto de terras, órgãos da justiça), quando não se fizeram totalmente omissos, foram bastiões das investidas dessas empresas, desde a década de 1970, quando diversas comunidades, mesmo com muita resistência, viveram a trágica experiência da expulsão dos seus territórios.

Apesar de a cidade de São Luís se orgulhar em abrigar uma das maiores refinarias de alumínio do mundo, por trás desse desenvolvimento estão muitas histórias de perda de territórios, tragédias humanas, promessas não cumpridas, o crescimento da miséria e do

desemprego, a manipulação dos lavradores, bem como os riscos à saúde a que as famílias estão submetidas (ADRIANCE, 1996). A saber, riscos às famílias que resistiram e com muita luta, junto a movimentos sociais (como o Comitê para Defesa da Ilha), e conseguiram se manter em seus pedaços de terra, como foi o caso da comunidade do Igarau. No entanto, manter-se na terra não quer dizer manter seus meios e modos de vida. A poluição emitida pela refinaria era tão grande que parte do peixe havia sumido e o camarão já não existia mais. A produção de frutas diminuiu muito, as que nasciam não conseguiam amadurecer ou nem cresciam mais (ADRIANCE, 1996).

Em 1991, quando a pesquisadora Madeleine Adriance revisitara o local, percebeu que a comunidade do Igarau sofrera diversas investidas por parte da empresa e do Estado, inclusive, aponta que foram enganados e se colocaram em riscos de saúde. Em troca de benefícios, tais como água encanada (para uma torneira de casa), energia elétrica, casas de alvenaria, pequenas pontes, melhorias na estrada de acesso ao povoado (note-se que tudo isso é obrigação do Estado), Adriance (1996, p. 92) indica que “os habitantes haviam prometido não impedir a construção de um tanque subterrâneo para o resíduo industrial, em terreno contíguo ao do povoado”.

Sem perceber, no entanto, o risco que corriam, pois estes materiais residuais, em algum momento chegariam aos lençóis freáticos, e atingiriam e contaminariam a água que aquelas pessoas usavam para beber, cozinhar, tomar banho. Mesmo com todos os problemas, as pessoas de Igarau ainda tinham seu lugar, o que não foi possível aos cerca de 20.000 (Vinte mil) outros habitantes da área em que a ALUMAR se instalou, como aponta a seguir:

E, contudo, apesar dos riscos sanitários impostos pela poluição do ar e da água, do lixo tóxico e da perda de componentes importantes em sua dieta, o povo de Igarau ainda pode dar-se por feliz, se comparado à situação de outras 20.000 pessoas no interior da ilha, que já não tem sequer, uma nesga de terra (ADRIANCE, 1996, p. 93).

Mais recentemente, houve mais expropriações na cidade de São Luís, muitas delas por conta da construção do *Shopping da Ilha* e em seguida das obras da *Via Expressa*, uma avenida construída com a justificativa de desafogar parte do trânsito da cidade, que impactou e desapropriou dezenas de famílias do bairro Vinhais Velho<sup>4</sup> (bairro secular) e da Vila Cristalina, ocasionando enorme impacto social e ambiental. Aos que não foram desapropriados por conta destes empreendimentos restou ter que conviver diariamente com os ônus dessas construções, o estrago ambiental, a destruição das áreas de lazer de crianças e

---

<sup>4</sup> Saiba mais sobre a história de luta contra o empreendimento da *Via expressa* em: <https://tribunalpopularodojudiciario.wordpress.com/tag/via-expressa/>

jovens do bairro, o aterramento de lagoas e nascentes, além das promessas não cumpridas de empregabilidade aos jovens da comunidade desapropriada.

Para alguns moradores da cidade, estas obras trazem a possibilidade de mais uma rota de mobilidade urbana (no caso da *Via expressa*), para outros, o lazer que o Shopping Center oferece (as compras, o cinema, etc.) e para os moradores dos bairros afetados, a inevitabilidade de conviver com os estragos trazidos pelo que se convencionou chamar de desenvolvimento. Segundo Esteva (2000), desenvolvimento é uma palavra que sempre é usada com um sentido positivo, de mudança desejável, de melhorias, no entanto, cerca de dois terços da população mundial sofre por não se encaixarem nas benfeitorias desse processo, estarem excluídas e, na maioria das vezes, precisarem se escravizar e abdicar de seus próprios sonhos e modos de vida para dar lugar ao progresso que as excluem.

Tomanik, Chaves Filho e Lucas (2008) afirmam que as dificuldades vivenciadas pelos indivíduos que têm seus modos de vida usurpados são justificadas em nome dos interesses do bem comum, da sociedade. No entanto, acontece que esses mesmos sujeitos são excluídos desta “sociedade interessada”, visto que seus próprios meios de vida são descartados, quando da destruição dos lugares onde vivem e da, conseqüente, retirada dos seus meios de vida. Estes autores afirmam ainda que a modernização se constrói a partir da exclusão destes grupos e que os processos de ocupação realizados pela indústria impacta negativamente o ambiente, o que recai principalmente sobre os grupos mais pobres, que têm suas formas de sustento inviabilizadas continuamente. Pois mesmo aos que conseguem resistir e se manter no território passam a conviver com as modificações sistêmicas devido aos processos das indústrias que influenciam negativamente no desenvolvimento do ecossistema. Leroy e Meireles (2013, p. 117), em trabalho sobre a cobiça aos territórios indígenas e de comunidades tradicionais, apontam que as interferências da indústria no ecossistema vão além da destruição dos recursos naturais utilizados por ela, pois:

Tornou-se senso comum a compreensão de que o desenvolvimento dominante, identificado como a busca permanente do crescimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, leva ao esgotamento desses recursos naturais e à poluição irremediável do meio ambiente. Infelizmente, a opinião pública não vai além desta constatação e não percebe que o espaço perde, então, as suas características ecossistêmicas – diversidade, complementaridade, resiliência, renovação – e se torna um espaço indefinido, mero suporte para atividades econômicas e as infraestruturais. Assim, estão em risco a fertilidade do solo, as águas, a diversidade biológica e genética, o clima, e com isso, a segurança alimentar e nutricional. A única estratégia para o capital parece ser a corrida tecnológica e uma crescente artificialização do planeta e da vida humana.

Neste sentido, estão em risco, as vidas das pessoas que se mantêm utilizando as áreas próximas dos empreendimentos, por exemplo, já que os efeitos negativos destes afetam o

ecossistema como um todo. No caso da ALUMAR e da Vale, por exemplo, que têm poluído rios, a vegetação ao redor e o ar das regiões onde atuam, é evidente que esta poluição tem interferido na qualidade do peixe da região, dos mangues, se pensarmos de acordo com Leroy e Meireles (2013).

O processo de privatização da terra no Brasil aparece em um momento mais amplo de acumulação de capital, produzindo impactos perversos, entre eles, a mercantilização da biodiversidade e a expropriação territorial de populações locais (VALADÃO; BARCELLOS, 2012). Populações estas que ao serem removidas de seus locais de origem acabam por perder sua identidade, sua história, suas referências de estar no mundo, na sociedade. Segundo Mourão e Cavalcante (2011, p. 209), “o lugar no qual o indivíduo nasceu, o lugar onde vive, ou os lugares onde viveu e que se tornaram importantes para ele, constituem referências para a construção identitária realizada ao longo da sua vida na busca por sua individualização”.

As populações locais e tradicionais constituem um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (ALMEIDA; CUNHA, 2001; LITTLE, 2002; ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; SÁ, 2007; ALVES; SANT’ANA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007; MENDONÇA, 2013). Esses modos de vida são confrontados historicamente com a expansão dos projetos de desenvolvimento planejados e operados tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas e que resultam em fortes conflitos por controle de territórios e usos dos sistemas ecológicos que, na maioria das vezes, pode desdobrar-se em deslocamentos de grupos locais, derivando em instabilidade das subjetividades socialmente construídas.

É importante lembrar que antes que o espaço pudesse tornar-se cidade já havia ali pessoas com suas histórias, modos de vida e sociabilidades. Este é um exercício importante para compreender que a cada obra construída, seja usina, porto, a cada ponte, estádio de futebol, avenida, a cada edificação, tudo isso para existir, teve provavelmente que retirar grupo/os de pessoas que já havia/am constituído seu espaço, ou melhor, seu lugar. Cada lugar tem uma história própria e neles são construídas vidas inteiras, modos de vida próprios e simples, que têm sido desconsiderados em detrimento de um discurso de “vida melhor” atrelado ao protótipo desenvolvimentista, porém, há que se pensar que a ideia de melhor ou pior é relativa e que os grupos tradicionais construíram subjetivamente um modo que por eles

é considerado melhor e que o modo capitalista de pensar os vê como atrasados quando eles se recusam a aceitar as mudanças impostas pelo “desenvolvimento”.

A política desenvolvimentista manifesta-se numa relação entre o Estado e o setor privado, onde há interesses de ambas as partes, sem, no entanto, levar em consideração o quanto as famílias desapropriadas podem vir a ser vítimas deste processo. Compartilha-se aqui, da ideia de Dussel (2005, p. 65), quando fala da criação do “mito moderno, onde para o moderno o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à modernidade apresentar-se não apenas como inocente, mas como ‘emancipadora’ dessa ‘culpa’ de suas próprias vítimas”, ou seja, criam-se expectativas nesses sujeitos, promessas de empregos<sup>5</sup>, vida melhor e outras benesses que o Sistema poderia oferecer, na tentativa de retirá-los do local a qualquer custo e ainda conseguem colocar esses sujeitos, quando resistem, na condição de culpados, por estarem “tentando impedir” o progresso da humanidade. Quando na verdade, o que essas pessoas querem é apenas permanecer em seus locais de moradia, manter seu lugar no mundo.

David Harvey (2005, p. 93) afirma que “a ascensão do capitalismo foi acompanhada - em alguns aspectos, precedidas - pela criação e transformação das funções estatais satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo”, nesse sentido, percebemos que o Estado dá abertura ao processo ou em alguns casos tenta resolver os obstáculos que podem bloquear a concretização dos projetos do capital, nos remetendo a Marx e Engels (2001, p. 68), quando afirmam que “o poder político no estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Um exemplo claro é quando a Prefeitura Municipal de São Luís tenta fazer uma mudança na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, para que não houvesse impedimento na instalação do Polo Siderúrgico (que no projeto inicial teria 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e a localidade de Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga), transformando o que era Zona Rural II do município de São Luís em Zona Industrial (ALVES; SANTA’NA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007; PEREIRA, 2010).

O projeto de alteração da lei de zoneamento encaminhado para a Câmara Municipal suscitou comoção social, gerando pressão por parte da sociedade e a aprovação parcial do

---

<sup>5</sup> Como o caso recente do projeto da Refinaria Premium da Petrobrás, em Bacabeira (MA), que deslocou várias comunidades dos seus territórios ancestrais, gerou enormes expectativas de emprego, totalmente frustradas, a toda população do município e mesmo do Estado do Maranhão. Processo muito bem sistematizado nos trabalhos de Santos (2014a) e Bentivi (2012).

projeto. O que acarretou na redução da área que seria destinada ao Polo Siderúrgico, que passaram a ser 1.068 hectares ao invés dos 2.471,71 iniciais. Tudo isso nos parece muito próximo do que Milton Santos (2006 p. 170) afirma, quando diz que “as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas”. Corroborando com Acselrad (2006, p. 23) quando lembra o conceito de “pós-democracia consensual”, que tem “o encobrimento dos litígios, o desaparecimento da política e a designação de certos grupos sociais como aptos a negociações com o Estado na condição de ‘parceiros’” como características. Muitas manobras são realizadas pelos operadores do Estado para que o capital possa realizar seus desejos, a dizer, mudanças na legislação, atalhos nos processos burocráticos.

Inúmeros trabalhos (REBOUÇAS, 2000; ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; SÁ, 2007, MAGALHÃES, 2007; PEREIRA, 2010; CARVALHO, 2011; MOLER, 2011; TEMPS, 2013, entre outros) apresentam as dimensões sociais, as perdas econômicas de grupos que sofrem deslocamento compulsório, mas ainda são lacunas as questões atinentes aos modos e meios de vida, às questões psicossociais dos grupos que foram deslocados do seu território. Como os sujeitos refazem suas referências, suas percepções, suas identidades, seus pertencimentos, seu estar no mundo? Como se relacionam com esse novo espaço? Como reorientam relações cotidianas? Como percebem os processos de deslocamentos forçados, tendo que deixar “uma vida inteira para trás”?

As justificativas dos deslocamentos compulsórios sejam de pessoas, grupos, comunidades ou populações, têm sido em favor de um modelo de desenvolvimento e progresso que apresenta uma espécie de paradoxo; seria necessário excluir estes sujeitos, suas percepções, seus modos de significar seu território, seu trabalho, sua vida, como forma de incluí-los, como também a maneira supostamente suficiente de garantir o bem estar de todos. Sawaia (2014, p. 08) aponta que “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica no caráter ilusório da inclusão”. A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras (MARTINS, 2002).

Bauman (2005) aponta que o principal passatempo dos porta-vozes da modernidade é afirmar que o progresso e o desenvolvimento trarão a cura para a miséria da humanidade, quando na verdade isso é tão ilusório quanto a inclusão citada acima, que faz com que as pessoas acreditem nas promessas dos grandes empreendimentos.

As grandes corporações conseguiram transformar sua força em força política, podendo desta forma ditar as políticas urbanas, ambientais e sociais, “conseguindo a flexibilização das normas de sua suposta capacidade de gerar empregos e receitas públicas”, aponta Acselrad (2006, p. 31). Logo, tornou-se mais fácil habilitar seus grandes empreendimentos, já que as normas legais estão sob controle do grande capital.

Os deslocamentos também são justificados com a acusação de que os moradores não são donos das terras, visto que estas são de pertencimento do Estado e que são áreas de corrente grilagem. Ferreira (2014) traz o dado de que na ilha do Maranhão (que inclui geograficamente os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar), existe uma questão relacionada à grilagem das terras pertencentes à União, pois documentos ilegítimos são usados na negociação das terras, adquiridos principalmente nos cartórios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar (FERREIRA, 2014, p. 59).

Almeida (1996, p. 30) ao relatar, mais ou menos, o *modus operandi* dos agentes públicos ou privados nas ações de deslocamentos e as supostas justificativas para deslocar os sujeitos que vivem em áreas pretendidas pelos projetos de desenvolvimento, aponta como o discurso formal e hegemônico tende a naturalizar certas maneiras de sacrificar grupos, comunidades, populações supostamente em nome de um projeto “maior”:

Nas situações sociais ora privilegiadas, o elemento invariante remete a aparelhos de poder específicos, quais sejam, agências chamadas de “desenvolvimento” que acionam mecanismos coercitivos, impondo aos demais o cumprimento de seus desígnios, invariavelmente apresentados como obras necessárias ao “progresso e à modernização” para melhorar as condições de vida da sociedade como um “todo”. Consoante esta mobilidade de discurso, a execução dos “projetos de infraestrutura” com o **deslocamento forçado** de “alguns” torna-se imperioso para que se possa produzir o “bem estar de todos” (grifo meu).

Temps (2013) relatando a respeito do processo de desapropriação dos atingidos pela construção da hidrelétrica de Mauá reafirma os moldes dos processos de expropriação Brasil a fora, trazendo que empresas ajam quase que por conta própria, pois o Estado apenas abre licitação e delega poderes para as responsáveis pela obra, não fiscaliza as ações dos processos de expropriação, desse modo, os atingidos são mantidos na invisibilidade. Jaber e Silva (2015) afirmam que esse modelo desenvolvimentista “forja espaços como ‘vazios demográficos’”, o que possibilita a invisibilidade desses grupos.

A tática do “vazio demográfico” é apontada por Bauman (2005), como algo que existe desde o início da modernidade, quando os países que produziam o excedente populacional e possuíam um avantajado poderio militar e tecnológico sobre os territórios ainda intocados pelo processo modernizador. O poder que tinham era suficiente para, caso houvesse

resistência dos nativos, fazer uma “limpeza” naquele território e aí sim, estaria vazio demograficamente (BAUMAN, 2005). Cerca de 80% das populações das terras “pré-modernas” foi dizimada seguindo essa lógica do vazio demográfico. Estima-se que esses dados, segundo Bauman (2005) ainda estejam incompletos.

Atualmente, para lutar por seus territórios, esses grupos se organizam com outros grupos contra hegemônicos, movimentos sociais, pastorais, sindicatos e intelectuais, pois sabem que o Estado não está para sua defesa, muito menos para a defesa de seus modos de vida tradicionais (JABER; SILVA, 2015). Estes grupos criam táticas para enfrentar e resistir aos processos de expropriação e exploração de seus territórios, e lutam pelo direito de ter uma vida digna, que transpire sua cultura e sua forma de viver. Seus modos de vida possuem uma relação íntima com a natureza, o que faz com que eles a preservem e isto tem sido importante para a manutenção de diversos ecossistemas e culturas (JABER; SILVA, 2015).

Os vínculos, de ordem material e simbólica, que os grupos locais mantêm permanentemente com o lugar, levando à criação de um sistema próprio, embora aberto, de classificação e de conhecimento nos desautorizam a realizar análises considerando as populações, os grupos como um dado natural e desvinculado do território, do lugar, das suas percepções, das subjetividades inerentes à experiência do grupo. Elali e Medeiros (2011, p. 57) afirmam que o apego ao lugar é necessário para o *self* e para as relações com as outras pessoas, indicando ainda pesquisas que demonstram a importância de fatores como a “idade, o ciclo de vida experienciado, o tempo de residência e o *status* do morador no local (superficial, parcial, pessoal, ancestral e cultural)”. No documentário “da margem ao centro” (2009), do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), sobre poluição e contaminação das águas e do ar, o extermínio da fauna e flora dos manguezais na região da Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, chama atenção a fala de um pescador local, ao relatar sua relação com a região em que vive:

Fazer um parêntesis: o mundo tem cinco continentes, o melhor é o nosso. Do nosso continente, o melhor país é o Brasil. Do Brasil, o melhor estado é o Rio de Janeiro; Do Rio de Janeiro, o melhor distrito é Guaratiba. De Guaratiba, capital, Pedra (*Pedra de Guaratiba*). E da Pedra, é esse lugar aqui (Seu Newton, pescador – SHOO, 2009).

Trabalhos como os de Diegues (1996) e Almeida e Cunha (2001), resguardadas suas diferentes abordagens, trazem importantes contribuições para a compreensão teórica de grupos sociais identificados ou auto identificados como populações tradicionais, descrevendo características que nos possibilitam utilizar teoricamente essa categoria em nossas pesquisas empíricas, para, em primeiro plano, inferirmos que, na maior parte dos casos de projetos de

desenvolvimento, são esses chamados grupos e populações tradicionais que são deslocados compulsoriamente ou são colocadas para o deslocamento (ALMEIDA, 1996).

Como esses grupos são pressionados historicamente, com ações de espoliação territorial tanto pelo Estado, quanto por grupos privados, uma estratégia que utilizam tem sido relacionar seus modos e meios de vida com os territórios ancestralmente ocupados. Nessa direção, Almeida e Cunha (2001) mostram como vários grupos de pescadores, lavradores, seringueiros, indígenas, quilombolas passaram a reivindicar a condição de tradicionais como estratégia de garantia legal de permanência e defesa dos seus territórios e manutenção das suas práticas produtivas, culturais, sociais. E é isso o que tem ocorrido na cidade de São Luís, quando as doze comunidades da área rural lutam pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Por volta de 1996, comunidades da área rural de São Luís começaram a se aprofundar no entendimento do que seja unidade de conservação, a reserva extrativista, no intuito de uma alternativa que os mantivessem em suas terras, com seus modos de vida e que pudessem proteger os recursos que lhes são necessários para a sobrevivência (MAIA, 2014; STEINHORST DAMASCENO, SANT'ANA JÚNIOR, 2012; SANT'ANA JÚNIOR et. al., 2009).

Em entrevista publicada no livro “Ecos dos conflitos sócioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim”, Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, revela como se deu o processo de entendimento das comunidades para que se tivesse a ideia da criação da Resex de Tauá-Mirim. A conversa foi registrada por Miranda, Maia e Gaspar (2009, p. 184-185):

Então, para chegar a conclusão de que a melhor unidade de conservação era RDS ou Resex não foi tão difícil devido aos vários elementos que eu estou colocando. Primeiro, porque é assegurar a permanência das pessoas, segundo dar às pessoas o direito de uso da terra, a posse continua com o governo, mas as decisões e o uso é da comunidade. Também quando ela é criada é muito difícil também derrubar. O assentamento resolveria parcialmente, você teria um passo mais rápido, vamos dizer, ou menos demorado pra acessar recursos, porque o assentamento já trás no seu pacote. No entanto, o assentamento nos moldes originais, oficiais são pessoas que são deslocadas de um lugar, são implantadas em outro e ali se forma uma estrutura de produção, de tudo. E nós não nos enquadrámos enquanto assentamento, nós nos enquadrámos enquanto população tradicional, então, não é um assentamento, é uma comunidade histórica, com mais de cem anos, quase duzentos anos, então nós não nos enquadrámos nesse aspecto como um assentamento, nem muito menos como ocupação como o governo quis dizer no processo de discussão do Pólo Siderúrgico. Tem documento do Estado dizendo que as poucas ocupações que tinha, era ocupações irregulares e dos últimos quarenta anos. A cada projeto que o Estado pensar, ele tem que primeiro que regularizar a terra em nome de quem já está para depois comprar, indenizar e relocar em outro lugar. Não fizeram nada disso para implantação da Alcoa, não fizeram nada disso para implantação da Alumar, da Vale do Rio Doce, não fizeram nada disso para o Pólo, para o Distrito Industrial do Maracanã, não teve nada disso, as comunidades foram simplesmente cedendo lugar para as empresas.

Então, em 2003, moradores dos povoados Rio dos Cachorros, Taim, Cajueiro, Limoeiro e Porto Grande fizeram um abaixo assinado que solicitava ao IBAMA a criação da Reserva Extrativista do Taim<sup>6</sup>, na Zona Rural II, de São Luís. Em 22 de agosto de 2003, foi aberto o processo (nº 02012.001265/2003-73) de criação da Resex e, em 2006, houve uma audiência pública com o objetivo de consultar os moradores da área. Os laudos do IBAMA foram concluídos em 2007 e tinham parecer favorável à criação da reserva (ALVES, 2016).

Inicialmente, a área era composta pelos povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim, e também parte da Vila Maranhão. Depois dos primeiros estudos realizados pelo IBAMA, em 2006, a Ilha de Tauá-Mirim, na qual se localizam os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Ilha Pequena, Portinho e Tauá-Mirim, além de um amplo espelho d'água na Baía de São Marcos, foi incorporada também. Totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km (STEINHORST DAMASCENO, SANT'ANA JÚNIOR, 2012).

O ex-governador Jackson Lago chegou a assinar a carta de não objeção que dava anuência à criação da Resex de Tauá-Mirim, no entanto, em outubro de 2011, foi divulgado que a dita carta havia sumido dos autos do processo. E anterior à divulgação do sumiço da carta, em ofício do Gabinete da Governadora do Maranhão à Ministra do Meio Ambiente, registrado por Maia (2014), consta o seguinte:

(...) Na última reunião, realizada em 26 de janeiro, o Governo do Maranhão se comprometeu, perante a Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, a apresentar o planejamento estadual e os projetos empresariais previstos para a região afetada pela proposta da Reserva, para que sejam levados em consideração na decisão do ICMBio.

Assim, informo a Vossa Excelência que o Governo do Maranhão encaminhará os projetos citados com a maior brevidade possível, e solicito que nenhuma decisão a respeito da criação da unidade de conservação seja tomada antes que tais projetos sejam criteriosamente analisados e considerados, para que a necessária conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais não prejudique o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão (Ofício nº 061/2011 – GG, São Luís, 31 de Março de 2011, assinado pela governadora do Maranhão Roseana Sarney).

O governo coloca os modos e meios de vida das populações tradicionais como algo danoso à economia e solicita que não seja criada a reserva por entender que isso prejudica o desenvolvimento econômico do estado, ou pelo menos até que sejam analisados os projetos. O que até hoje não foi resolvido, mesmo com a entrada do governo Flávio Dino, em janeiro

---

<sup>6</sup> Houve, no ano de 2009, a mudança da denominação inicial de Reserva Extrativista do Taim para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (nome sugerido pelos próprios moradores), por exigência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), uma vez que já existe uma unidade de conservação no estado do Rio Grande do Sul com o antigo nome, a Estação Ecológica do Taim – ESEC Taim (STEINHORST DAMASCENO, SANT'ANA JÚNIOR., 2012).

de 2015, que prometia ser a mudança ao estado do Maranhão. O que vem acontecendo não é diferente de outras gestões, o Estado em acordo com os grandes empreendimentos e contra o povo.

O que está em questão não é apenas o espaço físico, mas o território, a sobrevivência de muitas espécies e a qualidade de vida das pessoas que habitam não só a área proposta para a Resex, mas toda a população da Ilha do Maranhão, que tem sofrido com o excesso de poluição, o aumento das periferias e do desemprego. Steinhorst e Sant'Ana Júnior (2012) apontam que as áreas insulares são por si só frágeis e que precisam de proteção, bem como os manguezais que estão propensos à contaminação por conta dos vazamentos de óleo, devido ao tipo de indústria implantada na área em questão. Tudo isso tem contribuído para a redução da produtividade da pesca e, até, da produção agrícola da região.

Para Vigotski (2007), a formação das estruturas mentais bem como das estruturas sociais se dá a partir do desenvolvimento dos instrumentos, ou seja, da atividade humana que transforma a natureza, que é aprendida e apreendida no decorrer da vida, com as experiências, com vivências espaço-temporal. Consideramos, então, a importância do espaço e tempo para a formação do sujeito.

O processo que leva o indivíduo “a tomar parte na dialética da sociedade” (BERGER, 1989, p. 174), considera as etapas de “socialização primária” e “socialização secundária”, sendo que elas não se excluem, nem ocorrem de modo estanque ou exclusivo em si.

O ponto inicial deste processo [de socialização] é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. [...] a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido.

A socialização dos indivíduos se dá no grupo do qual toma parte em um processo espaço-temporal histórico. Para Berger (1989) isso se dá como processo e, como tal, considera as especificidades individuais e dos grupos sociais, a tomada de consciência de estar no mundo ocupando certas posições e papéis na sociedade ocorre em um lapso tempo-espaço que, dependendo das condições pode gerar anomias sociais ou individuais.

O caso de expropriação dos territórios das comunidades tradicionais, desconsiderando a significação que os sujeitos daquele grupo construíram historicamente no seu espaço, pode levar a distúrbios psicossociais, à fragmentação do grupo, à perda de sentido de estar no mundo social. Além do que, esses empreendimentos ignoram a importância dos modos de vida e de produção das comunidades. O desenvolvimento desconsidera outras formas de se

viver, principalmente quando essas formas podem ser um impedimento aos grandes projetos. A economista e professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Karina Kato, afirma que:

Quando muda essa lógica do desenvolvimento, você automaticamente cria os não-desenvolvidos. (...) para aqueles que não desenvolvem o consumo, eles não estão incluídos nessa categoria, né? eles precisam ser desenvolvidos, eles precisam ser civilizados. E é isso que a gente vive lá na baía de Sepetiba, né? Aquele grupo de pescadores, que tira seu sustento da pesca, que tem uma vida que não é de produção intensa, né?, intensiva, de consumo intensivo. Eles não são desenvolvidos, eles têm que mudar essa forma de produção. E o que vai levar esse desenvolvimento é essa forma de produção intensiva, capitalista e de consumo, que vem com esses grandes projetos (Karina, Economista – SHOO, 2009).

No trecho acima, parte do documentário “da margem ao centro” (SHOO, 2009), na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, pode-se apreender a percepção que se tem das comunidades tradicionais, dos povos ribeirinhos que não estão preocupados com a produção e o consumismo exacerbados impostos pelo capitalismo. Essa situação também pode ser percebida no caso empírico deste trabalho, da UTE Porto do Itaqui, onde podemos perguntar: para quem e para que serve esse desenvolvimento?

Desde 2014, em São Luís, há a tentativa violenta de retirada de várias famílias da comunidade Cajueiro, que também faz parte da proposta da Resex de Tauá-Mirim, e que tem cerca de 350 famílias. A empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., mais uma vez apoiada pelos governos municipais e estaduais, utilizando-se de violência não só física, como ameaça, destrói casas de moradores do Cajueiro, bem como mantém vários jagunços na área para intimidar os moradores e fazer com que eles saiam de suas casas para que a empresa execute a construção do porto da Suzano Papel e Celulose na comunidade Cajueiro (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

O processo vem provocando sérios conflitos tanto entre a comunidade e a empresa, quanto conflitos internos, causados pelas investidas que a empresa vem fazendo com alguns moradores, colocando uns contra os outros, dizendo inclusive que os moradores estão impedindo que a empresa traga cerca de 4000 novos empregos para a cidade. Recentemente, o Grupo de Estudo Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e seus componentes sofreram ameaças por estarem junto às comunidades em defesa dos territórios. O GEDMMA realiza pesquisas e tem projetos de extensão junto com as comunidades há mais de dez anos e tem trabalhado sempre em defesa dos territórios dessas comunidades. Segundo o relatório do GEDMMA (2014), a comunidade do Cajueiro é onde se encontra um dos terreiros mais antigos do Brasil, o Terreiro do Egito, reconhecido pelos praticantes das

religiões de matriz africana e, também, é apontado como área de quilombo, em tempos de colônia.

Desta forma, percebemos que o lugar guarda uma importante simbologia de resistência e luta. E assim, visando à segurança dos moradores e do significado do território, mais uma vez tem-se a clareza de que a criação da RESEX de Tauá-Mirim é a necessária efetivação de uma política pública para garantir a manutenção e sobrevivência das comunidades que ali vivem, de modo que tenham a possibilidade de sair da condição conflituosa em que se encontram e possam pensar em fortalecer e avivar suas relações biopsicossociais (STEINHORST; SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

A tomada por assalto dos territórios tradicionalmente ocupados revela resultados constrangedores para os indivíduos dessas comunidades. A questão da desapropriação nos grandes centros urbanos, compreendida por Vasconcelos (2012), oferece pistas para pensar o caso ora proposto para investigação acadêmica. Afirma ela que não remete à desapropriação apenas do corpo físico, mas compromete também, o substrato do sujeito. Observa ainda que os modelos de habitação propostos a estas pessoas são alheios às suas necessidades, como demonstraremos mais adiante sobre o caso de Vila Madureira. Vasconcelos continua:

Dados clínicos e análises de histórias de vidas mostram, com eloquência, a pregnância da vivência do espaço habitado na vivência e na autoestima do corpo próprio e da sexualidade, com repercussão direta sobre a saúde, o bem estar físico e emocional, os relacionamentos afetivos e sociais, a atuação profissional, enfim, tudo que se relaciona com qualidade de vida (VASCONCELOS, 2012, p. 109).

Essas pessoas não puderam/podem optar por continuar vivendo ali ou mudar para outro lugar, são retiradas compulsoriamente, arrancadas, desconsideradas em sua subjetividade. E, como afirma Ramos e Carvalho, (2008, p.175), “é a história de cada comunidade, portanto, que permite avançar no entendimento de suas dimensões objetivas e subjetivas e na Inter determinação de ambas”. A subjetividade, como afirma Nogueira é:

O processo de invenção de si, a força da invenção da vida, de experimentação e apreensão particular e única do mundo, através do modo como cada sujeito se produz como um indivíduo único, em transformação constante, na experimentação cotidiana (NOGUEIRA, 2009, p. 71).

É importante lembrar que em meio a essas comunidades existem grupos de pessoas idosas, que não têm mais condições físicas e psicológicas de recomeçar a vida. Assim, Mourão e Cavalcante (2011, p. 211) concordam que “na velhice, qualquer mudança no cenário físico pode levar a pessoa a sentimentos de tristeza ou mesmo depressão, significando a perda de parte de suas referências”. Da mesma forma:

O papel do lugar é determinante, não significa apenas um pedaço de terra ou um rio, mas a representação do lugar vivido, isto é, das experiências vividas, das heranças

dos antepassados e a certeza de que aquele lugar lhe assegura um modo de vida que lhe é peculiar (TEMPS, 2013, p. 89).

Temps (2013), ao falar do caso dos atingidos pela Barragem de Mauá, traz à reflexão a necessidade de mudança na subjetividade destes sujeitos por conta da alteração do estilo de vida, das relações sociais e na interação com o espaço, que agora é preciso transformá-lo em um novo lugar, e que por isso, necessariamente, serão (re) inventadas as formas de lidar com as novas situações ali apresentadas. Lillywhite, Kemp e Sturman (2015) afirmam que em deslocamentos forçados, até os modos utilizados pela comunidade de lidar com a terra são modificados, os tais grandes empreendimentos criam modos de gerenciamento, ao impor o modelo que consideram mais eficaz para a plantação e cultivo na terra, desconsideram os saberes tradicionais da comunidade e impõem uma forma cheia de técnicas e sem muitas explicações plausíveis aos sujeitos, chegando a afirmar que “a comunidade só precisava de mudar a sua mentalidade e adotar as novas técnicas (...) se querem produzir com sucesso” (LILLYWHITE; KEMP; STURMAN, 2015, p. 22, grifo meu).

Para Mourão e Cavalcante (2011), o lugar tem como papel principal ocasionar sentimento de pertencimento e de conexão. Os lugares passam a fazer parte de nós assim que interagimos nos espaços, nos apropriamos deles; que se tornam lugares que nos abrigam, nos remetem ao sentimento de segurança e pertença, a partir do convívio com nossos amigos, familiares e com nós mesmos.

Segundo Gomes (2008, p. 48), o processo de apropriação do lugar mostra além dos modos de vidas, hábitos e costumes das famílias e das pessoas que são deslocadas, apresentam também os sentimentos experimentados durante o processo de construção dos seus espaços e nas transformações feitas em si mesmos. Gomes compreende que o processo de apropriação do espaço demonstra relação com a produção da subjetividade, porque são percebidas singularidades “em cada ação e em cada afeto” dos sujeitos, embora sempre esteja aparente as características do coletivo.

Silva e Souza (2010) falam do deslocamento como uma forma de trauma, que causa diversas mudanças nas vidas dos sujeitos que foram atingidos. Não sendo mudanças apenas econômicas, são de trato psicológico, afetivo e social, fazem ainda uma comparação entre o deslocamento e um redemoinho, por conta do tamanho estrago que ambos podem causar.

O desenvolvimento, aos moldes dos grandes projetos, chega e arrasa o que há pela frente, sejam rios e mares, sejam pessoas ou comunidades tradicionais centenárias e a história de um povo. Apesar de esses projetos terem como justificativa a necessidade de progresso e de desenvolvimento como um bem maior e que vai beneficiar todos, o que se verifica é uma

contradição entre os grupos sociais que obtêm os benefícios e aqueles que arcam com os prejuízos, a falta da moradia digna, das condições do trabalho necessário ao sustento e outros mais. O que fica claro é que a falta que o governo e as políticas públicas fazem são utilizadas como moeda ilusória de troca; as empresas prometem o que o Estado deveria garantir aos cidadãos: transporte, emprego, moradia e um suposto bem estar.

Silva e Souza (2010) assinalam que os referenciais espaciais, sociais e culturais são perdidos em decorrências dos deslocamentos, pois suas bases materiais foram retiradas e precisam ser ressignificadas para se adaptar às novas condições de viver e reproduzir-se. Novos acontecimentos se darão e o novo espaço precisa de adaptações, meios de ocupá-lo, de estar ali. Intervenções ambientais no espaço se farão necessárias para se recriar um novo lugar, outras significações que provavelmente, serão atravessadas pelas perdas sentidas quanto ao espaço onde se haviam estabelecido de maneira afetiva as vivências anteriores (MORAIS, 2015b).

Se, como afirma Gomes (2008, p. 17), as crenças, modelos e ideias são elementos que ajudam na formação da subjetividade, visto que constituem a cultura e por serem “capazes de garantir que modelos ideológicos geradores de discriminação e exclusão social se perpetuem através da reprodução dos valores culturais e das vivências”, então, essas comunidades expropriadas necessitam reinventar suas subjetividades, já que parte de suas construções sociais e culturais foram desconsideradas ou deixadas para trás, junto com o lugar que lhes pertencia, junto com a organização social do dia-a-dia.

Andrey (2012) afirma que a psicologia ainda é pouco frequente em comunidades, no cotidiano das pessoas, neste sentido, é necessário incluí-la “como forma de explicação, ajuda e mudança em prol da sobrevivência do próprio homem” (ANDREY, 2012, p. 204). A psicologia comunitária vem como forma de quebrar o isolamento com que se tratava os problemas coletivos da sociedade. Atualmente, tem se discutido de forma interdisciplinar as questões sociais. A exemplo disto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem fazendo discussões e debates com os diversos seguimentos da sociedade, bem como com estudiosos de outras áreas, para aproximar a psicologia e os (as) psicólogos (as) de questões que estão postas na sociedade.

Em 2006, aconteceu o “seminário nacional sobre a questão da terra e os desafios para a psicologia” que visou compreender e, assim, elaborar maneiras de inclusão deste profissional no meio ao qual nos referimos. Neste evento, o professor de Geografia Lindon Fonseca apresentou o conceito de lugar como um “local efetivo da reprodução da vida. É

onde efetivamente habitamos, é onde efetivamente existimos, é onde efetivamente construímos as nossas relações sociais e políticas do dia-a-dia” (CFP, 2006, p. 55). Como consequência dessas discussões, foi criado em 2013, um manual com Referências técnicas para a atuação do psicólogo em questões relativas à terra (CFP, 2013), o que sinaliza a necessidade identificada pela psicologia de estar mais presente no tocante a questões que estão relacionadas aos graves problemas sociais.

## 2.1 O CASO VILA MADUREIRA

Apontamos aqui alguns aspectos da comunidade de Vila Madureira e de que forma a construção e manutenção da Usina Termelétrica Porto do Itaquí impactou e impacta a vida das famílias que residiam naquela comunidade.

Apesar de Brasil (2007), no tocante à emissão de poluentes, afirmar que os combustíveis fósseis são os principais emissores de gases no planeta, embora tenha havido progresso importante na redução das emissões por sua combustão<sup>7</sup>, o carvão é, entre esses combustíveis, o que lança maior quantidade de gases na atmosfera, quase o dobro do que a queima do gás natural emite e, mesmo assim, investe-se no carvão, justificando-se por sua abundância e seu poder calorífico.

As térmicas a carvão em operação no Brasil apresentam um coeficiente de emissão elevado, superior a 1.400 kg CO<sub>2</sub> - equivalente por cada MWh gerado. Esse índice está fundamentalmente relacionado à tecnologia que utilizam. São térmicas com vários anos de funcionamento, que refletem um estágio tecnológico já ultrapassado (BRASIL, 2007, p. 106).

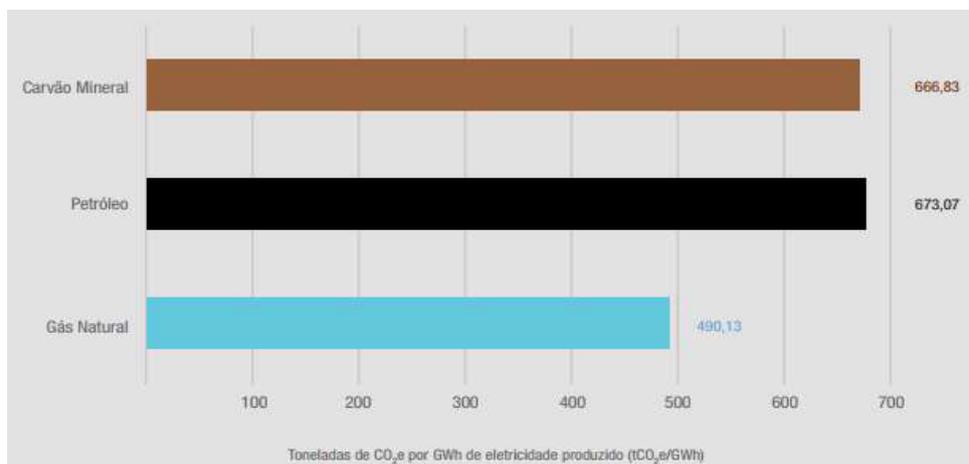
Mesmo com os impactos causados ao meio ambiente, o país resolve investir em uma fonte de energia que a maioria dos países industrializados tem deixado de investir. Um dado extraído do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (BRASIL, 2016) aponta um aumento significativo na emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera, revelando que enquanto em 2011 foram lançados 6,34 (MtCO<sub>2</sub>), em 2015 este número foi de 28,8 (MtCO<sub>2</sub>). Outro estudo compilado no *Documento de análise: Emissões de GEE do Setor de Energia, Processos Industriais e Uso de Produtos*, produzido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA, 2016), aponta que a produção de energia elétrica tem aumentado e que sua produção por meio de combustíveis fósseis, como o carvão mineral, também vem crescendo. Segundo IEMA (2015), em 2013, das emissões decorrentes da geração termelétrica, aquelas provenientes do

---

<sup>7</sup>Um documento técnico disponibilizado pelo *World Energy Council* (DERMAUT *et al.*, 2005) indica que termelétricas a carvão produzem emissões entre 760 e 780 kg CO<sub>2</sub>- equivalente/MWh, dependendo da tecnologia utilizada. No entanto, esse padrão de emissões deve ser alcançado somente com as novas tecnologias (BRASIL, 2007, p. 106).

uso de gás natural corresponderam a 49%, contra 27% das emissões de derivados de petróleo e 23% do uso de carvão mineral e derivados, apresentando sinais de maior participação da matriz fóssil.

Figura 2 Fator de emissão de GEE na geração de eletricidade por fonte primária fóssil em 2014



Fonte: IEMA, 2016, p. 39.

No Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento é apontado que um dos combustíveis mais utilizados é o gás natural, no entanto, considera-se que este tem um fornecimento incerto e que optou-se pelo carvão mineral pelo fato de ter em abundância. Ressalta-se ainda que o carvão utilizado é importado da Colômbia e Venezuela, por terem menor teor de enxofre e de cinzas, isso o torna menos poluente (DIFERENCIAL, 2008)

Lançado no início de 2007 pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é tido como a principal política de incentivo ao crescimento econômico do Brasil para período de 2007 a 2010, objetivando melhorias em “infra-estrutura, desenvolvimento econômico, social, e desequilíbrios do desenvolvimento regional, através da aceleração do crescimento econômico, aumento da empregabilidade e melhoria das condições de vida da população”. A Usina Termelétrica Porto do Itaqui é um empreendimento que compõe a política energética do PAC (PEREIRA, 2010, p. 30).

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMMA) concede o licenciamento prévio para a construção da UTE Porto do Itaqui (do qual falaremos mais à frente), no ano de 2007, sem exigir os documentos legais, no caso, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), solicitando apenas um relatório simplificado, por considerar que o empreendimento era de pequeno porte. O que, segundo Pereira (2010), causou indignação na comunidade e na população que acompanhava o processo, gerando duas ações civis públicas por parte do Ministério Público Estadual (MPE-

MA) e o Ministério Público Federal (MPF-MA) ajuizou ação civil pública junto ao IBAMA, para solicitar que a licença expedida fosse revogada, pois, entendia-se que a competência do licenciamento era do IBAMA e não da SEMA. A alegação se dava pelo fato de que a Usina causaria grande impacto socioambiental e, além do mais, teria influência em âmbito nacional por afetar o “mar territorial quanto a sua capacidade de geração e transmissão de energia” (PEREIRA, 2010, p. 37).

A UTE Porto do Itaqui poderia ser construída em Bacabeira, no entanto, descartou-se essa possibilidade porque seria mais custoso para o empreendimento, visto que teriam que construir uma adutora, para transporte de água e um porto, o que demandaria mais gastos. Alegam ainda que as linhas de transmissão seriam mais longas e por fim, afirmam que a Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC) cederia uma área para a instalação do empreendimento, no DISAL, que ficaria mais próximo do porto do Itaqui e da linha de transmissão da Eletronorte (DIFERENCIAL, 2008).

Figura 3 Localização da UTE Porto do Itaqui



Fonte: DIFERENCIAL, 2008.

Ferreira (2014) afirma que o Estado é um dos principais produtores do espaço urbano, sendo pressionado de um lado pelo capital que exige que se criem as condições necessárias para sua reprodução e, de outro, pelas necessidades e reivindicações dos habitantes. No caso

das famílias deslocadas compulsoriamente da Vila Madureira, nem sobrou lugar na cidade para elas, pois foram levadas para o reassentamento Nova Canaã, no município de Paço do Lumiar, que fica a cerca de 30 km do centro do município de São Luís e a 40 km da comunidade de Vila Madureira (PEREIRA, 2010). Corroborando com o que Singer (1979, p. 33) traz, quando afirma que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”.

Para a empresa MPX tratava-se de “36 famílias que se encontravam na área destinada à usina e outras 59, residentes no entorno da futura planta” (*site* ENEVA), como se a área fosse desde sempre da Usina, desconsiderando os modos de vida particulares das pessoas que há muito tempo já viviam ali. Essas famílias foram forçadas a sair da Vila Madureira, foram obrigadas, expulsas pela empresa mediadas pelo discurso de desenvolvimento e modernização, com promessas de empregos e de melhores condições de vida.

Com o apoio do Estado, que todo momento esteve do lado dos grandes empreendimentos, com o discurso de que é necessário expandir, desenvolver, gerar emprego e renda. No entanto, gerar emprego e renda destruindo os modos de viver de grupos tradicionais, empregos precarizados, que não dão nenhum tipo de segurança e estabilidade para as pessoas, porque em sua maioria eram temporários, duraram apenas o tempo de construção do empreendimento.

Se o bem-estar social fosse uma prioridade do Estado e dos grandes empreendimentos, não estariam incentivando a migração de pessoas para a Ilha do Maranhão com ofertas de empregos e de melhorias de condições de vida, já que, São Luís encontra-se com uma densidade demográfica de 1.215,69 hab/km<sup>2</sup>, muito superior em relação ao estado do Maranhão, 19,81 hab/km<sup>2</sup>, e ao Brasil que é de 22,43 hab/Km<sup>2</sup>, segundo o censo demográfico do IBGE 2010<sup>8</sup>. Abaixo um trecho do RIMA da Termelétrica Porto do Itaqui que segue apontando sobre o crescimento populacional da área de influência direta da usina e relatando sobre o crescimento demográfico das últimas décadas, como se fosse algo louvável em uma Ilha que não possui infraestrutura nem de moradia, transporte, saneamento básico para a população existente como estamos apontando desde o início deste trabalho, o que dirá estrutura para suportar mais crescimento demográfico:

A população total dos municípios AII<sup>9</sup>, era de cerca de 1.200.000 habitantes, em 2007, representando cerca de 20% da população do Estado do Maranhão. São Luís, capital do Estado e pólo regional, concentra cerca de 79% da população da AII e 16% da estadual. A densidade demográfica da AII é de 837,32 hab/ km<sup>2</sup>, muito

---

<sup>8</sup> <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>. Acesso em 20 de Jan 2017.

<sup>9</sup> Área de impacto indireto; De acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), a AII corresponde ao território da Ilha de São Luís, englobando as cidades de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar (DIFERENCIAL, 2008).

superior à média estadual, de 18,4 hab/km<sup>2</sup>. De modo geral, entre 1970 e 2007 os municípios da AII apresentaram crescimento demográfico anual médio de 3,8%, superior à média estadual, de 1,9%. (DIFERENCIAL, 2008)

Certamente o aumento da densidade demográfica se deu em decorrência do número de empreendimentos instalados na Ilha, desde a década de 1970, e na esperança que as pessoas do interior do estado e de outros estados nutrissem em encontrar uma vida melhor (o que é sempre vendido quando os empreendimentos desejam se instalar), emprego, moradia, no entanto, o que acaba ocorrendo é o inchaço populacional, o aumento das periferias das cidades da Ilha, assim como, o aumento de pessoas desempregadas quando do término das construções dos empreendimentos, como é o caso da Termelétrica Porto do Itaqui, que em seu *site*, aponta que foram mais de 3000 (três mil) empregos no auge das obras, no entanto, agora, sabe-se que mantém pouco mais de 100 empregados.

Pereira (2010) afirma que os moradores de Vila Canaã ressentem-se, sobretudo os mais idosos, com as diferenças do antigo (Vila Madureira) e do novo lugar de moradia (Vila Nova Canaã), questões como alimentação, água potável, que retiravam direto de fontes naturais, agora precisam de uma relação mais próxima com o dinheiro para obtê-las, além do mais, as condições de trabalho são mais duras e custosas. Afirma ainda que, apesar de terem consciência de que a vida era difícil em Vila Madureira, contudo, na vila Canaã as coisas são mais dispendiosas ainda.

No EIA/RIMA, a empresa reconhece que as famílias perdem a produção agrícola e a sociabilidade local e aponta que a alteração no cotidiano da população é irreversível, mesmo que sejam realocadas, pois essa mudança fará com que estas pessoas tenham dificuldades até mesmo de reproduzir seus modos de vida e desenvolver suas atividades rotineiras, como a agricultura de subsistência, a comercialização de materiais recicláveis e acrescentamos a comercialização de seus excedentes nas feiras dos bairros próximos, como a feira do Anjo da Guarda, figura abaixo.

Figura 4 Feira do Anjo da Guarda



**Fonte:** DIFERENCIAL (2008).

Até porque o modo de vida não se referia apenas a terra que essas pessoas tinham na Vila Madureira, era todo um conjunto de sociabilidades e subjetividades já construídas. Incluímos aqui a vizinhança, a relação com o ambiente (físico, social e psicológico), a afinidade com os grupos que ali viviam, o modo como eram construídas as casas, enfim, todo um conjunto que não pode ser encontrado em outro espaço. Apresentaremos algumas imagens de como eram as casas na Vila Madureira em uma comparação com o que foi construído e colocado como melhoria de vida pelo EIA/RIMA, onde diz que as casas eram quase todas de pau a pique, logo, as famílias terem ganhado casas de alvenaria seria, segundo a empresa, uma melhoria de vida. Seguem figuradas retiradas do Anexo VII, do Relatório Fotográfico EIA/RIMA, Diferencial (2008).

Figura 5 Casa em Vila Madureira



Figura 6 Casa em Vila Madureira



Figura 7 Casa em Vila Madureira



**Fonte:** DIFERENCIAL (2008)

Figura 8 Casa em Vila Madureira



**Fonte:** DIFERENCIAL (2008)

Figura 9 Casa em Vila Madureira



**Fonte:** GRUPO OGX, 2012.

Figura 10 Residencial Nova Canaã



**Fonte:** GRUPO OGX, 2012.

Ressaltamos ainda que parte dessas pessoas que não possuíam uma casa melhor estruturada em Madureira, são pessoas que possuíam casa em bairros próximos e utilizavam aquelas apenas como apoio no terreno.

Os modelos de casas que foram implantadas na Vila Residencial Nova Canaã (como mostramos na figura acima), onde as famílias foram realocadas, demonstra muito bem o que Vasconcelos (2012) aponta quando fala sobre as construções das novas casas, que não comportam as necessidades dos sujeitos realocados, pois as residências do projeto são todas iguais, em tamanho e forma, independentemente do tamanho da família que a ocupa, a casa possui 57 m<sup>2</sup>, dois quartos, cozinha, banheiro e sala de estar (PEREIRA, 2010), e isto é um dos fatores que incomodam os novos moradores, que podemos perceber no registro feito por Morais (2016), no qual a moradora, por ela entrevistada, relata que esperava que a casa fosse maior e que fosse construída com um material melhor, afirmando ainda que gostava muito mais da Vila Madureira.

Além do mais, as famílias trabalhavam em seu próprio quintal. O que na Vila Nova Canaã não acontece, pois o Polo Agrícola foi construído a cerca de 5 km do residencial. Então, estas famílias precisam caminhar bastante para chegar em seus locais de trabalho. Sem falar que no caminho até o polo, a via de acesso não possui espaço para pedestre ou ciclista. O espaço entre o asfalto e a cerca é quase inexistente, não possui calçadas e a via é muito movimentada por carros. Pela distância e os perigos da estrada a ser percorrida, muitas pessoas já abandonaram suas hortas. Outra questão é: como fazer para retirar o sustento de uma família em um terreno de 360 m<sup>2</sup>?

Muitas famílias não se adaptaram ao local e decidiram não ficar morando no reassentamento Vila Nova Canaã. Venderam ou alugaram suas casas e foram morar no Anjo da Guarda ou bairros próximos, outros ainda, decidiram morar no interior do estado, segundo informaram alguns dos moradores entrevistados desta pesquisa. Os moradores informam que das 85 famílias deslocadas, apenas cerca de 50 ainda vivem no reassentamento. Algumas delas foram em Nova Canaã apenas para receber o imóvel e levar os eletrodomésticos que haviam recebido (geladeira, televisão, liquidificador e computador).

Um dos pontos que nos intriga é uma contradição do processo, visto que o estudo de impacto ambiental aponta que a maioria dos proprietários não tinha como principal fonte de renda a agricultura, no entanto, contrariando o próprio Estudo de Impacto ambiental, foi o que a empresa lhes apontou como principal meio de vida ao lhes oferecer como trabalho o projeto do Polo Agrícola. O EIA/RIMA aponta ainda que a perda da produção agrícola dessas pessoas não afetaria o abastecimento de produtos no município de São Luís:

Ressalta-se que entre os 72 proprietários entrevistados na ADA, apenas 7 têm como principal fonte de sustento de seus familiares a renda proveniente da exploração da agricultura em seus terrenos. Por ser caracterizada como agricultura de subsistência, a diminuição na produção agrícola não afetará, de forma significativa, o

abastecimento e nem a comercialização de produtos no município (DIFERENCIAL, 2008, VII. 17).

A empresa que deslocou as famílias da Vila Madureira para a Vila Residencial Nova Canaã ao oferecer para a comunidade a possibilidade de ter um posto de saúde, uma escola, um mercado e, principalmente, o título de propriedade da casa, o que para Pereira (2010) deve ter sido visto pelos moradores como uma melhoria de vida. Já que em Vila Madureira, por suas percepções, provavelmente, não poderiam ter o que fora oferecido pela empresa, se fossem esperar pelo Estado. Visto que o Estado tem se ausentado de suas obrigações para com os cidadãos, não ofertando o mínimo necessário: saúde, moradia digna, trabalho, educação.

Os moradores informaram que mesmo tendo o posto de saúde, as coisas não melhoraram, pois não tem médico, dentista nem medicamentos. A escola que foi feita com sala multimídia, sala de música, atualmente não tem professores disponíveis para as atividades referidas. Uma das maiores reclamações da comunidade se refere à falta de transporte público para a área do Polo agrícola.

Mas o governo do Maranhão, por meio da secretaria de Estado de Indústria e Comércio sempre fez sua parte, como manda o capital. A propaganda de apoio incondicional ao empreendimento, anunciando que o empreendimento traria 14 mil empregos diretos e indiretos, como mostra a imagem abaixo, retirada de uma apresentação feita pelo então secretário de Indústria e comércio, senhor Maurício Macedo, em 2012. Sendo que em 2008, o arquiteto Ronald Silva já alertava que:

A UTE-Porto do Itaqui, projetada oficialmente pela MPX & EBX em 2 [duas] etapas de 360 MW e que vai custar US\$ 1,431 bilhão, cujos controladores estão exigindo isenção de todos os impostos e todas as vantagens legítimas e ilegítimas – vai gerar apenas 106 empregos diretos permanentes na 1ª Fase e pouco menos na 2ª Fase (SILVA, 2008).

Figura 11 Governo do Estado: prospecção da UTE Porto do Itaqui



**Termelétricas**

**UTE MPX Itaqui - EBX**

- Localização:** São Luís
- Investimento:** R\$ 1,8 bilhão
- Capacidade:** 360 MW
- Combustível:** Carvão mineral
- Empregos:** 14.000 (diretos e indiretos)
- Status:** Em obras

Usina Termelétrica MPX Itaqui – EBX

Fonte: SEDINC (2012).

Algo parecido com o que fizeram quando a ALCOA S.A. veio se instalar em São Luís. Como aponta Santos (2010), a promessa era de que a ALCOA ofereceria a São Luís desenvolvimento, empregos e divisas para pagar a dívida do país. Proporcionava muitos empregos em todas as áreas, com um anúncio que dizia: “Maranhense, volte para casa. O Maranhão tem lindas praias, babaçu, camarão e empregos!” (SANTOS, 2010, p. 131). No entanto, Santos aponta ainda que os empregos que restaram aos maranhenses foram apenas trabalhos rústicos, ocupados por peões.

A questão aqui nos remete ao modo como a comunidade de Vila Madureira foi retirada de seu espaço de moradia e convívio social e realocada em um lugar com as condições biopsicossociais totalmente diferentes do que estavam acostumadas. Isso pode ser observado de diversas formas, inclusive, a partir das imagens de onde era a Vila Madureira (São Luís) e de onde instalaram a o reassentamento Nova Canaã (Paço do Lumiar).

Figura 13 Vista aérea do Residencial Vila Nova Canaã



Fonte: Site ENEVA.

Figura 12 Usina termelétrica Porto do Itaqui - no território de Vila Madureira



Fonte: SEDINC (2012)

A figura 12 é de onde a empresa está instalada e de onde as famílias foram retiradas, pode-se observar que ao fundo, nas proximidades de onde era a Vila Madureira, encontra-se o mar, e rios, de onde muitos dos moradores retiravam o que comer e o que vender para se sustentar. A vegetação é vasta. Ali, as pessoas colhiam frutos para sua própria alimentação e para vender nas feiras das proximidades. Além do mais, viviam às margens da BR-135, onde tinham mais facilidade de acesso ao transporte público para o centro de São Luís e outros lugares.

Na figura 11, vemos as novas instalações das famílias de Vila Madureira, em um loteamento distante do centro de São Luís, sem vegetação nas proximidades, uma área seca e sem a presença de rio ou mar. Nas proximidades, as pessoas não têm de onde retirar o próprio

sustento a partir da natureza, como estavam acostumadas. A não ser pelo fato de que a empresa se viu obrigada, pelas condicionantes de instalação e funcionamento, construir algo para que essas famílias pudessem se reproduzir materialmente, o polo agrícola.

O polo agrícola, como foi constatado em pesquisa de campo, tem custos altos que não corresponde com o que as pessoas conseguem produzir. Além do mais, a contribuição dada à associação de moradores do polo agrícola não leva em consideração a produção ou tamanho do terreno que a família possui. Quem possui 360 m<sup>2</sup> de área ou aquele que tem quatro (4) hectares (40.000 m<sup>2</sup>), contribui com igual quantia mensal de cinquenta reais, e esta arrecadação não dá conta de pagar nem um terço das despesas do polo. As despesas mais altas ainda estão sendo pagas pela empresa, como parte das condicionantes de funcionamento.

As contas de manutenção do poço para a retirada de água que serve para irrigar as plantações, já chegou a custar quatro mil reais, no entanto, essa água ainda é insuficiente para abastecer as hortas de todos os produtores, que no momento só são vinte e dois. Além desse custo, há ainda as despesas da energia de uso comum, transporte das mercadorias para a venda, a compra de insumos agrícolas, sementes, adubos e, em alguns casos, os moradores precisam pagar mão de obra para ajudar no trabalho de manutenção das hortas, pois os outros membros da família precisam trabalhar em outros setores para dar conta das despesas de casa.

É importante acrescentar que a empresa foi vencedora do Prêmio Eco 2010, promovido pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil – AMCHAM, na categoria sustentabilidade em novos negócios, o programa de reassentamento da UTE Porto Itaquí foi avaliado a partir de um projeto desenvolvido pela Empresa, desde o processo de remoção à negociação com as famílias. A AMCHAM possui atualmente um conselho administrativo constituído por representante de empresas como a Monsanto, a Braskem, Votorantim, Rener, Walmart, dentre outras. Segundo o *site*<sup>10</sup> da AMCHAM, o grupo trabalha promovendo “o comércio e investimento entre o Brasil e outros mercados, auxiliando empresas brasileiras e estrangeiras com informações relevantes, consultoria estratégica, capacitação, relacionamento, *networking* e contatos com empresas estrangeiras”, além de “auxiliar na definição e estratégia de entrada no mercado externo, estudamos e analisamos o mercado ideal para o seu negócio”.

Para Morais (2016), este prêmio contribuiu de várias formas com a imagem da empresa, tanto por fazer com que ela tenha uma melhor aceitação diante da sociedade, como também proporcionar que os moradores do reassentamento sintam-se mais constrangidos para

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.amcham.com.br/o-que-fazemos/internacionalizacao> Visitado em set. de 2017.

questionar os malefícios que empreendimento causou em suas vidas, afinal é como se os reassentados também tivessem sido premiados, já que do ponto de vista da comunicação, os prêmios são idealizados para que os participantes se sintam valorizados, ajudando a manter um clima favorável no ambiente.

### **3. O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NAS RELAÇÕES DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO: o olhar da Abordagem Sócio Histórica**

Entendendo os processos psicológicos para além da questão biológica e da evolução das espécies, a Psicologia Sócio-Histórica, considera que a base material e o processo histórico fazem parte do desenvolvimento do psiquismo humano. Neste contexto, afirmamos que o indivíduo se singulariza a partir de sua ação no contexto social, econômico e cultural através de seu trabalho, considerando o modo de produção e/ou a forma de organização socioeconômica (BERTINI, 2014).

A Psicologia Sócio-Histórica nasceu na Rússia e, um de seus principais fundadores foi Lev Seminovitch Vygotsky, que buscava a construção de uma teoria psicológica que não fragmentasse o ser humano. Pretendia, com o método dialético, a superação das dicotomias entre objetividade e subjetividade, e desse modo, possibilitar a compreensão do sujeito a partir do seu contexto social e histórico (BERTINI, 2014). A perspectiva sócio-histórica visa superar os reducionismos das teorias existentes que ou privilegiam a mente e aspectos internalistas do sujeito ou, por outro lado, dão ênfase aos comportamentos externos (FREITAS, 2002). A proposta é estudar o homem na sua totalidade, considerando mente, corpo e os aspectos da sociedade em que vive, respeitando as características dialéticas das relações do sujeito com o mundo e com ele mesmo.

Ana Maria Bahia Bock (2007) faz uma síntese do que representa o materialismo histórico dialético, método no qual a Psicologia Sócio-Histórica se apoia. Afirma que possui uma concepção materialista onde a realidade possui leis e é determinista, existindo uma realidade material independentemente do mundo das ideias. Outra característica do método é o entendimento da dialética que possui como característica fundamental, a contradição. A realidade está em constante mudança e a base deste movimento de transformação é a contradição e sua superação. A terceira característica do método materialista histórico e dialético é a concepção histórica, que de acordo com Bock (2007), se faz necessário que se considere as questões históricas da sociedade em que o sujeito está inserido. Atenta-se, também, para que a história está em constante transformação e que não há como se formular leis gerais e estanques, universais e que sirvam para diversas sociedades ou diversas épocas, mesmo porque, estamos falando de fenômenos que dizem respeito a sujeitos que possuem subjetividade e, portanto, não há como formular uma lei geral a esse respeito.

Nesta perspectiva, a Psicologia Sócio-Histórica exige do profissional da psicologia que tenha um posicionamento ético e político e, atrelado a tudo isto, compreenda o fenômeno psicológico e a realidade social de cada sujeito (BOCK, 2007), permitindo assim, pensar a pessoa individualmente, mas concebê-la numa realidade social e histórica, influenciando-a e sendo influenciada por ela. Assim, a psicologia deixa de responsabilizar somente os indivíduos por seus sucessos ou fracassos, como tem feito e passa a concebê-los como sujeitos inseridos em uma realidade social, econômica, política e cultural, na qual, muitas vezes, não possuem as condições mínimas necessárias para seu desenvolvimento “normal”, como dita o padrão dominante da sociedade (BOCK, 2007).

Sawaia (2009, p. 365) afirma ainda que esta é uma perspectiva de análise que compreende que “por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança parece morta”. Sawaia (2009) e Bock (2007) apontam que a psicologia Sócio-Histórica rompe com as dualidades (mente-corpo; individual-social; subjetividade-objetividade), permitindo-nos compreender que as relações não são polares, mas que se dão de modo dialético e histórico, que perpassam as questões econômicas, sociais e culturais.

Particularmente, a Psicologia Sócio-Histórica nos ajuda a compreender que as relações humanas e os fenômenos psíquicos estão atravessados pelo contraditório, pelas questões sociais e históricas. É nesta perspectiva que acreditamos que o fenômeno psicológico é uma construção que se dá individualmente, a partir da apreensão do mundo social (BOCK, 2007), isto é dinâmico e está em constante transformação, assim como os mundos social e simbólico estão em mutação.

Para Scalon (2011), vivemos em uma sociedade com tantas desigualdades e injustiças sociais, porque a esfera pública é articulada para atender aos interesses de particulares. Neste cenário, a participação social é prejudicada, pois é distribuída de modo desigual, portanto, fica ainda mais complicado atender os interesses da maioria, quando uma pequena cúpula coordena o público para si.

Ainda neste mesmo raciocínio, entende-se que, quando a participação no poder de decisão é lesada para as camadas mais desfavorecidas, estamos diante de uma situação em que os benefícios e vantagens do Estado certamente irão favorecer as camadas que possuem participação garantida nesta arena, e (in) justamente aqueles que já são incluídos socialmente (SCALON, 2011), deixando o Estado de cumprir o seu papel de promotor da igualdade por

meio de políticas sociais, tendo estas políticas como um dispositivo que auxilia na ampliação do acesso a direitos e na geração de oportunidades, para então, favorecer a desigualdade social.

Para Ximenes (2015), há várias formas de falar sobre a pobreza. Utilizando a ideia de pobreza multidimensional, ou seja, ela leva em consideração a renda, o acesso à educação, saúde, habitação e fatores pessoais. A pobreza não é apenas a falta de dinheiro, ela está ligada ao fato de que as pessoas não possuem as condições para realizar seus sonhos e de escolherem o que desejam para si, seu modo de vida. E a ausência dessas condições contribui para que o indivíduo naturalize a sua condição e muitas vezes, esse sujeito ainda é culpabilizado. Guareschi (2014) aponta que a culpabilização do sujeito por sua condição de excluído é uma estratégia que fundamenta e legitima os aspectos próprios da exclusão.

Temos clareza de que a desigualdade social não é algo que se dá de forma natural, mas se dá a partir de escolhas políticas feitas ao longo da história (SCALON, 2011), história esta que têm estado do lado da burguesia e de suas ditas necessidades. É neste sentido que Bock (2007) reforça a necessidade de um posicionamento da psicologia para que não continuemos reforçando as injustiças sociais praticadas desde sempre contra a população menos favorecida, visto que as oportunidades não são para todos em se tratando de uma realidade desigual. É pensando nisto que Scalon (2011, p. 50) afirma que, quando falamos em transformações sociais, impreterivelmente, devemos considerar as mudanças nas formas de distribuição da riqueza e os “processos de alocação dos indivíduos na estrutura social”, pois só se tem alguma mudança, se houver uma reorganização nesta estrutura. Sobre a questão da desigualdade, Scalon (2011, p. 60) afirma que:

Desigualdades extremas não são ruins apenas para a redução da pobreza, mas também para a implementação de um padrão de crescimento sustentado. [...] O que se observa é que as consequências negativas das desigualdades de oportunidades e de poder político sobre a capacidade de desenvolvimento sustentado de um país são ainda mais profundas porque as desigualdades econômica, política e social se reforçam e se reproduzem no tempo.

Para contextualizarmos melhor estas questões, acessamos informações do censo demográfico do IBGE de 2010, no qual nos deparamos com o índice Gini, que diz respeito à medida de concentração de renda, mensurado em uma escala de zero a um, sendo que quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade e, quanto mais próximo de um, maior a desigualdade de distribuição de renda. No Brasil, este índice alcançou 0,608, enquanto que o

do estado do Maranhão apontava para 0,629<sup>11</sup>, demonstrando que a desigualdade social no Maranhão é mais acentuada que no cenário nacional (DATASUS, 2011).

Um dado do *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 2006 aponta que as estruturas sociais muito desiguais podem impactar negativamente a eficiência das instituições (SCALON, 2011, p. 59). Isto acontece porque, em situações de desigualdades econômicas, sociais e políticas, os interesses dos mais privilegiados são sempre favorecidos. O Estado do Maranhão tem demonstrado empiricamente como isto se dá na prática cotidiana, são centenas de anos de exclusão social, o que pode ser registrado a partir do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um dos piores do país. A seguir, apresentamos a tabela com o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é o IDH adaptado aos municípios brasileiros, que foi criado em 2008, segundo o *site*<sup>12</sup> do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. As dimensões consideradas são as mesmas do IDH Global – saúde, educação e renda e, o Índice Municipal também varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 1 (um) mais desenvolvido.

IDHM foi apontado pelo Atlas Brasil 2013 e mostra que o Maranhão só está acima do estado de Alagoas. A tabela registra ainda que no que se refere à renda, o Maranhão é o último da tabela, com 0,612. Enquanto que Alagoas, a federação que tem o pior IDHM do país, possui o índice referente à renda 0,641.

---

<sup>11</sup>Ver <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufc.htm>. Acesso em: 20 de jan 2017.

<sup>12</sup>[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/perguntas\\_frequentes/#5](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#5). Acesso em: 20 de jan 2017.

Figura 14 Ranking IDHM 2010 - Estados do Brasil

Ordenado pelo IDHM								
Faixas de desenvolvimento humano		Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	
	Muito Alto	0,800 - 1,000	1 °	Distrito Federal	 0,824	0,863	0,873	0,742
	Alto	0,700 - 0,799	2 °	São Paulo	 0,783	0,789	0,845	0,719
	Médio	0,600 - 0,699	3 °	Santa Catarina	 0,774	0,773	0,860	0,697
	Baixo	0,500 - 0,599	4 °	Rio de Janeiro	 0,761	0,782	0,835	0,675
	Muito Baixo	0,000 - 0,499	5 °	Paraná	 0,749	0,757	0,830	0,668
			6 °	Rio Grande do Sul	 0,746	0,769	0,840	0,642
			7 °	Espírito Santo	 0,740	0,743	0,835	0,653
			8 °	Goiás	 0,735	0,742	0,827	0,646
			9 °	Minas Gerais	 0,731	0,730	0,838	0,638
			10 °	Mato Grosso do Sul	 0,729	0,740	0,833	0,629
			11 °	Mato Grosso	 0,725	0,732	0,821	0,635
			12 °	Amapá	 0,708	0,694	0,813	0,629
			13 °	Roraima	 0,707	0,695	0,809	0,628
			14 °	Tocantins	 0,699	0,690	0,793	0,624
			15 °	Rondônia	 0,690	0,712	0,800	0,577
			16 °	Rio Grande do Norte	 0,684	0,678	0,792	0,597
			17 °	Ceará	 0,682	0,651	0,793	0,615
			18 °	Amazonas	 0,674	0,677	0,805	0,561
			19 °	Pernambuco	 0,673	0,673	0,789	0,574
			20 °	Sergipe	 0,665	0,672	0,781	0,560
			21 °	Acre	 0,663	0,671	0,777	0,559
			22 °	Bahia	 0,660	0,663	0,783	0,555
			23 °	Paraíba	 0,658	0,656	0,783	0,555
			24 °	Piauí	 0,646	0,635	0,777	0,547
			24 °	Pará	 0,646	0,646	0,789	0,528
			26 °	Maranhão	 0,639	0,612	0,757	0,562
			27 °	Alagoas	 0,631	0,641	0,755	0,520

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

A concentração de riquezas no Brasil, e especialmente no Maranhão, é um fator a que se deve dar grande importância quando analisamos os índices em questão. Em 2014, uma matéria veiculada nacionalmente apontou que o Maranhão é um dos estados com piores índices sociais do país (G1, 2014). Nesta matéria, a então Governadora do Estado, Roseana Sarney (PMDB), afirmou que o estado estava mais violento porque, “É um estado que está se desenvolvendo, um estado que está crescendo. E um dos problemas que está piorando a segurança é que o estado está mais rico, mais populoso também”.

A então governadora só não mencionou que a violência se dá principalmente, por conta da má distribuição da riqueza. Apesar de ter aumentado o Produto Interno Bruto (PIB) em 15,3%, entre os anos de 2010 e 2011, o crescimento não veio acompanhado de melhorias de vida para as pessoas, de acordo com a matéria.

Ferreira (2014) a partir de uma pesquisa realizada por Rodrigues (2010), que analisou os indicadores intraurbanos de São Luís, no período de 1991-2002, baseado em quatro dimensões (habitação, saneamento, educação e renda), mostra que a renda é o que demonstra maior desigualdade, confirmando que o PIB não tem sido distribuído de modo a diminuir a miséria social em que estamos inseridos. Ferreira aponta ainda que 28,87% das famílias da cidade estão inseridas em programas assistencialistas, tal como bolsa família, demonstrando na prática o que estamos falando.

A concentração de riqueza reflete em outros aspectos da vida das pessoas, tais como: saúde, educação, as pessoas ficam sem as condições mínimas de sobrevivência. Ferreira (2014) aponta que a população total de São Luís era de 1.011.943 pessoas, em 2010, da população economicamente ativa de São Luís, que eram 443.288 pessoas, cerca de 69,43% recebia entre  $\frac{1}{4}$  e 2 salários mínimos, enquanto que apenas 0,75%, o equivalente a 3.343 pessoas recebia acima de 30 salários mínimos.

Em um estado de extrema desigualdade encontramos traços que remontam a uma continuidade do colonialismo, do senhor de engenho e de coronéis e, onde as relações capitalistas acabam por acirrar as desigualdades sociais, apoiadas pelo Estado, não havia de ser diferente que, para uma grande parcela das pessoas em situação de menor poder (econômico, social e político), não lhes fosse garantido o direito de moradia, o direito à terra, de uma vida justa e digna (MENDONÇA, 2017). Até mesmo por que, como afirmam Tomanik, Chaves Filho e Lucas (2008, p. 245), “a terra hoje é para ser comprada, não pode mais ser simplesmente usada”.

Na sociedade capitalista, parte da população não tem as condições mínimas de aquisição de um pedaço de terra, como afirmou Singer (1979). Este mesmo autor, afirma ainda que estas pessoas acabam encontrando uma saída, que em muitos casos é temporária, vão morar em lugares da cidade que não estão ocupados e que, de alguma forma, os direitos de propriedade privada não vigoram, são áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, como é o caso da Vila Madureira e de muitos outros conglomerados na Ilha do Maranhão. No entanto, quando o grande capital passa a encontrar algum tipo de interesse nesses espaços, “os direitos de propriedade privada” voltam a vigorar, e os moradores dessas áreas são deslocados, ou ainda despejados, aumentando consideravelmente as diferenças sociais, as condições de marginalização e de desamparo social que atinge estas populações (SINGER, 1979).

Nestes casos, os modos de vida tradicionais que ali estão postos passam a ser vistos como atrasados, necessitando, portanto, de ser substituídos por outros modos mais atuais (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2000). Indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e pequenos agricultores frente a grandes empreendimentos são ultrajados, de modo que seus territórios terminam sendo sobrepostos diante destas disputas de interesses.

Ao falar sobre o processo de deslegitimação da comunidade de Vila Madureira no momento em que a comunidade é colocada como um empecilho para o desenvolvimento econômico da cidade de São Luís e até do estado do Maranhão, quando da tentativa de

retirada das pessoas de seu lugar de moradia, por exemplo, nos remetemos a Denise Jodelet (2014) quando ela afirma que os estereótipos de deslegitimação inferidos sobre um grupo ou pessoa servem para excluir moralmente este grupo do campo das normas e valores que são aceitos socialmente, colocando no lugar de uma desumanização que legitima qualquer tipo de violência ou pena que possa vir a lhe ser atribuído, como no caso a desapropriação. Facilitando assim, o processo de aceitação dessas penas pela sociedade em geral, já que aquele grupo supostamente fez por merecer ou merece estar naquele lugar de exclusão.

Milton Santos (2006, p. 170) afirma que a busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Ou seja, que são desconsideradas todas as questões que podem por em risco o aumento da mais valia, sejam grupos tradicionais, culturas regionais ou questões ambientais.

Assim, as relações de poder entre os que têm riqueza/capital e os que lutam para sobreviver e que ainda sofrem pelos descasos do Estado, tendem a se tornar cada vez mais assimétricas. Sendo que até a “ajuda” às populações, segundo Gronemeyer (2000, p. 19) passa a ser utilizada como instrumento de poder.

Com muito mais frequência, a ajuda - também frequentemente irrecusável e compulsória - é a consequência de uma necessidade que foi identificada externamente. A definição da necessidade de ajuda já não depende de um grito de socorro e sim de algum padrão externo de normalidade.

Pelas reiteradas experiências de expropriações territoriais sofridas, os grupos tradicionais tendem a lutar pela defesa dos seus territórios e modos de vida, o que o fazem em muitos casos negando a “ajuda” oferecida pelos grandes empreendimentos; acontece que, quando estes grupos se negam a receber a “ajuda” dada por esses grandes empreendimentos, eles estão também, negando que estas organizações têm poder sobre eles. Daí, esta normalidade que transforma a “ajuda” (neste caso, o programa de reassentamento e suas nuances) em atividade do exercício pleno do poder das organizações, e que pretende cativar a ilusão da liberdade e recompensa por parte das comunidades atingidas, faz com que estas neguem repetidamente em suas falas um determinado estado de submissão de suas dinâmicas diante daquelas estipuladas pela empresa.

Este aspecto pode ser observado nos diversos casos de expropriação que os povos tradicionais vêm sofrendo ao longo dos anos, seja pela construção de usinas hidrelétricas ou termelétricas, sejam pela implantação de rodovias, estradas ou, como no caso da cidade de Alcântara (MA), da base de lançamentos de foguetes. O que se tem percebido, é que todas estas comunidades passaram e passam por momentos de muita luta em defesa dos seus

territórios, dos seus modos de vida e da sua cultura (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2009; REBOUÇAS, 2000; TEMPS, 2013), de sofrimento em decorrência das situações de miséria e desesperança e da falta de apoio do Estado.

O que é colocado pelos grandes empreendimentos como ajuda é algo que, na verdade, vem para minimizar os estragos causados àquelas pessoas que perderam seu modo de estar no mundo e necessitarão de algum modo, refazê-lo e que, na maioria das vezes, mesmo estas ajudas vêm por conta de acordos judiciais advindo das lutas das comunidades ou ainda, por conta da legislação brasileira que “obriga” as empresas a prestarem alguns serviços que viabilizem as condições mínimas necessárias para a sobrevivência destas pessoas.

Para Gronemeyer (2000), a ajuda ocupa o lugar de convencimento das comunidades em prol do desenvolvimento, ou ainda, que a base deste desenvolvimento moderno só é possível através da total transformação das comunidades tradicionais. “A ajuda moderna ajuda a fugir. Oferece-nos – ou diz que oferece – a possibilidade de escapar dos grilhões de nossas culturas nativas e de adaptar-nos ao alvoroço profundamente organizado de uma cultura mundial única” (GRONEMEYER, 2000, p. 28). Nesta perspectiva, a cultura classificada como primitiva ou tradicional, como é o caso de uma comunidade na área rural de São Luís que vivia basicamente da agricultura e pecuária para sua subsistência, seria um obstáculo a ser superado pelas ações dos empreendimentos que se autotransformam modernos e mesmo urgentes do ponto de vista de sua justificativa de implantação no contexto do PAC.

Como qualquer outro tipo de ajuda para o desenvolvimento, é preciso que ela destrua aquilo que professa salvar – a capacidade que uma determinada comunidade tem de se organizar e manter seu estilo de vida, com suas próprias forças. Sem dúvida, é uma forma mais elegante de intervenção, e com uma legitimidade moral bem maior (GRONEMEYER, 2000, p. 35).

A “ajuda” vem acompanhada de algo que chega a ser até curioso, a promessa de melhores condições de vida. No entanto, esse “melhores condições de vida”, para existir, primeiramente destrói o modo de vida das pessoas para, em seguida, indicar a construção do que se considera melhor, civilizado.

No caso das pessoas que são deslocadas compulsoriamente a cada dia, podemos dizer que sofrem o “sequestro” e a “apropriação” de seus modos de vida por parte dos grandes empreendimentos e/ou do próprio Estado, o que pode causar-lhes sofrimento ético-político, pois estas ações são seguidas da exclusão ou substituição de seus modelos de produção, de viver, de estar no mundo, por outros que são tidos como hegemonicamente aceitáveis, fazendo assim com que estas pessoas passem pelo processo “civilizador”, saindo da condição de “gente inferior”, que não sabe a forma certa de produzir e viver, para a condição de

“gente”, que adquire as condições de viver e, portanto, precisou apreender as técnicas embutidas pelos grandes empreendimentos, que regulam suas vidas. Muito bem expresso na fala do empresário Eike Batista, ao se referir ao projeto de realocação das famílias de Vila Madureira:

Projetos têm que nascer muito sadios e parte desse sadio é você ter que tomar conta do social. Né? Do social, do ambiental, mas o social tem um valor especial, porque você, você integra as pessoas, literalmente, ao mundo bom, ao mundo que a gente gosta pra gente mesmo (GRUPO EBX, 2012).

A retirada das pessoas do lugar que lhes pertence e a realocação nos remete ao que Sawaia (2014, p. 08) adverte, quando diz que “a sociedade exclui para incluir” e que isto é condição do modo desigual como a sociedade está constituída. Numa ideia de que todos estamos inseridos de alguma forma, no entanto, nem sempre de modo digno.

Neste cenário, Sawaia (2009, p. 370) afirma que a “relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam compõe um processo psicológico político poderoso à reprodução da desigualdade”, que é compreendido pelo Núcleo de Pesquisa Exclusão-Inclusão (Nexin), do qual Sawaia faz parte, como “sofrimento ético-político”. O sofrimento ético-político diz respeito ao sentimento de humilhação, medo, de impotência diante de situações em que a pobreza, a desigualdade social submete o ser humano.

Trata-se de sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência (SAWAIA, 2009, p. 370).

Assim, concebe-se que os processos sociais, históricos, culturais e econômicos que produzem a desigualdade e a exclusão são responsáveis também pela produção do sofrimento ético-político e, nesse caso, o sofrimento não é algo que diz respeito ao indivíduo, mas faz parte de algo que é produzido socialmente (BERTINI, 2014; SAWAIA, 2009), e como o sociólogo José de Souza Martins (2002, p. 21) aponta, “a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos”.

Essas incertezas e o medo de estar no lugar daquele que não possui as condições básicas para viver faz com que o indivíduo acabe se submetendo a diversas humilhações e modos de vida que não são os que desejariam, por exemplo, a submissão a um trabalho

precário e muitas vezes até beirando o análogo à escravidão, ou faz com que o indivíduo tenha medo de lutar por seus direitos e acabe sem o emprego que possui.

Sem a incerteza e o medo não haveria poder, aponta Bauman, que ainda afirma sobre a produção do medo oficial que “os poderes mundanos não vêm em socorro dos seres humanos já alcançados pelo medo – embora façam o possível, e mais ainda, para convencer seus súditos de que, na verdade, esse é o caso” (BAUMAN, 2005, p. 65). Podemos fazer uma aproximação desta passagem com as muitas promessas feitas àquelas pessoas que moravam em Madureira, podemos aproximar das promessas que ouvimos sempre que alguém deseja ganhar mais poder (principalmente, na política eleitoral), ou aos diversos casos de expropriação que são realizados com a promessa de melhores condições de vida e que na maioria das vezes as melhorias nunca chegam, pelo contrário, chegam os retrocessos.

Martins (2002, p. 21) afirma que:

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm um trabalho e, sobretudo, não têm esperança.

O indivíduo é impedido de lutar contra as restrições sociais que sofre porque sua situação não favorece sua ação (BERTINI, 2014). Para Sawaia (2014), na sociedade capitalista, o sofrimento do indivíduo é originado nas relações desiguais, não é algo que se origina nele mesmo. O processo de exclusão da sociedade tem causado sofrimento nos indivíduos, que são culpabilizados pela sua condição social e econômica, como se fosse possível ultrapassar as barreiras da desigualdade social de modo autônomo, deixando de lado as questões inerentes ao sistema capitalista. Desta forma, se faz necessário que pensemos os processos de exclusão vislumbrando as questões atinentes ao sujeito que sofre. É preciso perceber de que modo isto tem se dado em nossa sociedade, como vem impactando a classe trabalhadora e o que se pode fazer para melhorar suas condições de vida.

#### **4. A SUBJETIVIDADE SOCIOESPACIAL HUMANA E O LUGAR DA VIDA COMUNITÁRIA: o olhar da Psicologia Ambiental**

A expansão do setor de indústria e de infraestrutura (portos, ferrovias, rodovias) na cidade de São Luís tem tornado cada vez mais difícil a continuidade do sistema tradicional autossustentável para as comunidades da zona rural. Para ser mais clara, o processo de industrialização trouxe consigo um alto índice de poluição e a retirada das terras das comunidades, o que significa a contínua contaminação dos lençóis freáticos, a diminuição dos recursos pesqueiros, as mudanças do bioma aquático por conta das dragagens realizadas e da poluição despejada nas águas do mar; e o adensamento urbano da ilha do Maranhão (FERREIRA, 2014), tudo isso, resulta na redução do espaço usado para a agricultura de subsistência e a escassez dos recursos naturais favoráveis à pesca artesanal, que é o que geralmente compõe as atividades desenvolvidas por estas comunidades. Milton Santos afirma que:

Vivemos um tempo de mudanças. Em muitos casos, a sucessão alucinante dos eventos não deixa falar de mudanças apenas, mas de vertigem. O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo (SANTOS, 2006, p. 222).

Com o processo de globalização, as técnicas utilizadas para a produção da mais valia se mundializaram, as mesmas técnicas são aplicadas em toda parte sem considerar as populações locais e suas organizações sociais, suas realidades econômicas e tampouco se considera os sistemas locais de recursos naturais. A implantação destas técnicas gera ainda mais desigualdades socioculturais, impondo a criação de realidades mais complexas da vida social (SANTOS, 2014b). Aliás, os sistemas locais de recursos naturais são considerados, quando se quer algo que viabilize os negócios lucrativos.

Agora que o mundo se mundializou [...] não há dúvida de que o mundo sempre foi um só. Todavia, conforme já lembramos, não era possível apreender-lhe a unicidade, exceto para alguns fenômenos de alcance mais geral e fora do domínio social. Atualmente com a internacionalização das técnicas, da produção e dos produtos, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais de todos os tipos (econômica, financeira, política...) é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global (SANTOS, 2014b, p. 36).

É o que vemos acontecer com as diversas comunidades e povos tradicionais, quando dos deslocamentos em prol de grandes empreendimentos que dizem beneficiar a maior parte da população, estamos falando da construção de usinas hidro e termelétricas, por exemplo, ou

da abertura de rodovias e ferrovias que impactam a vida de milhares de brasileiros todos os anos, como os diversos estudos apontam (RODRIGUES, 1997; REBOUÇAS, 2000; PARREIRA, 2008; PEREIRA, 2010; TEMPS, 2013; FERREIRA, 2014; SANTOS, 2014a) e que são realizadas sem muito pensar sobre as vidas que ocupam estes espaços antes de os transformarem em gigantes canteiros de obras. Em toda parte, são aplicadas as mesmas técnicas, remoções, realocações, com consequências bem parecidas, a dizer, o aumento das periferias, do desemprego, das desigualdades sociais ou a criação de assentamentos que, quando vamos tentar compreender os processos, parece-nos que foram realizados pelos mesmos grupos, com os mesmos ideais. Os trabalhos acima citados e outros tantos que a literatura apresenta nos mostram uniformidade, homogeneidade em se tratando dos procedimentos realizados com as diversas famílias deslocadas.

Estudos sobre deslocamentos compulsórios (REBOUÇAS, 2000; ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; MAGALHÃES, 2007; PARREIRA, 2008; PEREIRA, 2010; MENDONÇA, 2013; TEMPS, 2013) justificados pelos processos de desenvolvimento econômico Brasil afora, revelam o quanto as pessoas deslocadas têm sofrido com a perda de seus locais de moradia e vivências sociais e, principalmente, com a substituição de seus modos de vida. Estas perdas implicam não só na perda do local de moradia, mas também, perdas de identidade, da segurança de si, uma desordenação do próprio processo de formação da subjetividade como alguns estudos indicam (GOMES, 2008; GONZÁLEZ REY, 2012; SILVA; HENNING, 2011; TEMPS, 2013), interferências que podem acarretar em diversas dificuldades e adoecimentos, inclusive de adaptação ao novo lugar ou de rejeição dele. Fried (1968) já afirmava que, para a classe trabalhadora a perda dos recursos concretos, como é o caso do local de moradia, bem como a experiência da quebra de estabilidade e familiaridade com o lugar, representado aqui pelo deslocamento compulsório, influenciam negativamente no sentido de continuidade da vida destas pessoas.

Os territórios se conformam como base cotidiana de objetivação na configuração da comunidade (SAWAIA, 2007), porque é a partir do que se vivencia ali que haverá espaço para a formação da apropriação do lugar e de um possível envolvimento entre os membros do local, o que possibilitará as relações comunitárias e de vínculo com o lugar. Neste contexto, a comunidade refere-se a uma “dimensão temporal/espacial da cidadania, na era da globalização, portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática “plural e igualitária” (SAWAIA, 2007, p. 51).

Pedrinho Guareschi (2007) considera que um dos conceitos de comunidade que mais se aproxima do ideal é o dado por Marx, que aponta que é “onde todos são chamados pelo nome”, dando a ideia de que as pessoas vivem em um meio onde não perdem sua identidade e singularidade, no entanto, elas não vivem apenas de sua singularidade, elas vivem numa dialética singularidade-coletividade. Afirmando ainda, que o “ser” das pessoas que vivem em comunidade não se esgota em suas singularidades, mas é complementado pela coletividade. O viver em comunidade implica dizer que as pessoas possuem direito à voz, além do mais, implica numa dimensão afetiva do grupo para si.

As relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em sua singularidade, onde as diferenças sejam respeitadas (GUARESCHI, 2007, p. 97).

A psicologia ambiental, ao estudar as relações pessoa-ambiente, preocupa-se com as relações que as pessoas estabelecem com os lugares geográficos, trazendo a necessidade de se estudar o espaço físico e mostrar a importância dele para a formação da identidade e do *self* do sujeito. Neste sentido, a psicologia ambiental apresenta-nos a relação do lugar com conceitos como identidade, apego ou vínculo ao lugar e vinculação aos lugares concatenados. O apego ao lugar aparece como um componente importante para a compreensão das vivências emocionais do sujeito com seu ambiente, sendo considerado parte da formação, desenvolvimento e manutenção do *self*, deste modo, se configura como parte importante da formação do sujeito (MACEDO ET ALL., 2008).

O lugar a que pertencemos é algo que nos identifica, “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, como diria Milton Santos (1999, p. 8). O território deve ser visto como algo que está para além de um conjunto de sistemas naturais e coisas, que precisa da relação com as pessoas; o território em si não é uma categoria de análise para as disciplinas históricas e, incluímos aqui, a psicologia, visto que seu objeto de estudo também necessita, influencia e é influenciado pelas relações que se dão nos mais diversos tempos, espaços e territórios (SANTOS, 1999). Neste sentido, o território é visto como o local e a base do trabalho, o local de moradia, das relações sociais, espirituais, logo, é onde se vive. Para Saquet (2013, p. 25) os territórios e as territorialidades são:

Vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade.

No entanto, para Flores (apud CORRÊA; DINIZ, 2013, p. 05), o território pode ser “construído” ou “dado”. Nos casos de reassentamento, como o da Vila Residencial Nova Canaã, considera-se que o território é “dado”, ou seja, uma territorialidade que não possui as características próprias de seus moradores, porque eles não participaram de sua construção, é um espaço que lhes foi apresentado com certos parâmetros, manipulado para receber essas famílias que estavam sendo retiradas de seu lugar e tiveram de se adaptar ao novo espaço. Já o território “construído”, remete à ideia de algo que tem a participação das pessoas na construção do lugar, que ali reproduzem seu modo de vida e criam vínculos sociais, econômicos e psicológicos, apego, pertencimento, raízes.

O apego ao lugar, enraizamento, sentido de lugar, pertencimento, afiliação, apropriação, compromisso, empenho afetivo, dependência e identidade de lugar, todos estes termos são utilizados para falar sobre a questão da afetividade pelo lugar, o que nos leva a entender que a psicologia ainda não tem uma precisão ao abordar a afetividade pelo lugar (GIULIANNI, 2004).

O apego ao lugar é considerado uma necessidade humana fundamental (...), uma necessidade que a sociedade contemporânea está cada vez menos capaz de satisfazer, devido à sua tendência de seguir gradualmente em direção a uma uniformidade espacial e a uma grande mobilidade, desenvolvendo, portanto, um relacionamento puramente funcionalista com os lugares (GIULIANNI, 2004, p. 92).

Para a psicologia, o sentimento de pertencimento ao lugar está ligado às funções que o lugar desempenha, mas não apenas, está ligado também, aos significados e símbolos que o lugar representa. As descobertas, o exercício de novas habilidades, a superação de medos e angústias, o sentimento de segurança, o vivenciar o lugar podem ampliar a sensação de pertencimento que desenvolvemos em relação a um determinado lugar (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008). Dessa forma, o sentimento de pertença está ligado à apropriação, que é quando a pessoa se projeta no espaço e o torna um prolongamento de si, dando origem ao *seu lugar* (CAVALCANTE; ELIAS, 2011), ou ainda, como afirmam Pazini e Jerônimo (2009), é a vinculação afetiva ao lugar, a partir da vivência em um espaço onde produz suas identificações.

“De onde você é?” Esta pergunta geralmente fazemos quando queremos saber onde a pessoa mora, onde nasceu, onde vive, enfim, a que lugar pertence. O sentimento de pertença pode ser comparado à posse que a pessoa adquire sobre um espaço determinado, existindo uma associação entre a posse do espaço e a autoimagem e a formação da identidade social das pessoas que vivem ali (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008; MOURÃO; CAVALCANTE, 2011). Nesta perspectiva, as pessoas passam a se perceber, e serem percebidas, como parte de

um grupo e de um determinado lugar, formando assim, o sentimento de comunidade. Neste sentido, entende que ali há uma relação única, a qual não é encontrada em outro espaço (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011). É nessa direção, que ao responder a questão: “de onde você é?”, ainda que em um único vocábulo (Argentina, Maranhão, Recife, Calhau, Ilhina, Cajueiro, Rocinha, Leblon) se dá também elementos preconcebidos acostados a esses lugares que classificam e identificam o declarante social, cultural, econômica, política e psicologicamente.

Dito de outro modo, um balinês, um afegão, um brasileiro ou estadunidense, ainda que no campo especulativo ou pelo ideal de identidade nacional, carregam, cada um, as características sociais, econômicas, políticas, psicológicas da sua terra, do seu lugar. Podemos aumentar ainda mais a complexidade de análise: dependendo da região, do estado, da cidade e do bairro de qualquer um desses indivíduos em seus respectivos países, estes serão classificados e identificados distintamente em seu próprio país ou fora dele. Daí esse indivíduo pode ser classificado ou identificado como tradicional ou moderno, pobre ou rico, desenvolvido ou subdesenvolvido, pacífico ou violento, libertário ou mesmo terrorista, ou seja, por essa percepção, o lugar não diz apenas de onde o indivíduo é, sobretudo, informa quem ele é.

Talvez, por isso mesmo, conscientes ou não, as comunidades tradicionais tenham tanto cuidado e cuidem tanto do seu lugar, por saberem que o lugar e elas mesmas constituem uma dialética de vivência ancestral que denuncia quem são.

Através do processo de apropriação é que se materializam os afetos, mostrando o mundo a partir da percepção do sujeito, o lugar, nessa concepção, informa quem é o indivíduo, suas preferências, gostos, desejos, sonhos, aptidões, esperanças. Dessa maneira, o sujeito projeta suas próprias características no espaço, como também o espaço, socialmente estruturado, lhe impõe características, comportamentos próprios, dialética esta que constitui o lugar, com significados e importâncias, logo não é apenas um espaço sem sentido e descontextualizado, fora de seu tempo (GOMES, 2008).

Nicolas (1998) afirma que podem ser identificadas três formas de articulação entre o tempo e o espaço, sendo que cada uma corresponde à determinada relação entre “sociedade e tecnologia” como base material para a apropriação do espaço.

(...) os sujeitos individualizam o espaço, se apropriam dele e o obrigam a transmitir-lhe um valor que se integra à sua atividade, conquanto nos cálculos tradicionais não se reconheça como tal o papel do espaço na formação dos bens ou serviços (NICOLAS, 1998, p. 85).

Nas mudanças de lugar, onde o homem se vê em um espaço que não participou da criação, cuja história lhe é desconhecida, de onde não há memória que lhe seja familiar, para Milton Santos (2006, p. 222), “este lugar é a sede de uma vigorosa alienação”. Cada lugar exprime uma série de diferenças frente aos demais lugares, porque exprime uma quantidade enorme de particularidades e cada pessoa o percebe e se relaciona com ele de uma forma diferente (SANTOS, 2006).

Enquanto lugar, o espaço transcende sua condição meramente objetiva, de suporte material para o existir humano (produzir, habitar, circular, amar, guerrear), reaparecendo em um plano conceitualmente mais elevado: materialidade dotada de significado, parte da experiência humana (SOUZA, 1997, p. 23).

Considerado como parte da existência humana, o lugar se torna fundamental na vida da pessoa, logo, a relação afetiva que as pessoas constroem com suas casas e com o lugar onde vivem ou viveram é importante não apenas para a formação identitária individual, mas também, para a constituição da identidade de grupo ou comunitária (GIULIANNI, 2004).

As histórias que trazemos na memória, vivenciadas na infância ou lembranças relativas à casa que moramos ou lugares dos quais alimentamos algum tipo de afeto, lugares que deixaram marcas (boas ou ruins) em nós; lembranças e desejos de lugares dos quais nos sentimos parte são formas de manter vivos os lugares que fazem parte da nossa história, da formação de identidade, mesmo que apenas no plano do simbólico. Neste sentido, os lugares, para continuarem a existir, não precisam necessariamente do espaço físico, pois como afirmam Cavalcante e Nóbrega (2011, p. 187), “uma vez criado o lugar, pode ser que ele deixe de existir fisicamente, como por exemplo, em demolição. Todavia, é possível que permaneça sempre na mente daqueles que o habitaram”. Desse modo, as pessoas que são deslocadas podem ter como referência seu lugar antigo, onde viveu por muito tempo, onde seus antepassados construíram suas histórias e que a memória guardará.

Neste sentido, Ewald, Gonçalves e Bravo (2008) afirmam que o projeto de modernização do espaço, planejado e utilizado conforme os parâmetros da racionalidade técnico-científica, não deixa a subjetividade incólume, ou seja, a utilização dos espaços de modo racionalizado e conforme uma racionalidade preestabelecida, ditada pelos que acreditam que estão utilizando o espaço de modo funcional e que o fazem sem o consentimento prévio daqueles que já são parte do lugar. Utilizamos aqui a expressão “são parte do lugar” por acreditarmos que os lugares passam a fazer parte de nós quando nos apropriamos deles. O lugar é um espaço que nós caracterizamos ao nosso modo, individualizando-o de tal forma que ele passa a ser parte de nós e nós, parte dele. Ali, nos sentimos seguros, pertencentes.

O espaço não pode ser percebido apenas a partir do ponto de vista da funcionalidade (SANTOS, 1999) técnica-científica, ele deve ser percebido como um lugar no qual se encontram e onde se realizam as trocas entre os sujeitos e o mundo, além do mais, é onde as subjetividades se encontram e se transformam (EWALD, GONÇALVES e BRAVO, 2008). As condições sociais da pessoa e dos grupos, construídas historicamente, é o que nos dá pistas para compreendermos o modo de pensar e agir, segundo os pressupostos da psicologia Sócio-Histórica (FURTADO, 2007).

Neste sentido, afirmamos que mudanças nas configurações socioespaciais humanas, se caracterizam também, em modificações no processo de formação continuada da subjetividade humana, de modo que estudos (GOMES, 2008; TEMPS, 2013) demonstram que essas subjetividades já construídas, ao serem deslocadas, arrancadas de seus espaços, são também desconsideradas, ou em muitos casos, cria-se um modelo de subjetividade que reafirma que o pobre não tem vez/lugar nessa sociedade, que pode ser visualizado pela ideia de que o Estado, vislumbrado no modelo econômico e social vigente, não prioriza as questões sociais visando à minimização das desigualdades sociais, mas prioriza a acumulação de capital e a ideia de desenvolvimento econômico que em nada se aproxima da igualdade e justiça sociais. Além do mais, é perceptível que, como afirma Damergian (2001, p. 101), “a ideologia dominante, além de manter os desfavorecidos à distância, quando lhes ‘oferece’, generosamente, algum tipo de “benefício” este é de tal forma empobrecido e destituído de condições, que impossibilita o rompimento do círculo vicioso da pobreza”. Silvia Lane (2012, p. 41) aponta que:

No plano superestrutural a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas se reproduzem em função da história de vida e da inserção, específica de cada indivíduo. Desta forma, a análise da ideologia deve, necessariamente, considerar tanto o discurso onde são articuladas as representações, como as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. A análise ideológica é fundamental para o conhecimento psicossocial pelo fato de ela determinar e ser determinada pelos comportamentos sociais do indivíduo e pela rede de relações sociais que, por sua vez, constituem o próprio indivíduo.

As condições a que são submetidos os sujeitos deslocados, que para conseguirem sobreviver em seus reassentamentos necessitam de muita luta junto ao judiciário para ter direitos básicos assegurados, a exemplo de água potável, como aponta do trabalho de Rebouças (2000), que faz uma análise sobre as dificuldades de famílias reassentadas no Pontal de Paranapanema (SP) por conta da construção de usinas hidrelétricas, no qual afirma que nos lotes, destinados à moradia, não tinha água para cozinhar, tomar banho, lavar a louça, o que é uma contradição, já que seus lugares de moradia foram alagados. Então, estamos diante de um caso em que as pessoas possuíam água em abundância e que agora não têm

sequer para cozinhar e beber. São terrenos secos e frequentemente, com certa dificuldade de acesso, isso porque, na maioria das vezes, os terrenos em que as pessoas são realocadas tratam de lugares que durante o processo de compra, como aponta Pereira (2010), os critérios utilizados são: o maior espaço de terra com o menor valor de mercado, como é o caso do terreno da Vila Residencial Nova Canaã.

Segundo Temps (2010), as novas realidades dos sujeitos deslocados acabam por criar necessidades que antes não eram comuns em suas vidas, e neste caso, acarretam em despesas financeiras, por exemplo, ou em dificuldades do tipo relacionais com os novos vizinhos, ou mesmo com os antigos vizinhos que estão morando bem mais próximos do que de costume, bem como o novo meio em que são inseridos de forma abrupta e sem um planejamento prévio. Sem falar que, geralmente, segundo alguns dos estudos citados (REBOUÇAS, 2000; PEREIRA, 2010; TEMPS, 2013), estas famílias são realocadas em regiões periféricas das cidades, sem a menor infraestrutura nem para os que já moravam por lá, muito menos infraestruturas que abarquem os novos moradores. Nestas situações, acabam por maximizar os problemas estruturais das regiões onde são realocados.

Rebouças (2000) afirma que há diversas características nos reassentamentos que podem colaborar para que as famílias precisem mudar seus modos de vida, um deles é a construção de casas uniformes, as casas são todas iguais e até a disposição em que se encontram, pois, se antes, as famílias moravam a certa distância umas das outras, agora, suas casas estão dispostas de maneira bem próximas, quase que ligadas, no que Rebouças (2000, p. 39) relata:

Certamente, no interior de um projeto de reassentamento, onde a própria disposição das residências é imposta e onde existem regras determinadas de conduta sobre o preparo da terra – o cercamento dos pastos, o arrendamento dos lotes-, a retomada do modo de vida e mesmo a composição das famílias terão ritmos e características diferenciados.

A Psicologia Sócio-Histórica considera que a subjetividade humana está relacionada diretamente com as relações objetivas vivenciadas na sociedade em que vivemos. Deste modo, quando falamos em subjetividade humana, estamos também falando em sociedade e nas relações que ali ocorrem. A compreensão da subjetividade se dá por meio da compreensão do mundo externo do sujeito, pois, como afirma Bock (2007, p. 22), “‘mundo externo’ e ‘mundo interno’ são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem”.

Falar de subjetividade é falar do próprio corpo, não somente enquanto corpo fisiológico, mas também enquanto uma forma de estar no mundo. Desta forma, é necessária a percepção do quanto a desapropriação espacial vai a par de uma desapropriação em nível de uma pessoa, do corpo enquanto substrato daquela (VASCONCELOS, 2012, p. 135). Vasconcelos afirma ainda que em casos de desapropriações, quando das realocações, as habitações construídas não condizem com as necessidades e expectativas dos sujeitos, pois estes não são consultados, não são ouvidos. Corroborando, assim, com o trabalho desenvolvido por Rebouças (2000), onde há total descontentamento com o modo de construção das habitações, onde a casa não tem nenhuma divisória interna (ou parede), que separassem quartos, sala e cozinha, por exemplo, além do mais, as casas possuíam cerca de vinte metros quadrados.

Muito embora as casas de Nova Canaã possuam 57 m<sup>2</sup> (PEREIRA, 2010), não torna tão diferente da situação exposta por Rebouças (2000), visto que a homogeneização das necessidades das famílias é a mesma e estas famílias possuem composições diversas, como é diverso o espaço de suas vivências.

Giuliani (2004, p. 95) assegura que, quando a pessoa possui apego pelo lugar, torna-se mais difícil apegar-se a outro lugar, mesmo porque, como afirma Rebouças (2000, p. 95), a mudança para outro local requer um rompimento da morfologia social, da organização doméstica dos grupos e da disposição de tudo que os cerca. Os grupos de pessoas possuem organizações diferentes, valorizam o espaço de modo, também, diferente e, sua relação com o espaço depende da estrutura do lugar e, portanto, varia de lugar para lugar (SANTOS, 2014b).

Desta forma, a mudança de lugar altera drasticamente a realidade social do sujeito e de sua comunidade, mesmo que se tente reproduzir ou imitar a realidade vivida, pois as características do lugar sempre serão diferentes e a relação pessoa-ambiente também. As mudanças, ou reterritorializações, determinam que os sujeitos formulem uma recriação de seus espaços de vida, que se faz por meio de uma mistura de elementos (culturais, sociais, econômicos) do lugar antigo e do novo espaço (MEDEIROS; LINDNER, 2014). A reterritorialização é uma nova projeção do território, que foi influenciado por dinâmicas / agentes de caráter variado (CORRÊA; DINIZ, 2013, p. 06).

Muitas famílias quando são submetidas ao deslocamento compulsório sentem desconforto pela mudança de lugar e de vida, não conseguem se apropriar do novo lugar por conta de ausência de algumas características do antigo lugar, no entanto, há quem diga que apesar desse estranhamento, é uma questão de tempo acostumar com o novo lugar. No que

Rebouças (2000, p. 84) assinala que o tempo não é um fator que sana essas questões, pois se assim fosse, os moradores mais antigos dos assentamentos teriam suas queixas “abrandadas” em seus depoimentos, se referindo aos moradores do reassentamento no Pontal de Paranapanema, que foram deslocados por conta da construção de hidrelétricas e que vivenciam as dificuldades e as tristezas da perda do lugar e de seus modos de vida.

Apesar da perda do lugar trazer consequências referentes à percepção de si e do mundo da pessoa, por muito tempo a Psicologia considerou o afeto pelo lugar uma questão secundária, dando mais ênfase a aspectos comportamentais e cognitivos desta relação. No entanto, a psicologia ambiental foi fortemente influenciada pela geografia humanista (que era de base fenomenológica), que nos estimulou a pensar sobre os efeitos psicológicos da estabilidade residencial, focando na experiência individual (GIULIANNI, 2004), em questões tais como, o apego ao lugar, no que focamos aqui nas disputas pelos lugares.

Sobre estas disputas por lugares, Milton Santos (2006) aponta que, como atualmente os lugares são conhecidos com facilidade em escala mundial, torna-se mais simples, para os empresários, avaliar que lugares são mais “apropriados” (leia-se, mais rentáveis) para seus negócios. Deste modo, a competitividade não diz respeito apenas à economia, mas, inclui também as localizações geográficas, criando uma competição pelos lugares. Vantagens técnicas, naturais ou de ordem social, tornam os lugares cobiçados pelo grande capital, pois indicam maior segurança e rentabilidade aos negócios, como é o caso da Vila Madureira, na cidade de São Luís, que como podemos perceber em Pereira (2010, p. 36):

O local escolhido para a implantação do empreendimento foi uma área localizada no Distrito Industrial do Município de São Luís, com um terreno de 50.000 m<sup>2</sup>, às margens da rodovia BR-135, na área onde se situava a comunidade Vila Madureira. O local foi escolhido devido às facilidades encontradas na proximidade com o Porto do Itaqui, o que facilitaria o transporte do carvão a ser importado; a possibilidade de utilização das águas do mar e da interligação com o Sistema Integrado Nacional por meio da Linha de Transmissão da Eletronorte.

Então, os espaços são escolhidos de acordo com o que é mais favorável e rentável para os negócios, para o Capital, não importa a quem servem estes lugares, ou qual o tipo de vida que ali habita, importa que o lugar deve estar disponível para o crescimento da acumulação.

## 5. PERCURSO DE ANÁLISE: unidades e categorias

Iniciamos pela bibliográfica que nos auxiliou durante todo o trabalho com a fundamentação teórica da pesquisa, situando e contextualizando a cena desta pesquisa com o levantamento e mapeamento de conflitos sociais de grupos deslocados no Maranhão e na Grande Ilha (GEDMMA, 2014; MENDONÇA, 2013; CARVALHO, 2011; PEREIRA, 2010; ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; ADRIANCE, 1996; GISTELINCK, 1988). Trabalhos acadêmicos e propostas metodológicas relativas à temática na psicologia social e ambiental também serviram de base para situar nossas investigações (AGUIAR, 2000; 2007; BOCK; GONÇALVES, 2007, 2007b; CAVALCANTE; ELALI, 2011; MOLER, 2011; BENTIVI, 2012; TEMPS, 2013), utilizando a abordagem multimétodos que agrega métodos variados no enfoque de um tema, como afirmam Pinheiro e Günther (2008, p. 381).

A coleta de dados aconteceu a partir de uma atividade realizada no reassentamento Vila Residencial Nova Canaã e de entrevistas com alguns moradores, que tentamos compreender de que forma essas pessoas viviam em seu antigo lugar, como se deu o processo de deslocamento e como elas têm vivenciado tudo isso atualmente.

Em janeiro de 2016, estive no residencial Nova Canaã, ainda que para outra atividade que não relacionada com este trabalho, mas entendo que aquele contato me serviu de porta de entrada para o trabalho de campo. Na ocasião, pude conversar com a, então, presidente da Associação de Moradores do Residencial Vila Nova Canaã, com o presidente da Associação do Polo Agrícola e com uma moradora, que fora indicada pelos presidentes, como uma referência, pois era uma das moradoras mais antigas de Vila Madureira.

No dia, 12 de novembro de 2016, fizemos uma visita ao Polo agrícola e ao reassentamento de Nova Canaã com o objetivo de iniciar os contatos para as atividades desta pesquisa. Falamos com três moradores que se disponibilizaram a contribuir com esta pesquisa e a convidar outros moradores para participar da atividade sugerida, que seria assistir e discutir sobre deslocamento compulsório a partir do documentário “Águas para vida ou para a morte?”, que seria levado no dia combinado para a atividade, 05 de dezembro.

No dia 05 de dezembro, acompanhada da orientadora, fui para a realização da atividade que, por questões do próprio grupo, não pode acontecer. Eles estavam em uma reunião da associação do Polo Agrícola e tinham uma pauta muito extensa, o que não permitiria que houvesse tempo hábil para a atividade.

Então, ali mesmo, na reunião, foi discutido sobre a realização da atividade e a data provável para que pudesse acontecer. Sendo definido o dia 08 de dezembro, por se tratar de um feriado e facilitar a participação de todos que gostariam de estar presentes. Nesta ocasião, conhecemos o técnico responsável pelo Polo, um engenheiro agrícola que veio falar conosco. Depois de observar, na reunião, as nossas intenções ao visitar o Polo, disse-nos que poderia nos enviar as informações que nós precisássemos, deu-nos seu cartão e nos informou que há pouco havia encaminhado ao setor jurídico da empresa um trabalho de uma aluna do curso de história da UFMA que, segundo ele, trazia informações não verídicas sobre o Polo agrícola e a empresa ENEVA. Confesso que a informação, da maneira que foi dada, trouxe estranheza. Ficou a inquietação: seria uma espécie de ameaça ou intimidação velada?

No dia 08 de dezembro, na sede da associação do HortCanaã, como é denominado o Polo Agrícola, chegamos<sup>13</sup> às 8:30 (oito horas e trinta minutos), arrumamos o espaço em que aconteceu a atividade e em seguida as pessoas começaram a chegar. Fiz uma breve apresentação sobre o que o documentário relatava e falei que assim que terminasse a projeção gostaria de ouvi-los sobre suas experiências em relação ao deslocamento de Vila Madureira para a Vila Residencial Nova Canaã. Em seguida fui questionada, por um dos moradores, que gostaria de saber quem iria falar sobre o deslocamento que eles haviam sofrido. No que eu respondi que “você mesmos. Eu gostaria de ouvi-los, pois ninguém melhor que vocês para falar de algo que aconteceu com vocês mesmos”.

Por volta de 9:30 (nove horas e trinta minutos), iniciamos a projeção do filme: “Águas para a vida ou para a morte?”<sup>14</sup>. O vídeo é um documentário sobre os impactos sociais, econômicos, históricos, culturais e jurídicos decorrentes da construção da barragem de Acauã, na Paraíba, produzido pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), com duração de 36 minutos.

A ideia era suscitar nos espectadores mobilizações emocionais, desse modo, estes sujeitos estariam mais abertos para a discussão. Projetamos o documentário. O qual foi inteiramente acompanhado de comentários sobre a difícil situação vivenciada pelos paraibanos da barragem de Acauã. Alguns comentários sobre a semelhança das pessoas do filme com moradores do reassentamento (em tom de brincadeira), outros comentários de como “é difícil a vida das pessoas pobres”, e “como essas pessoas foram ingênuas durante o processo delas”.

---

<sup>13</sup> Estava acompanhada de mais duas pessoas que me auxiliaram durante a atividade naquela manhã.

<sup>14</sup> Disponível no *Youtube* em: <https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY&feature=share>.

Durante a atividade que pretendia que todos falassem sobre suas experiências com o deslocamento compulsório, houve predominância da fala de dois moradores, que foram os fundadores da Associação de Moradores de Vila Madureira. Um deles foi presidente da associação de moradores por dois mandatos consecutivos e depois foi presidente da associação do Polo Agrícola.

A atividade contou com a participação de onze pessoas, todas desenvolvem atividades no polo agrícola. Nesta atividade, pudemos compreender a relação que cada uma possuía com a Vila Madureira. Algumas eram moradoras de longas datas, outros viviam lá há cerca de cinco anos, outras, conheceram Madureira quando houve a possibilidade de as terras serem indenizadas e então, conseguiram um “pedacinho” de terra por lá com interesse na suposta indenização.

Após a discussão do filme, as próprias pessoas propuseram que eu fosse conversar com cada uma delas em particular, que tivesse mais tempo para entrevistá-las e conhecer mais sobre suas histórias com a Madureira e o Canaã, como costumam chamar o assentamento. No entanto, por uma questão de método e tempo, não tive como entrevistar todas elas. Então, optamos por entrevistar individualmente três pessoas.

As falas e informações contidas na discussão a partir do documentário “Águas para a vida ou para a morte?” foram muito importantes. Inclusive, apontam que nas falas em particular, as pessoas se sentiam mais à vontade para discorrer sobre seus medos e preocupações, assim como, sobre suas perdas e decepções no processo de deslocamento forçado. Percebemos que algumas pessoas ficaram mais contidas durante a atividade e isso foi um fator que chamou muita atenção nesta pesquisa. O que pode ser identificado na cautela que algumas pessoas demonstravam ao falar da empresa, no que outras sempre faziam questão de afirmar que não ia defender a empresa, ou “não vou puxar saco pra empresa, porque eu não puxo saco nem pra mim quanto mais pra empresa” (Entrevistado 3).

Então, durante a análise dos dados, avaliamos as falas da atividade e as falas das entrevistas individuais, assim como, buscamos diversos documentos que dão conta do processo, tais como o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento.

Para trabalhar os dados utilizamos o que Bardin (2016) concebe como análise de conteúdo, afirmando que é conhecer aquilo que está por trás das palavras e que este método precisa ser reinventado de acordo com os objetivos pretendidos. Para tanto, se fez necessário

analisar exaustivamente o material, que neste caso são entrevistas e falas sobre o processo de deslocamento compulsório das famílias que viviam em Vila Madureira.

Neste sentido, gravamos e transcrevemos as entrevistas, bem como a atividade com o documentário, para analisarmos e categorizarmos, como indica a análise de conteúdo. Assim, apresentamos três unidades de análise, as quais nos serviram de base para responder às questões que nos inquietaram e continuam a nos inquietar Como os sujeitos refazem suas referências, suas percepções, suas identidades, seus pertencimentos, seus estar no mundo? Como se relacionam com esse novo espaço? Como reorientam relações cotidianas? Como percebem os processos de deslocamentos forçados, tendo que deixar “uma vida inteira para trás”? Para tanto, as unidades de análise que utilizamos foram: “Implicações subjetivas do deslocamento compulsório”, “Implicações subjetivas do reassentamento” e “Implicações ético-afetivas com o novo espaço”.

Para Bardin (2016) a definição de análise de conteúdo, enquanto método, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (entrevista e conversas, neste caso) que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para cada uma dessas unidades de análise surgiram categorias a partir da leitura exaustiva do material que foi analisado. Para a categorização é necessário perceber o que alguns elementos possuem em comum com outros (BARDIN, 2016), para poder agrupá-los.

A partir das contribuições da psicologia sócio-histórica, adotamos Aguiar (2015) quando explica sobre a necessidade de se investigar a subjetividade humana, no entanto, um objeto complexo e multifacetado como esse não pode ser apreendido de forma tão objetiva, com resultados quantificados e lineares. Aguiar então, recorre a Vigotski que afirma que o ponto de partida para a apreensão da constituição da subjetividade devem ser palavras/signos. Desse modo, a linguagem se torna o instrumento principal desse entendimento, visto que ela é a materialização das significações construídas a partir do processo social e histórico do ser humano. Então, Aguiar (2015, p. 159) assegura que:

Assim, a fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar/codificar, neste momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade; cabe ao pesquisador, o esforço analítico de ultrapassar essa aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito como motivações, necessidades, interesses (que são, portanto, individuais e históricos), para chegar ao sentido atribuído/constituído pelo sujeito.

Deste modo, a análise realizada nas entrevistas, nos serviu como principal fonte para a compreensão da análise das implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente,

que apresentamos neste trabalho. A pesquisa qualitativa, segundo Freitas (2002), pela abordagem sócio-histórica permite a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social, porque todo indivíduo também carrega um pouco de seu grupo em si mesmo e participa de uma realidade que é coletiva, social e histórica.

É importante acrescentar que mesmo tendo atingido o objetivo da pesquisa, esta investigação tem limitações. Não foi possível encontrar pessoas ou famílias que originalmente foram reassentadas e que, por vários motivos, acabaram vendendo ou repassando suas casas para terceiros ou mesmo aquelas que nem chegaram a morar em Vila Nova Canaã. Apesar de tentar, nas entrevistas com os reassentados, encontrar alguém com esse perfil, as respostas que tínhamos era que essas pessoas foram embora, mas ninguém tinha contato ou sabia para onde foram ou, de outro modo, eram evasivos nas respostas, ficando difícil a localização. Este contato poderia nos trazer respostas sobre as dificuldades por que passaram ou motivos mais exatos pelos quais as famílias abandonaram o reassentamento e o significado da Vila Madureira para estas pessoas.



## 6 SOBREVIVENDO AOS EVENTOS DO COMPULSÓRIO

A história do Brasil e mais especificamente, a de São Luís está repleta de exploração dos recursos naturais seguido da expulsão das comunidades tradicionais de suas terras. Desde as aldeias indígenas aqui existentes à época da vinda dos franceses e portugueses até os muitos conflitos que já citamos neste trabalho, tais como, a duplicação da BR-135; a implantação da Alumar e Vale; a construção da ponte do São Francisco (Ponte José Sarney), bem como a até então, tentativa de remoção das famílias do Cajueiro para a construção de um Porto, e as expulsões de famílias, para a construção de Shopping Center, e da obra que é o caso empírico deste trabalho, a Termelétrica Porto do Itaqui.

O progresso tecnológico vem acabando com o habitat e o modo de vida de diversas populações, com a justificativa de estar criando novos meios de sobrevivência em lugares antes inviáveis, no entanto, vem aumentando também, o número de terras ociosas e abandonadas (BAUMAN, 2005) e o número de pessoas sem perspectivas de vida, ao serem arrancadas do seu modo de vida, tendo-os como ultrapassados e rebaixados pelos modos dominantes.

Neste capítulo, buscamos analisar as implicações subjetivas advindas dos processos de deslocamento compulsório, da realocação e por fim, da relação que essas pessoas conseguem manter com o novo espaço, depois dessa experiência de sete anos no reassentamento. Observando a significação dada às formas que cada sujeito vivenciou e vivencia o processo como um todo. Salientamos ainda, que neste caso em estudo, tem-se que caracterizar algumas questões relacionadas aos vínculos que essas pessoas tinham com o antigo lugar (Vila Madureira).

Consideramos importante ressaltar que durante a pesquisa de campo, identificamos que dentre as famílias que receberam casas no reassentamento Vila Nova Canaã e um terreno no polo agrícola, algumas eram moradoras de Vila Madureira há muitos anos, outras relatam que seus avós viviam naquele lugar, depois seus pais e que eles herdaram o lugar. Algumas pessoas mantinham terreno para descanso, usando-o geralmente aos finais de semana. E outros, nunca chegaram a morar em Madureira, apenas conseguiram terrenos lá quando foi anunciado que a área seria indenizada.

Com isso, pudemos compreender melhor a relação que cada pessoa possuía com Vila Madureira e como essas relações contribuíram para que o deslocamento fosse feito e também explicam alguns atritos entre os moradores do reassentamento.

## 6.1 IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

Para os moradores de Vila Madureira, a comunidade era um lugar de pertencimento, que os identificava e que lhes dava segurança, lugar de moradia e trabalho, já do ponto de vista da empresa, Vila Madureira era o espaço mais adequado para a construção da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, que significava geração de lucros e facilidade de implantação (MORAIS, 2016). Neste sentido, entendemos que a percepção e o significado dado ao espaço é diferente e até conflitante. É a partir deste olhar, que analisamos a situação do deslocamento compulsório sofrido pelas famílias de Vila Madureira, os quais nunca terão de volta o que perderam por intermédio de medidas mitigadoras proporcionadas pela empresa Eneva.

O deslocamento compulsório, como o próprio nome já diz, subtende uma violência, a retirada sem o consentimento de alguém. No caso da comunidade de Vila Madureira não foi diferente. O processo foi permeado por ameaças e por negociações em benefício da empresa, e por fim, por obrigar as pessoas a saírem do lugar em que viviam e retiravam seu sustento ou usavam como lugar de descanso.

As ameaças e pressões de todo tipo para que o grupo saísse das terras, fazia com que essas pessoas sentissem medo de lutar por conta das consequências, pois poderiam acabar ficando sem nada, apesar de viverem há tanto tempo ali, já que elas não tinham segurança sobre a posse das terras, pois não possuíam documentação legal e pelo medo, pois estavam lidando com pessoas de grande poder financeiro e capital político.

Além do mais, muitas dessas pessoas já conheciam histórias, inclusive dos próprios familiares, que haviam perdido seu lar, suas roças, durante a instalação da Vale e da Alumar, por exemplo, sem falar nas centenas de famílias que foram retiradas da área do Centro da cidade, no final da década de 1960. Um dos entrevistados aponta, “a minha avó pegou dinheiro só da roça dela. Ela vivia num lugar chamado bozinho (Entrevistado 3, 08.12.2016)”, que se localizava bem próximo da Vila Madureira, onde hoje são instalações da Vale.

Então, a história de vida de muitas destas famílias é circunscrita por várias perdas de seus territórios e pela falta de apoio do Estado, que sempre está do lado dos grandes empreendimentos, que como afirma Milton Santos (2001, p. 34):

mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder

público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado.

Geralmente, as demandas dos empreendimentos são atendidas pelo Estado. Em situações como estas, a população se organiza para lutar contra os empreendimentos e as ações dos movimentos sociais são criminalizadas. Leite, Dimenstein e Ximenes (2016) apontam que isto é um reflexo da cultura política do Brasil que, historicamente, demonstra que as elites dominantes não toleram os movimentos populares, e deste modo, os isolam politicamente, cooptam suas lideranças ou os reprimem. Acrescentamos, ainda, que reprimem usando o Estado, por meio da polícia.

Além do mais, a grande mídia, aliada ao capital, também colabora, cuidando para que estas repressões e as demonstrações de violência e suas consequências para os movimentos sociais cheguem ao conhecimento daqueles que precisam lutar. Junta-se a isso, as experiências de vida, de sofrimento de desfavorecimentos que faz com que esses grupos não tenham segurança para lutar de forma contundente contra os empreendimentos que os ameaçam e que se instalam em seus lugares. E tudo isso se materializa nas ameaças e na forma como o empreendimento chegou à comunidade de Vila Madureira. Um dos moradores do assentamentos Nova Canaã, o Entrevistado 3, aponta que as famílias foram muito ameaçadas, indagado sobre como tais ameaças chegavam, ele nos respondeu:

As pessoas chegavam e diziam: “ó” tipo assim, a gente não queria sair de lá, a gente não queria sair. Aí, a primeira ameaça que chegou foi que, porque a gente morava perto de um lixão, a primeira ameaça foi assim: “ó, vocês vão ter que sair daqui porque foi detectado que esse lixão vai explodir”. Mentira! Como é que um lixão vai explodir? (risos)

Aí, a gente como era... entendeu? Tipo leigo assim, não sabia das coisas, aí, começou o medo. Mas mesmo assim a gente resistindo. Aí, chegou uma documentação que dizia: “se vocês não saírem até tal dia, vocês vão pagar de multa, por dia...” na época, era 100 reais de multa por dia que a gente ia pagar pra empresa. Era assim, “se vocês não aceitarem sair até tal data de dezembro de 2008, a partir de tal dia, quem resistir, vai ficar pagando, pagar 100 reais de multa diária”. Aí, eu digo: “meu Deus, a gente já não vai receber nada e agora já vai é pagar pra empresa”. Aí, o medo foi maior. Essa ameaça, acho que foi a mais forte (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado fala apontando como se sentiu enganado e o quanto as pessoas os diminuía, aproveitando-se do pouco conhecimento que os moradores tinham tanto em relação ao processo quanto em relação aos direitos que poderiam lhes ser assegurados.

Sawaia (2006, p. 164) aponta que o “conhecimento, a ação e a afetividade são elementos de um mesmo processo, o de orientar a relação do homem com o mundo e com o outro”. E na situação, em que se apresentam os nossos atores, verificamos que a eles faltou informações sobre a situação em que se encontravam. Muitos deles apontam que não tinham

conhecimento de seus direitos e que as coisas aconteceram de modo meio estranho, que não havia direito à participação integral da comunidade e as informações que lhes chegavam eram incompletas. Portanto, essa orientação do ser humano com o mundo foi prejudicada e isso pode ser entendido quando da afirmação acima, onde o entrevistado aponta que não tinham conhecimento o suficiente para tomadas de decisões mais acertadas.

O medo apontado na fala anterior não se remete a um medo qualquer, o medo da violência urbana, por exemplo. Ele está falando do medo de não ter mais onde morar, medo de não ser visto mais como gente, medo este que está socialmente instalado pelos que têm poder sobre os que não o tem. José de Souza Martins (2002, p. 20) assinala que este é o “medo de tornar-se ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, medo daquilo que não se vê. Isso é fato, por inteiro, a exclusão social”.

O sofrimento de não ter amparo e a angústia de não saber para onde vai e como vai viver, apesar de todas as promessas feitas pela empresa em questão, um ambiente de incerteza para as famílias daquela comunidade.

Para Spinoza (s/d), a imagem de uma coisa pode afetar o ser humano tanto quanto sua presença. Ele nos fala sobre o medo, que é uma paixão triste originada na imagem de uma coisa futura sobre a qual temos dúvida. Portanto, a partir desta dúvida, criamos a imagem de como poderá ser esse futuro e isto nos afeta de tal modo que é como se já tivéssemos vivendo aquilo por vir. Spinoza aponta, na proposição XIX, que:

Quem imaginar destruído aquilo que ama se entristecerá; e alegrar-se-á ao imaginá-lo conservado.

*Demonstração:*

A Mente se esforça, na medida em que pode, por imaginar o que aumenta ou ajuda a potência de agir do Corpo (pela Prop. 12), isto é (pelo Esc. Prop 13), aquilo que ama. Ora, a imaginação é ajudada por aquilo que põe a existência do corpo, e é limitada pelo que exclui sua existência (pela Prop. 17 P II). Logo, as imagens das coisas que põe a existência da coisa amada ajudam o esforço da Mente em imaginar a coisa amada, isto é (pelo Esc. Prop. 11), afetam a Mente de Alegria. Ao contrário, as [imagens] que excluem a existência da coisa amada, limitam o esforço da Mente, isto é (pelo mesmo Escólio), afetam a Mente de Tristeza. Assim, quem ama se entristecerá ao imaginar destruída, etc. QED. (SPINOZA, S/d, p.46).

Bader Sawaia (2009), utilizando-se da teoria de Spinoza, aponta que o medo é uma das paixões tristes e que os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Cercado pelas paixões tristes (medo, decepção, compaixão, ódio), o ser humano acaba por anular suas potências de vida e fica vulnerável à tirania do outro, deixando nas mãos do tirano a esperança pela felicidade. Portanto, por conta desta constatação, Sawaia (2009, p. 370) reflete que “a transformação social não se dá pela derrubada do tirano. Ela

requer ações diferentes, mas combinadas para combater as relações de servidão, e uma delas é sempre a mais urgente: agir no *sofrimento ético-político*”.

Neste ponto, ressaltamos o quanto o discurso da empresa de melhores condições de vida para essas pessoas que foram deslocadas faziam-nas, envolvidas pelo medo de uma vida sem felicidade, aceitar o deslocamento e esperar neste empreendimento a melhoria prometida, a felicidade, a satisfação de suas necessidades nunca atendidas pelo Estado.

Resistir às investidas da empresa era difícil, desconfortável e amedrontador, principalmente por conta das incertezas existentes. Sawaia (2009) destaca que o medo e a esperança são as paixões que podem dar manutenção às ditaduras, porque o medo tira do ser humano, a razão; e dura quanto mais for alimentado por outras paixões, tais como a humilhação, o ódio, a ira, e nesse caso, o medo esteve sempre acompanhado de humilhações e principalmente da esperança de uma vida melhor.

Notamos que o entrevistado explica que o medo se instalou por conta do pouco conhecimento que as famílias tinham a respeito de seus direitos. A ideia de ficar sem casa, sem rumo e ainda ser obrigado a pagar multa para a empresa fez com que estas pessoas saíssem do seu local de moradia e fossem viver em casas alugadas, ainda que pagas pela empresa, enquanto a empresa prometia às famílias uma vida melhor, em um bairro modelo.

E eles tiraram a gente assim, tiraram mesmo, a gente nem tinha pra onde ir naquela época. Aí, eles alugaram casas, botaram a gente pra... a gente passou três meses, foi dezembro, janeiro e fevereiro. Foi. Três meses. Aí, quando foi em março de 2009, fizeram a mudança (ENTREVISTADO 3).

A empresa precisava manter o controle sobre a comunidade, sobre o grupo de deslocados e para isso, seria necessário mantê-los sob seu jugo. Bauman (2005, p. 66), ao falar sobre os poderes mundanos, afirma que estes “precisam criar sua própria demanda. Para que seu controle se mantenha, é preciso que seus objetos sejam tornados, e mantido, vulneráveis e inseguros”, acrescentamos que, até dependentes. Estas famílias, perderam as condições de plantar, pescar, colher e vender suas mercadorias, muitas ficaram sem ter de onde retirar seu sustento, então, a empresa afirmava que era responsável por elas a partir do momento em que as retiraram de Vila Madureira. Pelo que os moradores passam a entender isso como se fosse a alternativa que possuíam, tendo isso como algo grandioso realizado pela empresa e portanto, deviam isso à empresa:

Mas foi muito ruim assim em algumas coisas, mas em outras partes eles deram total apoio desde, “a partir do momento em que você”, todo mundo, tipo assim: “você estão saindo hoje pro aluguel, então, a partir de hoje, vocês são responsabilidade nossa”. Entendeu? Então eles ficaram visitando durante esses três meses, enquanto não mudava (ENTREVISTADO 3).

A obrigação que a empresa cumpriu, de pagar o aluguel e fazer visitas às famílias, foi vista como “total apoio”, como se se tratasse de um feito fora do comum. Remetendo-nos ao que Gonçalves Filho (2003) fala que ao pobre é ofertada tanta humilhação e rebaixamento que ele não se acha digno de receber o que lhe é de direito. O que acaba por se tornar automático é a condição de submissão. É como se tudo que lhe fosse destinado fosse através de favores. Este sentimento de rebaixamento e humilhação já lhes são tão corriqueiros que é difícil aceitar com espontaneidade mesmo aquilo que lhe é de direito.

Enquanto aguardavam a construção de suas novas moradias, as famílias foram obrigadas a se retirar da Vila Madureira e passar um tempo morando em casas de aluguel pagas pela empresa, o que durou cerca de três meses. Durante este período, representantes da empresa permaneciam em contato com as famílias, visitando-as e acompanhando-as até que fossem realocadas no Residencial Vila Nova Canaã, como a empresa denominou o local onde construiu as moradias. Mas o bairro modelo prometido, nunca existiu! Na fotografia abaixo podemos visualizar o que a empresa chama de melhores condições de vida e bairro modelo.

Figura 15 Residencial Vila Nova Canaã



Fonte: GRUPO EBX (2012).

As casas eram todas iguais e suas dimensões muito pequenas (57 m<sup>2</sup>), as famílias em sua maioria eram numerosas e algumas tinham por costume viverem juntas na mesma casa e/ou reunir-se para fazer as refeições, o que foi desfeito, pois, as casas não possuem espaço para tanto, nem ao menos para fazerem as refeições juntos.

Além do mais, a estrutura e equipamentos urbanos que a empresa alegava faltar na comunidade de Vila Madureira também não existiam no residencial Nova Canaã, tais como o asfalto, áreas de lazer. E as que passaram a existir como o posto de saúde, os moradores

denunciam que existe apenas o prédio, pois a falta de médico, dentista e medicamentos é constante, como afirma o entrevistado: “eles falam que o posto é bom é tudo, mas não tem nada! Não tem médico, não tem enfermeiro, não tem dentista, não tem nada. O principal não tem” (ENTREVISTADA 7).

Figura 16 Instalações do posto de Saúde Vila Nova Canaã



Fonte: Arquivo pessoal.

Já o asfalto que o reassentamento tem em duas de suas ruas, existe por conta de uma negociação entre a associação de moradores e uma fábrica de asfalto que se instalara próximo ao reassentamento e que estava causando transtornos aos moradores (poluição, muita fumaça), então, em troca asfaltaram duas ruas do bairro. E como se pode perceber pela imagem, as ruas não possuem meio fio e nem asfaltamento completo, de acordo com o que o entrevistado aponta, “Eu acho que aquilo ali foi uma sobra pra não jogar fora, e na segunda feira essa empresa disse que vinha pra terminar de fazer e até hoje...” (ENTREVISTADO 2).

Figura 17 Rua asfaltada da Vila Nova Canaã



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Ainda durante as negociações, as reuniões que a empresa convocava eram realizadas com apenas dois representantes da Vila Madureira, que eram os presidente e vice-presidente da associação de moradores, os quais negociavam. A participação de toda a comunidade nas reuniões não era bem vista pelos representantes do empreendimento, talvez porque pudesse haver discordâncias do modo como o processo estava se dando. Então, duas pessoas negociavam pelas outras. E alguns moradores se ressentem por não terem informações suficientes sobre o processo à época. O entrevistado mostra indignação ao falar de como os representantes da comunidade não repassavam informações sobre os acordos realizados com a empresa:

Perguntei, na época [quem estava à] frente, perguntei: qual o valor de um troço desses [se referindo às instalações prediais construídas no polo agrícola]? E ele respondeu: “ah, eu não sei”.

Porquê? Nosso objetivo era o transporte. Se nós tivesse o transporte, era melhor. Hoje, nós estamos botando a mercadoria, na terça-feira, o carro vem da UEMA, vem da UEMA. O valor de um troço desses, dava de comprar um carro, um carrinho pra nós transportar nossas mercadorias. Era muito melhor pra nós. Mas o cara que tava à frente na época, não sabe o valor de um quiosque desse. Porque que ele não sabe? Ele que fechou com a empresa tudinho e não sabe o valor de um quiosque desses? Tem que saber, e nada disso ele sabe (ENTREVISTADO 2).

Assinalando que houve falta de comunicação, no sentido de que muitos moradores não concordavam em sair ou ainda pelo fato de que a empresa fez investimentos que não condiziam com as necessidades dos agricultores, além do mais, apontam que se sentiam muito humilhados, ameaçados, o entrevistado afirma que “a gente não podia discutir, que muitas vezes a gente ia discutir e eles mandava até a gente calar a boca. Entendeu? Olha, a gente foi humilhado, a gente foi humilhado. Mas *tamo* aqui” (ENTREVISTADO 3). Esta fala demonstra bem o que Gonçalves Filho (2003, p. 231) considera sobre a humilhação social:

A humilhação marca a condição de pessoas que foram mais ou menos deslocadas para o lado daqueles que devem ficar quietos e obedecer – devem agir não propriamente como quem age, mas como quem cumpre ordens cuja formulação e sentidos lhes são vetados. Na cidade ou no trabalho, sem participação, não devem sentir-se em casa mas estrangeiros.

As falas acima demonstram o quanto de sofrimento se apresenta neste processo, o sentimento de ser humilhado e não poder fazer, nem ao menos dizer nada por si mesmo. Outro fato apontado como incômodo pelo entrevistado é o fato de existir um documento afirmando que todos foram favoráveis à mudança o que é contestado quando afirma:

(...) Aí diziam: “ah não, porque é obrigado e não sei o quê”, tipo assim, a gente foi obrigado a vir pra cá. Um dos motivos que as pessoas vieram e só vieram e foram, entendeu? Porque a maioria não queria. Aí, eles mostram um documento que todas

as pessoas queriam vir pra cá, entendeu? Mas não é verdade isso aí (ENTREVISTADO 3).

Das 95 famílias que retiradas de Vila Madureira, apenas cerca de 50 ainda se encontram na Vila Nova Canaã. Um dos fatores que fez com que as pessoas não permanecessem no local apontado pelos moradores é o fato de terem vindo obrigados, além de muitos terem empregos ou relações empregatícias e familiares na área da antiga Vila Madureira e redondezas, além do mais, muitas pessoas não conseguiram se adaptar às condições de vida do reassentamento por conta da falta de autonomia em seus próprios terrenos ou mesmo pela distância entre o reassentamento e o polo agrícola.

Muitos dirão: “o que essas pessoas querem? Elas não tinham nadinha e ganharam uma casa com escritura e estão reclamando do quê?” ou de outra forma “pobre não tem querer”. E pobre, não porque essas pessoas não tenham nada, mas porque elas foram colocadas na situação de quem precisa de algum tipo de ajuda pela própria sociedade capitalista, pois delas foi retirado o que lhes era de direito.

Mas é por conta desses fatores que este estudo ganha ainda mais importância, para tentar desfazer a ideia de que pobre não tem subjetividade, e que o seu sofrimento está ligado apenas à fome e outras questões sociais. Como se apenas a classe abastada pudesse falar e vivenciar as sutilezas psíquicas (SAWAIA, 2006), partindo da ideia de que o pobre só tem necessidades relacionadas ao corpo biológico e a eles fosse vetado o pensar, o sonhar, o desejar, o sentir, enfim, o viver.

Souza, Venâncio e Montezi (2013, p. 57) apontam que as pessoas que vivem de forma mais subalternizadas são as que mais sofrem humilhações e são desvalorizadas, e as “dinâmicas sociais depreciam e invalidam a importância dos seus códigos sociais, culturais. Estas lógicas são arraigadas nas instâncias mais profundas das subjetividades, levando os sujeitos a se perceberem inadequados, fazendo parte, portanto, da segregação social”.

Acrescentamos ainda o fato de essas pessoas considerarem que já foram muito agraciadas “ganhando” o que a empresa supostamente lhes deu, como se elas realmente não tivessem nada antes do deslocamento compulsório. A elas é dito que estavam num lugar que não lhes pertencia e que elas não tinham direito a nada e que, no entanto, a empresa lhes dará um teto e um meio de vida para que possam sobreviver.

Os modos e meios de vida da comunidade foram modificados e a prova disso é que muitos moradores não dão conta de se reproduzir economicamente como antes, encontram dificuldades com abastecimento de água no polo agrícola, isso em razão da demanda ser maior que a oferta e do alto custo, bem como com o escoamento da produção.

O próprio polo agrícola possui um custo muito alto de manutenção (sobretudo os gastos com água e energia elétrica), o que contribui para que muitos dos moradores do Residencial Vila Nova Canaã não se interessem em fazer uso do terreno.

Antes, eles viviam de roça com agricultura sazonal, já sabiam o que plantar e em que época do ano o plantio deveria iniciar. Agora, a produção é a partir da irrigação, o que exige muito mais água, além do mais, foi implantado um sistema automatizado que regula o tempo e a quantidade de água para cada agricultor, o que segundo eles é insuficiente e muito caro. Se antes, eles tinham seus poços com a bomba, agora eles possuem um sistema automático, mas não têm possibilidades de arcar com as despesas, as quais vêm sendo pagas pela empresa, por enquanto. A moradora aponta que antes, cada um:

Fazia o seu sítio, plantava a sua roça, deixava mesmo pela natureza. (...) E em vez da gente tá comprando uma coisa pra gente, a gente tem é que comprar o material pra gente ter um suporte de água. Assim... abastecer mais assim (ENTREVISTADA 1).

Os altos custos de água, a falta de transporte e o fato de terem uma estrutura que não condiz com suas necessidades são alguns dos problemas apontados pelos moradores. A exemplo da casa de higienização, que foi construída e equipada, no entanto, nunca foi utilizada, principalmente por seu alto custo de uso que não é compatível com a renda e o modo de vida das famílias. As pessoas afirmam que não foram consultadas sobre suas necessidades e sobre quais investimentos seriam mais viáveis para o grupo, como aponta a fala da agricultora:

A casa de higienização, gastaram um dinheirão, tá aí ó. Ninguém nunca utilizou nada. Fizeram essas *machas* de galpão aí, só pra tá guardando morcegos, guardar cobra, guardar inseto. Se fosse uma coisa que eles tivessem tomado opinião, chamado todo mundo e dissesse assim: - gente, nós temos um dinheiro pra investir com vocês. O que é que vocês querem pra gente investir? De que maneira, qual é a maneira? (ENTREVISTADA 1).

Assinalando o descontentamento de não serem consultados com relação às aquisições que tiveram para o polo, mostrando o quanto o processo se dá de cima para baixo e que a realidade do grupo é desconsiderada.

Algumas pessoas falam se referindo à casa de higienização como um prêmio, apesar de reconhecer que não há serventia nenhuma para a sobrevivência real das pessoas que ali convivem, a prova disso é que ela nunca foi utilizada, mas destacamos que o entrevistado demonstra ter orgulho em ser dono de algo que é exclusivo, que ninguém mais, no estado do Maranhão, possui.

**Entrevistado:** hoje nós temos coisas que aqui no Maranhão não tem. Nós perdemos alguma coisa, mas nós temos coisas que aqui no Maranhão não tem. Nós temos uma casa de higienização que aqui no Maranhão não tem. Ninguém tem.

**Pergunta:** vocês usam a casa?

**Entrevistado:** Não, não usa. Nossa casa tá... é pra nós usar, tá toda equipada. Ainda não tá funcionando, mas tá com máquinas, tá com tudo dentro, seladora, tudo. Nós temos um monte de coisas aqui que nós não tinha ou que não tem no Maranhão, que nós temos (ENTREVISTADO 5).

Foram construídos galpões para que servissem de apoio aos agricultores no polo agrícola, já que as casas foram feitas muito distantes do local de trabalho deles, no entanto, os galpões são pouco ou quase nunca utilizados.

Figura 19 Galpões do Polo Agrícola



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 18 Quiosque para venda



Fonte: Arquivo pessoal.

O entrevistado 3 explica que a despesa com o poço é muito alta e que a água ainda não é suficiente para suprir as necessidades dos poucos agricultores que se encontram trabalhando no polo agrícola. Tendo em vista ainda, que das 95 famílias apenas 22 estão trabalhando no polo agrícola, vê-se então, que a quantidade de água é realmente bem abaixo do necessário, e fica uma questão: como estaria o abastecimento se todas as famílias estivessem trabalhando no polo? As condições dadas pela empresa são realmente eficientes?

Em um vídeo criado pela empresa para falar sobre o deslocamento, refere-se às famílias depreciando seus modos de vida e dizendo que todas elas viviam de forma difícil, quando muitas dessas famílias afirmam que viviam bem e com fartura:

“Vila Madureira, distrito industrial de São Luís, no Maranhão. **Aqui 95 famílias vivem de forma precária junto a um lixão.** O Grupo EBX por meio da MPX, além de realocar essas pessoas, deu a elas moradia e condições de ganhar seu sustento com dignidade, no próprio local. (...) os que aderiram ao programa de realocação, hoje vivem em casas com escritura pública, equipadas com geladeira, fogão, liquidificador, televisão, computador e impressora, no loteamento Vila Nova Canaã, no município de Paço do Lumiar, a 30 km do centro de São Luís” (GRUPO EBX, 2012).

Observamos que a empresa buscou, em seu vídeo institucional, trabalhar com as fragilidades do local e das pessoas, apontando apenas ao que consideram pontos negativos do

lugar em que as famílias viviam, no caso, destacando o lixão que havia perto da Vila. Colocando-as como miseráveis e apontando que a retirada dessas famílias seria a melhor coisa a ser feita. Sem apontar, no entanto, que o lixão naquele local é uma questão que compete às autoridades resolver e que não seria um problema apenas da Vila Madureira, já que um estudo realizado pelo professor Lucio Antônio de Macedo, divulgado em 2014, sobre os lixões na cidade de São Luís (MA), dizia que a cidade possuía um lixão em cada bairro. A pesquisa apontava ainda que 60% dos bairros não tinham condições estruturais para lidar com o lixo descartado (DIAS, 2013).

A empresa se coloca ainda no lugar de redentora, de quem iria dar moradia e emprego a todas essas famílias, sendo que os empregos criados eram muitos, no entanto, temporários e de trabalho duro e mal remunerado. Atualmente a empresa emprega apenas 103 funcionários e os ex-moradores de Vila Madureira que ali foram empregados, já não estão mais empregados, pois foram usados em trabalhos precarizados, na época da construção da Termelétrica por terem baixa escolaridade e pouca qualificação.

A professora da UFRJ Raquel Rolnik, que foi relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo direito à moradia adequada, durante seis anos, chama atenção para a questão da moradia adequada, evidenciando que moradia adequada não quer dizer apenas as quatro paredes com um teto, engloba uma série de questões que partem desde a localização até demandas relacionadas ao acesso a um modo adequado de viver, incluindo segurança, as oportunidades de trabalho e de sobrevivência, de saúde, saneamento básico. Em casos de reassentamento, um dos principais direitos que têm sido violados é o direito à informação e o direito à participação nessas intervenções (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011), o que fica evidente neste caso empírico.

As pessoas têm o direito de serem informadas sobre o que está acontecendo em seu território com a máxima antecedência e mais que isso, o direito a participar do processo de escolha das alternativas dessa mudança, não é apenas ser informado do que vai acontecer ou já aconteceu, mas ter o direito de participar, de opinar, de construir de uma forma menos impactante o novo espaço em que viverão, não de forma mascarada como muitos processos análogos se dão.

Tudo isso influencia diretamente na identidade destas pessoas que saem de seu território que possui uma representação simbólica, física e cultural, que deixam o lugar de agricultores-pescadores para moradores de aluguel e depois reassentados. Causando sofrimento e incertezas ao longo da jornada, as pessoas ficam por tempos sem perspectivas de

melhorias de condições e sem identificação com o espaço que ocupam. Ao saírem da condição de agricultores-pescadores e não terem sequer um terreno para plantar, criar seus animais e ter de onde se sustentarem, estas pessoas sentem-se rebaixadas e humilhadas, como aconteceu durante os três meses em que viveram de aluguel pago pela empresa.

Não estamos aqui afirmando que é possível uma vida só de certezas e sem sofrimentos, o que estamos apontando é o fato de que muito do que essas famílias passaram foi desnecessário e violento, além do mais, poderia ter se dado de modo menos angustiante e levando em consideração que o modo de vida do outro é importante. O sujeito cria um vínculo com o lugar a partir do convívio duradouro com o ambiente e em razão da unicidade deste, pelo sentimento de segurança e pertença que lhe remete. Em caso de separação do lugar, o indivíduo sofre (FELIPPE; KUHNEN, 2012), sofre por não ter mais as condições que antes lhes trazia segurança e supria suas necessidades, como é o caso dos deslocados de Vila Madureira, que perdem diversos aspectos físicos e psicológicos que o lugar estava envolto, tais como a proximidade do mar e de rios, e dos lugares que eram de culto religioso, por exemplo.

Sawaia (2006) aponta que o sofrimento humano é inevitável, no entanto, é necessário trabalhar para que ele seja minimizado e impedir que ele se cristalice. A cristalização deste sofrimento é percebida na conformação dessas pessoas em relação ao que estão passando e sentindo, quando afirmam, por exemplo: “É. Mas hoje em dia, os errados é quem tem direito. As pessoas que têm direito hoje... é uma coisa! Pode crer! Aí, eu fiquei todo tempo pra trás assim” (ENTREVISTADA 1). Ou mesmo quando apontam que outras pessoas sofrem mais que elas, elas nem sofrem tanto assim, elas têm é sorte na vida:

Eu trabalhei 22 anos na área da Vale. Como eu conheci indenizando o pessoal na área, lá dentro do mato, chegavam: “quanto é tua casinha, meu filho?” “rapaz, se me derem cinco mil, eu vou me embora é agora”. Assinava o cheque: “Dez mil, pronto. Amanhã, você já tá tirando suas coisas porque o trator tá chegando aqui”. Dobrado. Mas e esse dez mil? Será que ele fazia uma casa? Será que ele... ele não recebeu nenhum pedaço de terreno, não recebeu nem um pé de fruta que ele deixava, ele não recebeu nada. Eu conheci foi assim. E por isso, eu tive um pouco de mais sorte do que aquilo ali (ENTREVISTADO 5).

A falta de percepção do quanto perderam também não vem à tona. Parece não ter clareza do quanto o lugar em que viviam era de grande valor por conta da localização, próximo ao mar e ao rio, com uma grande área de uso comum e nas proximidades de feiras, próximo aos familiares, enfim. É nesse sentido que fazemos a ressalva de apontar que alguns moradores deram mais importância ao lugar do que outros e isso pode ser explicado pela teoria de apego ao lugar, que como já foi dito neste trabalho, implica em aspectos como o

tempo de moradia, as funcionalidades do lugar para a vida desta pessoa, a história com o lugar, etc. Giuliani (2004) aponta que o sentimento que temos em relação ao lugar (o lar, local de trabalho, vizinhança) “contribui forte e positivamente para definir nossa identidade, dar sentido à nossa vida, enriquecê-la com valores, metas e significados” (GIULIANI, 2004, p. 90)

As funcionalidades para o lugar vão aparecendo de acordo com as necessidades do ser humano, na sua relação com o ambiente e precisam ter uma significação. O que é bem diferente dos espaços planejados de acordo com os parâmetros de funcionalidades, como é o caso do reassentamento e polo agrícola, por exemplo. Ewald, Gonçalves e Bravo (2008) afirmam que esta utilização racionalizada do espaço, sem considerar as especificidades dos que habitam o lugar, influenciam sobremaneira a subjetividade dos sujeitos, visto que irão utilizar o espaço de forma mecânica, logo, as vivências nesse espaço não terão um significado especial para essas pessoas. Porque, como apontam Cavalcante e Mourão (2006, p. 145):

O sujeito age sobre o meio, modifica-o e, neste processo, vai deixando sua marca e sendo igualmente marcado por ele. Isso se dá na medida em que as transformações do meio pelo homem são resultantes de necessidades subjetivas, de emoções, de expectativas, em suma, de vivências que vão fazendo parte da história pessoal do sujeito.

Para Lane (2006), a linguagem, emoção e pensamento são o que utilizamos para entrar em ação, portanto, somos ação, afeto e consciência, e isso nos identifica. No entanto, consideremos que as instituições (na sociedade capitalista) têm a função de tentar mascarar as contradições sociais para que assim, possam justificar a opressão, humilhação e explorações e manter as relações de poder. Lane (2012) aponta para a questão da alienação e afirma:

A alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de “naturalidade” aos fatos sociais; esta inversão do humano, do social, do histórico, como manifestação da natureza, faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro e falso, de universal; neste processo a “consciência” é reificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente (LANE, 2012, p. 42).

Neste aspecto, apontamos uma das falas do entrevistado 9, durante a atividade proposta no Polo Agrícola, onde após assistir ao documentário “Águas para a vida ou morte?”, que relata a retirada de comunidades por conta da barragem de Acauã, no estado da Paraíba, onde as pessoas receberam baixas indenizações ou casas (construídas com materiais de péssima qualidade) e que tiveram muitas violações de direitos no processo. Ele fala do processo dos Paraibanos como se tivesse sido muito diferente do que aconteceu com a comunidade de Vila Madureira, como se os moradores de Vila Madureira tivessem a escolha de mudar ou não de lugar ou pelo menos a possibilidade de escolher para onde ir e como viver

em seu reassentamento, o que podemos notar, pelos depoimentos colhidos, que não aconteceu.

O que foi que aconteceu? O governo quase que obrigou: “nós vamos fazer essa barragem e vocês vão ter que sair daqui e vocês vão ser realocado lá pra outro lugar e lá vai ser também muito bom”, isso aí que eles disseram, quer dizer, isso aí eles enganou, foi uma ilusão. Deveriam eles ter feito uma reunião ou associação e ter embargado essa indenização, que foi uma indenização muito precária que aconteceu foi essa daí (ENTREVISTADO 9).

Como se o fato de Vila Madureira ter uma associação mudasse em muita coisa a forma como o processo foi conduzido, as truculências da empresa, apontadas por Pereira (2010), a forma como o Estado tratou esta questão e os moradores de Vila Madureira, a forma como os moradores percebem a atuação da associação de moradores, as práticas da empresa, sendo encoberta pelos órgãos que deveriam regular ou fiscalizar suas ações, como demonstra reportagem na qual o Ministério Público solicita a redução da emissão de poluentes (G1 MARANHÃO, 2016), visto que o IBAMA aumentou em três vezes a quantidade de emissões para a empresa, em desacordo com o EIA/RIMA.

As histórias que encontramos no decorrer desta pesquisa dão conta de vidas que são predominantemente cercadas pela violação de direitos e pelo sofrimento por conta de tais violações, o que de certo modo, acaba por justificar as reações, a naturalização de situações de violência psicossocial.

Leite, Dimenstein e Ximenes (2016) fazem uma interessante discussão sobre como um processo de luta e reivindicação pode ter uma interpretação “desviada” e assim entendemos que as ações reivindicatórias das famílias são vistas. No entanto, esta forma de interpretação possui uma intenção clara e definida, para compreender melhor isso tudo, as autoras lembram a guerra de Canudos e apontam como Antônio Conselheiro era visto naquela época, resgatando que o médico Nina Rodrigues elaborou e publicou um estudo denominado “a loucura epidêmica de Canudos” que, baseado na ideia de evolucionismo social trazida da Europa e na psicologia das massas, classificava o líder como louco, e apontava que seus seguidores possuíam características comportamentais próprias de bárbaros, não evoluídos socialmente. Utilizando de tal verdade discursiva, o Arraial foi dizimado pelas forças militares, ainda que com dificuldades, pois houve muita resistência.

As autoras apontam ainda que naquela época, jornais também tiveram um papel importante na deslegitimação dos discursos daquele movimento, pois acusava Conselheiro e seus seguidores de serem lunáticos e rebaixando-os.

Tudo isso pode ser percebido no caso de Vila Madureira, pois a imprensa bem como a empresa tratou de disseminar que sabiam o que era melhor não só para as famílias de Vila

Madureira como também para o desenvolvimento do Maranhão. O que pode ser percebido nas propagandas institucionais da empresa, que apontam que estas famílias viviam em lixões, que não tinham dignidade e nem qualidade de vida e que o deslocamento compulsório seria a melhor alternativa de vida que eles poderiam encontrar. E mais, a empresa estava ali, disposta a dar tudo para que essas famílias pudessem ter uma vida melhor, e em troca elas só precisavam sair voluntária e tacitamente do seu lugar.

Qualquer discurso contrário a toda a “bondade” e “ajuda” que a empresa daria seria tomado como loucura ou apontado como que essas pessoas não sabiam o que seria melhor para elas. Pois não está em questão a história que essas famílias construíram com o lugar, o apego ao lugar, a formação de suas identidades, seus cultos religiosos e ancestrais. O que se leva em consideração, de forma mascarada, é o que é melhor para o dito desenvolvimento e, o lugar da comunidade era o espaço mais adequado para o empreendimento pelos fatores já citados aqui neste trabalho.

Em muitos momentos estas pessoas são desconsideradas, estão no mundo, mas não têm um lugar certo, próprio e definido, que vivem esperando momento em que serão mais uma vez retiradas do seu lugar por conta das “necessidades” do capital. A desestruturação da comunidade, a perda do lugar e a falta de autonomia dessas pessoas sobre suas vidas e seus territórios lembram o que Bauman (2005, p. 12) chamou de “refugio humano”:

A produção de “refugio humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar) [...] É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência).

Este trecho diz muito do que vimos tanto na bibliografia utilizada para este trabalho quanto na pesquisa empírica, as construções que necessariamente produzem excessivos e redundantes, que se utilizam o bem que os sujeitos possuem e depois os descarta.

O processo de negociação, apontado pelo entrevistado 9, é interessante para percebermos de que forma se deu e como ele considera que “estava no lucro”, mesmo apontando que seus pedidos não foram atendidos. Ele relata que não teve perdas em relação ao que tinha em Vila Madureira e ainda, considera que teve ganhos e demonstra a lógica que segundo ele, seria utilizada para as negociações:

nós tivemos negociação, minha filha. Já entendeu? Eu entendo tudo isso! Nós fomos NE GO CI A DOS. Nós negociamos: “esse pé de mangueira bota quantas mangas?” “Mil mangas.” **Ele vai ter aumento por anos, se ele botou mil mangas este ano,**

**no próximo ano ele pode botar dois mil, no outro ano ele pode botar três mil mangas.** Foi feito os cálculos, vezes cinco anos (ENTREVISTADO 5).

Apesar de entrevistado 5 apontar, que segundo o conhecimento dele, a produção de frutas aumentaria com o passar anos e afirmar, veementemente que houve negociação, como ele mesmo enfatiza em suas falas, podemos ver que na prática, as negociações foram realizadas de acordo com o que a empresa considerou mais viável. Inclusive podemos ter uma noção mais real quando o entrevistado 9 fala das negociações, apontando sobre a vida útil das mangueiras, e o quanto foi considerado pela empresa, como veremos. Na fala a seguir, um morador afirma como foi feito o pagamento das árvores frutíferas que tinha em seu terreno, demonstrando que ao invés de considerar que as árvores dariam mais frutas com o passar dos anos, a empresa considera apenas perdas anuais.

Eu tinha lá 70 pés de manga, mais ou menos, eu tinha o quê? uns 40 pés de manga, não de qualidade, mas daquelas mangas comuns. Mas eles calcularam. Eles queriam calcular dois anos. Eu disse: “não pode! porque, uns pés de manga desses que ainda é jovem ainda, ele vai ter uma durabilidade de vinte anos, então, vocês têm que pagar pelo menos 10 anos.” “Mas nós temos que botar um tanto de perda”. **“Vamos dizer assim: esse ano ele produziu duas mil mangas, mas o ano que vem ele só vai produzir 500. Porquê? por causa de uma chuva, disso ou daquilo outro. Então, botar dez por cento de perda”.** A gente concordou. Aí botaram cinco anos em cima dos cálculos. Como se a gente tivesse lá cinco anos, era essa a produção daquelas frutas. Não foi só os pés de manga, foi mais coisas ainda. Assim, sim (ENTREVISTADO 9).

A fala do morador, já inicia por desqualificar a sua própria produção, afirmando que as frutas que tinha não eram de qualidade, no entanto, sem perceber que acaba por reproduzir um discurso hegemônico de desqualificação social que é contido também no discurso da empresa, inclusive quando aponta que “95 famílias viviam de forma precária junto a um lixão” e que a empresa “além de realocar essas pessoas deu a elas moradia e condições de ganhar seu sustento com dignidade no próprio local” (GRUPO EBX, 2012).

Provavelmente, isto contribuiu para a retirada das famílias pelo rebaixamento tanto do que produzem quanto do que elas têm representado para a sociedade capitalista, inclusive, destacamos no EIA o seguinte trecho que afirma que a produção agrícola da Ilha do Maranhão é inexpressiva, porque não gera emprego e nem contribui na produção. Observando-se aí, mais uma tentativa de desqualificação das famílias e de sua produção.

No que se refere ao setor primário, de modo geral, a agropecuária desenvolvida nos municípios da AII (Raposa, Paço do Lumiar, São Luís e São José de Ribamar) apresenta características de produção de subsistência sendo inexpressiva no contexto estadual tanto na geração de emprego quanto na participação da produção (DIFERENCIAL, 2008, VI-3-17).

Compreendemos então, que os efeitos psicossociais do deslocamento compulsório implicam em impactos que perpassam o pedaço de chão e a casa física, pois demandam

mudanças de hábitos e de relações que os habitantes construíram, a partir das transformações engendradas no espaço, habituando-se a ele e adaptando-o às suas necessidades diárias, tem a ver com o lugar que se estabeleceram no curso de suas histórias.

A seguir, tentaremos elencar alguns pontos que nos fizeram refletir no que diz respeito ao processo de reassentamento da comunidade de Vila Madureira e como isso impactou e impacta na vida destes sujeitos atualmente.

## 6.2 IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS DO REASSENTAMENTO

Por outro lado, manifesta-se na compreensão das ações em torno do reassentamento, que para a comunidade é a única alternativa possível e para a empresa uma estratégia legal e potencialmente interessante para o gerenciamento de sua imagem organizacional

Os moradores relatam que ao chegarem ao reassentamento Vila Nova Canaã, em março de 2009, as coisas eram difíceis, as condições dadas eram duras e não tinha trabalho para todas as famílias, algumas passaram muita fome, outras, não ficaram no residencial, algumas voltaram viver no bairro Anjo da Guarda, onde possuíam casa, apenas receberam os utensílios domésticos (fogão, geladeira, liquidificador, computador) que vieram dentro da casa e voltaram. Outras, foram para o interior do estado tentar manter-se em condições mais próximas do que viviam em Vila Madureira.

Durante a pesquisa, ficou claro, que alguns dos moradores da Vila Nova Canaã que possuem terrenos no polo agrícola e conseguem ter uma produção melhor não sobrevivem apenas deste trabalho, têm outras fontes de renda, tais como, possuem algum membro da família empregado ou vivem com a renda de aluguel de imóveis adquiridos, alguns anteriores ao reassentamento, outros, posteriormente.

As pessoas que eram moradoras da Vila Madureira e que tiravam seu sustento da terra, estas ainda encontram muitas dificuldades em se equilibrar financeiramente. São pessoas que possuíam uma estrutura mais sólida de modo de viver, possuíam poços, casas de farinha, criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos, porcos), alimentavam-se da sua produção e da pesca nas proximidades de suas casas, como aponta o entrevistado:

Ah, eu gostava mais de lá do que daqui, e ganhava mais do que aqui. Assim, por causa do “giro”, porque, olha, eu estou esses anos todinhos aqui, mas eu não sei nem onde é a maré daqui. A praia que eles chamam aqui. Aqui a gente não tem uma coisa pra pescar na água doce, não tem... mais próximo pra mim e eu não sei nem onde é a água salgada, a beira da praia daqui.

E lá, a gente tinha, pegava o caranguejo, pegava o camarão da água doce, tinha o peixe mesmo da água doce, pegava aquelas piabinhas, o cará, tinha. A gente sabia,

eu pelo menos eu sabia me virar, que quando eu não queria comer, não tinha nadinha pra mim comer, botava o arroz no fogo, deixava no fogo e descia. Pegava uma landruá, bem quase na beira da casa tinha o rio e eu lançava e vinha com o peixe na rede. Tinha muita galinha, tinha muita criação (ENTREVISTADO, 1).

O entrevistado demonstra que havia uma relação forte com o antigo lugar, conhecia bem a região e lá podia tranquilamente produzir e extrair seu sustento, já havia se apropriado daquele lugar e sentia a segurança e estabilidade que o lugar simbolizava para ele. Mourão e Cavalcante (2006, p. 146) apontam que não há uma adaptação ou introjeção do ambiente simplesmente, mas o que há é uma apropriação ou não do ambiente, ou seja, o ser humano se relaciona com o ambiente e dali ele retira o que o ambiente oferece como possibilidade dentro do contexto histórico e social.

No entanto, para que haja apropriação, o sujeito precisa ter autonomia para intervir no ambiente, desse modo, modificá-lo, ao tempo que o sujeito também é modificado pelo ambiente. Nas condições dadas no reassentamento, os moradores não podiam utilizar o espaço de forma a satisfazer suas necessidades. A eles eram/são impostas regras de como utilizar as casas, não podem criar galinhas ou outros animais de pequeno porte em seus quintais (como faziam em Vila Madureira), e nos terrenos do Polo agrícola não podiam plantar como quisessem, plantavam apenas hortaliças e frutas, e estas eram determinadas pelos técnicos agrícolas que acompanhavam os trabalhadores.

Deste modo, o que se pode afirmar é que estas pessoas acabam por não ter uma relação significativa com o espaço, pois não sentem que podem modificá-lo e utilizá-lo de acordo com suas necessidades. O trabalho realizado acaba sendo mecânico e feito apenas para tentar suprir a necessidade de ter algo para comer. Essa mudança do espaço físico bem como as intervenções externas provocam mudanças nas identidades sociais, individuais e de lugar, visto que, como apontam Cavalcante e Mourão (2011, p. 215), “a identidade de lugar é constituída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidades de transformá-lo em busca de satisfação”.

Em Nova Canaã e no Polo agrícola, percebemos que o entrevistado ainda sente dificuldades no “giro”, como ela chama, não conhece ainda a região que vive, mesmo morando lá há mais de sete anos. Neste sentido, Moura e Cavalcante (2006) afirmam que os vínculos emocionais com a região são também importantes para sua formação da identidade de lugar. Esta identidade de lugar é o conhecimento sobre os aspectos físicos, sobre as variedades e complexidades do lugar em que a pessoa vive e de onde ela retira suas necessidades físicas, biológicas e psicossociais. Recorrendo a Proshansky et al. (1983), Mourão e Cavalcante (2006) afirmam que esse conhecimento, diz respeito às memórias,

ideias, sentimentos, atitudes, crenças e valores relacionados com este ambiente, que correspondem ao passado ambiental de um ser humano.

É importante perceber que há diferenças significativas entre o modo de percepção de moradores que eram moradores de fato da Vila Madureira e que se mantinham da produção de frutas, de plantar mandioca, milho, feijão e que já tinha conhecimento da região em que viviam, para aqueles que tinham a Vila Madureira apenas como mais uma renda e um lugar de descanso. Além do mais, as famílias que tinham mais tempo de moradia em Vila Madureira demonstram um apego maior ao lugar do que aquelas que estiveram apenas de passagem, ou as que são consideradas aproveitadoras (como apontam alguns moradores). A fala que segue é da entrevistada 4 da Vila Nova Canaã que nem chegou a morar em Vila Madureira, o esposo dela tinha conseguido a área há pouco tempo e a utilizava apenas aos finais de semana para descanso:

**Entrevistada:** De passar fim de semana, porque a gente não chegou a morar lá, né? A gente ia mesmo pra refúgio, pra plantar uma macaxeirinha, e pra aproveitar mais, eu fui mais pra aproveitar.

**Pergunta:** A senhora morava aonde?

**Entrevistada:** Lá na área do Anjo da Guarda, então eu fui mais aproveitando a parte boa. E a mudança, quanto à mudança, porque quando foi feita a negociação, tudo, a gente tava inserido no benefício, ganhamos a casa aqui, então a gente mudou, lá não tínhamos casa e viemos para receber nossa casa, mas assim, a mudança ela às vezes não é fácil né? Onde a gente já tá estabelecido num local, tem a família, né? E de repente se separa, às vezes é doído, talvez isso também mexeu com o fato de muitas pessoas não terem ficado nem na comunidade, nem terem se adaptado à rotina de trabalho aqui, né? Mas aí a gente ficou, foi ficando, ficando, e de repente a gente teve que retornar pra lá por causa do emprego do meu esposo, apesar de termos... ele não... ele é empregado, né? (ENTREVISTADA 4)

A entrevistada declarou que nem casa havia construído no terreno que possuía em Vila Madureira e que o marido dela é empregado na região em que viviam, o Anjo da Guarda. Para ela, muitas pessoas não se acostumaram ao novo local de moradia porque a separação da família é difícil e como ela infere ao final, algumas pessoas (como o marido) são empregadas naquela área. A moradora tem o terreno como um complemento de renda, o que não lhe traz muita preocupação, já que possuem uma renda garantida, o salário do marido, e têm a possibilidade de retornar para a antiga casa a hora que quiserem como já retornaram para o Anjo da Guarda. Eles estão no Polo apenas aos finais de semana e feriados.

Note-se que este é um dos casos em que a família não se sente mutilada, humilhada, pois o reassentamento tem um significado diferente, apresenta-se como uma opção. Para os reassentados com estas características, a mudança se torna uma questão de opção, visto que deles não foi retirada a única opção de moradia que eles tinham. Apesar disso tudo, a moradora ainda aponta aspectos negativos dessa mudança, mostrando o quanto as relações

sociais que cultivava lhes fazem falta a vizinhança e a proximidade com a família. Giuliani (2004) assinala que as pessoas com menos oportunidades de escolha, que são obrigadas a viver em lugares que não satisfazem suas necessidades e expectativas, são mais propensas a desenvolver problemas de saúde do que aquelas com grande mobilidade residencial.

Demonstramos a seguir a situação daqueles para quem a Vila Madureira significava o lar e a fonte de renda. Um morador antigo, que recebeu o terreno de Madureira como herança de sua avó que morava na região desde a década de 1980, após ter sido expulsa de seu antigo local por conta da construção da Vale, nos descreve como se deu a saída da Vila Madureira:

(...) muitas pessoas não queriam vim, nem eu queria vir pra cá, nem eu queria vir. O motivo: medo, aquela “poxa, eu vou pra um lugar que eu não sei como eu vou viver lá. como? De quê?”. São essas perguntas. Então, a gente preferia: “rapaz, porque você não dá o dinheiro no valor da casa”. A casa que tava num documento lá, dizendo que a casa ia ser no valor de 48 mil reais pra pessoa, né? “Então, porque que a empresa não dá o dinheiro pra pessoa nesse valor pra gente comprar a casa da gente aonde a gente quiser?”. Aí diziam: “ah não, porque é obrigado e não sei o quê”, tipo assim, a gente foi obrigado a vir pra cá.

(...)

A gente veio pra cá, tipo assim, ameaçados. “se você não for, você não vai ganhar isso, não vai ganhar isso”. Entendeu? Então, muitas pessoas vieram pra cá, digamos, debaixo de ameaças mesmo. As partes ruins são, é uma dessas (ENTREVISTADO 3).

Por este depoimento, podemos perceber como foi sofrido e angustiante o momento de “negociações” e retirada das famílias, até porque a perda do terreno já estava consumada. Se estas pessoas ainda ficassem sem receber o que a empresa era obrigada a oferecer, até pelas condicionantes de instalação e funcionamento, como elas iriam se reproduzir material e socialmente? Algumas delas perderam ali não apenas o terreno, mas também seu trabalho, pois tiravam seu sustento da terra (plantando e colhendo frutos) e da pesca na região. Para Santos (2014a), a atividade desenvolvida pelo ser humano é importante para fazer o sujeito sentir-se útil e também como fator que define sua identidade, além da própria questão da sobrevivência social e biológica.

Percebe-se que o morador se sentia sem chão, refugado, para usar a palavra de Bauman. Sem alternativa, era necessário resignar-se e aceitar as condições impostas pela empresa. Este morador demonstrou por ocasião da atividade de coleta de informações que realizamos no polo agrícola, no âmbito desta pesquisa, e da entrevista o quanto essa relação de ser visto como alguém sem escolhas, sem alternativa e o pior sem nenhuma segurança do que há de ser do futuro, é fruto de muito sofrimento e de constrangimentos.

Este morador aponta que ao chegar ao reassentamento, as dificuldades econômicas faziam parte da vida de quase todos os moradores, visto que eles não possuíam o que ele chamou de frente de trabalho. Estavam desempregados e não tinham ainda os terrenos do polo

agrícola para desenvolver suas atividades, sem falar que é uma atividade que demanda tempo para dar retorno. O desemprego dá a sensação de perda de algo e de humilhação, além do que as pessoas sentem-se deslocadas (PAUGAM, 2014). Trabalharemos com a ideia de pobreza trazida em Paugam, onde ele aponta que as pessoas são colocadas no lugar de quem precisa de ajuda, são fragilizadas, para nós, isso se dá principalmente pela falta ou presença seletiva do Estado nas suas obrigações de garantir ao sujeito os direitos básicos de saúde, educação, trabalho e moradia digna. Todos esses sujeitos desamparados passam por um processo que “os empurra para a esfera da inatividade – e de dependência dos serviços sociais – que os torna comparáveis a outros pobres, cujas trajetórias, são, entretanto, diferentes (PAUGAM, 2014, p. 70)”.

Paugam (2014, p. 70) traz elementos para explicar as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais, a partir do que ele denominou de desqualificação social, que “caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases do processo”.

As fases desse processo são: *fragilidade, dependência e rompimento*. Na fase da fragilidade o indivíduo se vê sem as condições de enfrentar os percalços da vida e, portanto, precisa de ajuda, como no caso citado, os indivíduos temem não conseguir estabilização novamente e se envergonham da situação de não ter como sustentar a si e à sua família. Em seguida, no que denominou de dependência, o indivíduo aceita que necessita de assistência, nesta fase, segundo o autor (PAUGAM, 2014), sua personalidade se transforma e ele passa a justificar o recebimento de assistência.

Já na fase de rompimento dos vínculos sociais, os auxílios são suspensos e as pessoas perdem as esperanças de sair da situação em que se encontram e entram em processo de dessocialização, gerado pelo sentimento de humilhação e descontentamento, quando os vínculos sociais vão se rompendo e a tendência é o isolamento. Paugam (2014, p. 69) “traz que a humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria à qual pertencem é heterogênea”. O autor esclarece ainda que pobre, enquanto categoria social, é aquele que recebe ou tem direito a receber alguma assistência, e não necessariamente quem sofre carência específicas.

No caso dos moradores da Vila Nova Canaã, quando foram reassentados e não tinham condições de se manter, a empresa tinha como uma de suas obrigações legais (determinado pelas condicionantes das licenças de instalação e funcionamento) acompanhar e auxiliar no

desenvolvimento socioeconômico dos reassentados. Então, de início, algumas pessoas passaram a receber bolsa (no valor de 500 reais), em contrapartida, desenvolviam trabalhos que iam desde de pedreiros (para a construção da escola e da praça do residencial, além dos galpões do polo) aos postos de roceiros, que desempenhavam atividades de capina e roço, para limpeza e divisão dos terrenos do que seria mais tarde o polo agrícola. O valor da bolsa era abaixo do salário mínimo e muitas pessoas dispunham apenas daquele valor para sobreviver e de programas de renda do governo federal.

Quando as hortas começaram a ser feitas e a dar resultados, as bolsas começaram a ser suspensas. Com isso, muitas pessoas deixaram o polo agrícola, outras deixaram até o residencial, já que a única renda fixa (a bolsa) havia sido cortada. Esses moradores que abandonaram o polo agrícola pela falta da bolsa foram taxados por outros moradores de preguiçosos, como apontamos na fala a seguir:

Mas tavam vindo mais por causa dos 500 [reais] que tava saindo todo mês. Porque assim como a empresa tava ajudando era pra nêgo ter mais força: -“vambora, vambora, vambora! A bolsa vai terminar, então vambora, porque quando sair nós já tá produzindo mais.” Mas tavam fazendo aquilo por causa dos 500 que saía todo mês. E quando acabou a bolsa, aí nêgo: “eu quero vender meu terreno, eu quero vender meu terreno”. Sabe o que é isso? não? É preguiça de trabalhar (falando em um tom incisivo). Eu tenho 66 anos e ainda sou guerreiro! Essa aí ó (apontando para uma moradora que estava ali perto) tá aqui. Aí querem culpar também só a empresa, aí que eu vou defender a empresa, querem culpar só a empresa também. Preguiça! (ENTREVISTADO 2)

Reafirmando mais uma vez o discurso liberal de culpabilização (GUARESCHI, 2014) do sujeito e desconsiderando as condições em que essas pessoas estão inseridas, pois é importante frisar que a maioria das pessoas que abandonaram os terrenos ou venderam tinha os menores lotes para produzir e não tinha mais as condições ambientais de Vila Madureira, rios, o mar e as relações sociais já consolidadas. Para Guareschi (2014), a culpabilização é uma das estratégias psicossociais mais sutis que tem como propósito, a legitimação da exclusão social.

Sobre a escolha do lugar do reassentamento, um depoimento de um morador que tinha uma casa em Madureira apenas para descanso e fins de semana, que é contestado quando outros depoimentos apontam sobre a “escolha” do novo local de moradia. O morador afirma: “Nós tivemos diagnóstico! Nós passamos um ano só analisando, fazendo análise. O primeiro ano foi feito toda a análise, o quê que nós pensava, o quê que nós vivia. Nós visitamos vários lugares, fomos ver” (ENTREVISTADO 5).

Ao que consta em depoimento de moradores, realmente foram visitados outros lugares, no entanto, os terrenos não tinham documentação ou estavam em alguma querela

judicial, fator que impedia a compra do terreno pela empresa, e por fim, ao visitarem o terreno no qual vivem hoje, foi fechada a negociação porque a documentação estava organizada:

A gente visitou três lugares com esse aqui. Era um no Gapara outro lá pro lado do Quebra Pote que a gente foi. Só que no Quebra Pote, parece que a documentação não tava legal e a empresa não quis. E no Gapara também teve outro probleminha que não deu, aí, aqui foi que acabou ficando. Entendeu? (ENTREVISTADO 3).

O morador considera que a moradia atual é em um lugar seco, apesar da água encanada nas casas, ainda mais para quem estava acostumado a viver tão perto do rio e do mar, a retirar o sustento ou sua alimentação dali. A Vila Nova Canaã que era um lugar da promessa de uma vida melhor, mostrou (ainda mostra) a essas famílias tempos difíceis, como aponta o depoimento a seguir:

No começo, aqui, muitas pessoas passaram fome, pessoas passaram fome mesmo. Teve gente que sofreu muito. Eu me preocupava muito, porque eu tinha uma neném e quando a gente veio pra cá ela tinha 3 anos. Então, algum dinheiro que eu peguei lá como indenização, eu reservei, porque, eu digo “eu vou viver do quê lá, né?”. Eu tive essa preocupação em reservar pra gente poder... enquanto a gente se estruturava, se organizava melhor (ENTREVISTADO 3).

Este morador, apesar de falar do sofrimento e das dificuldades como algo que ficou no passado, nos relatou que as coisas ainda estão muito difíceis, que a sua única renda é a que retira do polo agrícola e que lá as coisas não estão dando muito certo. Afirmou ainda que dá graças a Deus por seu filho já ter conseguido um emprego e pela renda que a mulher tem com o trabalho desempenhado na escola da Vila. Relatou que quando chegou ao reassentamento, o trabalho conseguido foi contrato de vigilante na escola, no entanto, o salário pago pela prefeitura passava cerca de três meses sem receber remuneração, então, ele resolveu, mesmo não tendo outra ocupação no momento, sair do emprego, pois tinha que colocar comida em casa, afirma: “Eu saí, eu saí. Porquê? Atrasava muito e eu precisava colocar o pão dentro de casa. Aí, o que acontece... eu saí, fui procurar me virar também né? Aí, minha esposa entrou pra trabalhar, e ela trabalha até hoje na escola ainda” (ENTREVISTADO 3).

Quando o morador afirma “fui procurar me virar também” nos remetemos ao quanto é sofrível e difícil ao sujeito carregar a culpa de que o fato é que: “ele não estava se esforçando suficiente”, por isso, que as coisas não estavam dando certo. Este tipo de discurso é muito comum nas falas dos entrevistados, e Guareschi (2014) aponta dentro do processo de competição dos desiguais existente nos pressupostos do neoliberalismo, onde não há espaço para o social, que o ser humano excluído é tomado como indivíduo e considerado culpado pelos seus sucessos e principalmente, pelos seus fracassos, eximindo da culpa, um sistema que degrada, exclui e desumaniza.

O medo de ser visto como alguém, ou melhor, como um ninguém, o medo de precisar estar no lugar de quem precisa de ajuda, de quem não dá conta sozinho, nos remete ao que Serge Paugam (2014) chamou de “estigmatização dos assistidos”, ou seja, o estigma imposto a um indivíduo quando ele é colocado na condição de pobre e que faz com que ele não queira ser identificado com as pessoas que estão na situação de pobreza, que é um *status* desvalorizado pela sociedade.

As famílias se enchiam de esperança e aguardavam para ver cumpridas as promessas que lhes fizeram, como rememora entrevistada 1: “vocês vão ter tudo em dobro”, “lá será muito melhor”, enfim, promessas que as enchiam de expectativas e esperança de uma vida melhor e mais farta. Convencidos de que as promessas da empresa lhes trariam melhores condições de vida e mais facilidade para lidar com o que já possuíam:

E aqui, o que fez eu ter vindo pra cá, mais assim, a minha vontade é porque eu era a pessoa que mais tinha animal lá, (...) assim, de criação. Aí eu, poxa, aqui eu tô tendo esse tanto, e lá como é que não vai ser? Lá vai ser melhor pra mim criar meus bichos. Não, porque eles me disseram assim. Eu disse “me diga uma coisa: e essa criação que eu tenho aqui?” E ela disse: “a senhora vai ter lá muito melhor do que essa que você tem aqui”. Aí eu me animei. Ela disse assim: “lá vocês vão ter os galpões de criação de, do que vocês quiserem criar, porco, galinha, como vocês já têm”. Aí, eu acabei minhas galinhas a poucos tempos, de tanto esperar [os galpões que não chagaram] lá no Canaã, vivia galinha espalhada pra todo lado, eles roubando e era aquela coisa e, bicho e gato come, era aquele desespero. Aí, eu larguei. Pra quê? Qual é o futuro que tô tendo? Não tem (ENTREVISTADA 1).

Sawaia (2006) aponta que os sentimentos são orientadores da vida do ser humano. Percebemos então, que foram orientados pelo medo e pela esperança, esses sujeitos, que não possuíam alternativas, a não ser aceitar o deslocamento, já que o Estado já havia delegado poderes sobre as terras ao empreendimento, se viram obrigados a deixar o que haviam construído para trás. Apesar do sofrimento relatado por alguns moradores que demonstram muito apego e sentimento de perda do lugar, percebemos também que há esperança de melhoria de vida.

Deste modo apontamos o que Deise Mancebo (2003) diz quando fala dos efeitos da subjetivação na contemporaneidade e, assinala que o mundo contemporâneo com os efeitos do neoliberalismo, com a fluidez e flexibilidade exigida aos sujeitos, tudo isso acaba influenciando no processo de subjetivação e o que vem acontecendo é que as pessoas são obrigadas a lidar com a ideia de descartabilidade, de obsolescência programada, valores e modos de vida são deletados, além de quê, nesse modo de viver, o presente é considerado como algo que pode (ou deve) ser deslocado do passado e do futuro, como se as coisas, os tempos não tivessem ligação.

É nesta perspectiva que percebemos o que foi feito com a comunidade de Vila Madureira, quando foram retirados daquele lugar e levados a um novo espaço sem considerar as histórias, os afetos e sentimentos daqueles que lá viviam. No entanto, no momento presente, passa-se a ideia de que a empresa deu todas as possibilidades de uma vida melhor a essas pessoas e só não está bem quem não quer, como sinalizou um morador. No que ele mesmo retomou a fala e disse que “só não melhorou pra quem não soube agir, ou não soube esperar ou não teve oportunidade, não teve oportunidade” (ENTREVISTADO 3).

Algumas pessoas receberam um terreno com 360 m<sup>2</sup> e isso não era levado em consideração quando se falava das condições objetivas dadas. A frase “só não melhorou para quem não quis” aponta mais uma vez a ideia de culpabilização do sujeito por conta das suas condições socioeconômicas. Essas pessoas que possuíam terrenos pequenos em Vila Madureira possuíam outra lógica de lidar com a terra, além do mais, nem todas as pessoas trabalhavam com a agricultura, o que não foi respeitado nesse processo. Essa individualidade não foi levada em consideração.

As pessoas tiveram de lidar com diversas regras as quais não estavam acostumadas, então, lhes vem a angústia de não saber como poderiam sobreviver sem produzir o que era de costume e como lidar com essa nova vida, cheia de normas e sem as possibilidades de outrora. Além do mais, muitas pessoas haviam trazido mudas das frutas que cultivavam em Madureira, o que também foi proibido de ser cultivado, com a alegação, segundo relatos, de que as mudas poderiam contaminar o solo.

A gente que trouxe as plantas, ó, aí, disseram que era pra gente não trazer as plantas porque era pra não contaminar a área daqui. Todo mundo saiu botando suas plantas fora, deixando pra morrer, uns foi deixando em casa, outros foram trazendo por conta própria ou plantando, hoje a gente já tem, escondido deles, que eles não queriam que a gente plantasse nada aqui. Que era pra não trazer planta contaminada de lá da área da gente (ENTREVISTADA 1).

Mesmo intrigados e angustiados, por não acreditarem que daria certo, muitas pessoas obedeceram. Ao iniciarem o que chamam de “destocar” e o roço do terreno que mais adiante seria o Polo Agrícola HortCanaã, limparam e dividiram os lotes para iniciar o plantio das hortaliças e, segundo os relatos colhidos, nada mais poderia ser plantado ali além de hortaliças e algumas frutas indicadas pelos técnicos da empresa. E da fala do entrevistada 1 pode-se inferir que até as plantas de Vila Madureira eram consideradas pelos técnicos da empresa como contaminadas, impróprias para compor o projeto de assentamento.

Alguns moradores advertem que quem “teimou” e plantou suas frutas, hoje está colhendo e tendo uma renda a mais, mesmo porque com o tempo, as árvores frutíferas não necessitam tanto ser irrigadas como as hortaliças que eles têm plantado. “Eu acho que era

melhor do que esse negócio de irrigação, porque isso daí tá me enchendo é meu saco. É, a gente tá gastando demais” (ENTREVISTADA 1).

A empresa criou o que alguns moradores denominam frentes de trabalho, que consistia em oferecer a essas pessoas pequenos trabalhos temporários ali mesmo no loteamento, tais como, a construção da praça, e às pessoas que estavam trabalhando onde futuramente seria o Polo Agrícola, era dada uma bolsa para o sustento da família. Segundo o entrevistado 3, o valor da bolsa era inferior a um salário mínimo, ele afirma que:

**Entrevistado:** Pra roçar, destacar, porque lá tinha muito toco. Aí, passaram mais ou menos uns três, quatro ou cinco meses mais ou menos nesse movimento de destocagem de, de, de... aí, foram, algumas pessoas foram pra dividir, aquela coisa, entendeu?

**Pergunta:** e o pagamento era um salário mínimo?

**Entrevistado:** não. A gente tinha uma bolsa lá. Quem trabalhava no polo tinha uma bolsa, na época, não era nem um salário, era, dava 500 (quinhentos) reais, na época. Mas aí, depois vieram mais frentes de trabalho, as construções dos galpões, tudo eles pegavam as pessoas daqui. Eles contratavam uma empresa de fora, aí a empresa era, o acordo era que pegasse as pessoas da comunidade pra trabalhar. Então, assim, nunca faltou em relação a isso. Sempre tinha frente de trabalho. Faziam, “olha, contratem as pessoas de Canaã”. E outra coisa boa também, algumas pessoas ficaram trabalhando na construção da Usina, lá onde é.

A empresa veio, quem tinha condições, quem tinha uma profissão, a empresa contratou. Na época da construção, trabalhava lá, acho que quase até terminar a construção da Usina. **Então, eles não desampararam as pessoas** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Uma das frentes de trabalho, eram empregos negociados com a prefeitura de Paço do Lumiar. Em acordo entre a empresa e a prefeitura, ficou firmado que a empresa repassaria as instalações da escola e posto de saúde para que a prefeitura administrasse, no entanto, a prefeitura deveria manter alguns moradores em regime de contratos nestas instituições. Uma das moradoras de Vila Nova Canaã ficou como professora na escola, outras como serviços gerais e também teve vagas de vigilante.

A situação de desamparo social em relação ao Estado é tão lastimável que faz com que as pessoas, mesmo em uma situação difícil, onde o dinheiro para sustentar a família não chega nem ao salário mínimo ou em outros casos em que os empregos se configuram em situações precárias e temporárias, as pessoas ainda consideraram que seja uma situação de amparo social, ou de vida melhor. Sem contar que o pagamento de bolsa, por um lado, isenta o pagador (a empresa) de qualquer obrigação trabalhista, e por outro, retira do beneficiário (o trabalhador) os direitos trabalhistas e previdenciários, afirmando uma relação de tutela entre o que vende sua força de trabalho e aquele que paga por ela.

“O encontro das subjetividades com a variedade de estimulações trazidas pelos recursos globais vem afetando os homens, mesmo que de forma diferenciada, com múltiplos

vetores advindos de toda parte” (BOCK, 2003, p. 77), tudo isso, leva a exigência de comportamentos (flexibilidade, desapego, volatilidade) que acabam por, no mínimo, abalar as identidades. Logo, as subjetividades que outrora eram apontadas em consonância com a solidez das identidades, agora, precisam se consolidar diante da complexidade do mundo contemporâneo e da situação que lhes é posta, de desamparo, de medo e incerteza.

Mancebo (2003) aponta que nesse modelo globalizado em que as pessoas são impelidas a não se apegarem (a lugares, empregos, pessoas), pois a qualquer momento podem ser deslocadas e realocadas, em que são conduzidas a serem flexíveis e que tudo isso acontece numa velocidade tão exponencial que não há tempo para pensar no que está acontecendo, tanto que, as subjetividades e os apegos nem têm tempo para serem refletidos ou mesmo para assumirem uma forma.

Neste caso, ter-se-iam indivíduos homogeneamente globalizados e flexíveis, preparados para rapidamente se desalojarem e substituírem suas cartografias subjetivas, mas à custa de se tornarem alvo de destabilizações exacerbadas, de sentimentos de vazios de sentido, vivências de fracasso e até despersonalização (MANCEBO, 2003, p. 89).

Homogeneidade é algo que segundo Gonçalves (2010) não tem muito a ver com subjetividade. A rapidez nas mudanças impossibilita que as pessoas tenham tempo para refletir e para construir suas identidades, bem como suas relações familiares e sociais. Como assinalam Mourão e Cavalcante (2006), para apropriar-se do espaço, o sujeito precisa da familiaridade com este espaço, e para que isso ocorra é necessária uma relação dialética entre o sujeito e o espaço, além de tempo de vivência. Nesse processo, ao agir sobre o meio, o sujeito modifica o meio e é modificado por ele. É neste sentido, que assinalamos o quão perigoso podem ser esses processos de desenvolvimento que atingem um número cada vez maior de pessoas da classe trabalhadora que não encontram forças para impedir os deslocamentos, as violências, os desmandos contra suas vidas e de suas famílias.

Então, com a flexibilização, o desemprego, o desapego apregoado, sem conseguir refletir sobre sua realidade social por conta das situações de medo, insegurança, o indivíduo passa a preocupar-se apenas em como ele pode sobreviver e, portanto, deixando o coletivo de lado e materializando uma nova configuração de subjetividade, marcada pelo individualismo exacerbado (MANCEBO, 2003). O morador sugere a seguir que tem tentado organizar junto com os outros horticultores, no entanto, não tem tido resultados, visto que cada um só pensa em si e não conseguem cooperação entre si.

Então, falta lá, união, um pouquinho de responsabilidade das pessoas também, pra poder dizer: “ei, você planta esse canteiro aí pra mim?” “planto.” E quando você vai atrás: “não. Já vendi pra outro.” E aí? Aí fica complicado né? Tem que ter um pouquinho de responsabilidade.

Tem tudo pra dar certo. Até hoje não deu certo. Nós já estamos o quê? Com seis anos no polo. A gente veio pra cá com uma promessa de a gente tornar um empreendedor, ser um empresário, um microempresário. Você tá entendendo? E...mas só que não deram as condições, não deram as condições precisas pra isso (ENTREVISTADO 3).

Sem as condições materiais de sobrevivência, dependentes quando muito de uma bolsa ofertada pela empresa, as pessoas não têm condições para priorizar o coletivo. Isso as leva a pensar primeiro em como suprir suas necessidades imediatas. Paugam (2014) afirma que as pessoas ditas pobres se sentem humilhadas e se isolam para tentar dissimular sua condição, além do mais, sua categoria é tão heterogênea, aumentando ainda mais o risco de isolamento social.

Notamos que de início, o morador reflete que as coisas não têm dado certo no polo agrícola porque os moradores são desunidos e não cooperam entre si, levando-nos a crer na reafirmação da ideologia dominante; em seguida, aponta que tem tudo para dar certo e por fim, afirma que nunca tiveram as condições para a transformação real da situação em que se encontram.

Nisso, podemos compreender o que Lane (2012, p. 47) traz: “o confronto entre o nível do discurso e o nível da ação é essencial para se compreender o indivíduo, seja enquanto reprodutor da ideologia como para análise de seu nível de consciência”. Percebendo assim, que o morador apesar de reproduzir a ideologia dominante, já tem pensamentos que põem em xeque a ideia de que a culpa é apenas do indivíduo. Para Sawaia (2006) sem avançar na ação não se avança em consciência e que não basta que se revelem as situações de sofrimento, é preciso que se reflita sobre para poder agir.

Mancebo (2003) faz um alerta sobre a questão reprodução desse discurso e da prática de deslocamentos, desapego tão difundido atualmente, enfatizando que isso gera um problema psicossocial, visto que as pessoas não conseguem mais criar vínculos afetivos com o lugar e com o outro, senso de identidade e de pertencimento, apropriar-se do lugar, enfim.

Além disso, para esses habitantes “modulados” da sociedade, a “inclusão”, a sensação de pertencer a um lugar ou grupo é um grande problema: é uma preocupação diuturna, pois sempre, e em toda parte, se está parcialmente desalojado e deslocado. Assim, pôr-se em contato com novas e múltiplas realidades, em vez de desenvolver um movimento produtivo e inovador, desencadearia uma vivência traumática diante do desassossego trazido pela desestabilização (MANCEBO, 2003, p. 89).

Estrangeiros. É como se sentem muitos dos moradores de Vila Nova Canaã, principalmente, quando apontam que não podem fazer com suas propriedades o que acham que devem fazer. “Aí, se fosse uma coisa que a gente tivesse fazendo mesmo pela conta da gente. Assim, plantar o que a gente tinha vontade de plantar, a gente tava com um sítio

medonho com tudo” (ENTREVISTADA 1 ). E aqui, com esta ideia de que estas pessoas que se sentem como estrangeiras, como nos apontam, inferimos que muitas ainda não conseguiram apropriar-se de seus espaços, ainda não se sentem parte dali, inclusive porque, segundo elas, não podem agir sobre o espaço de acordo como consideram correto fazer. Não lhes é permitido modificar o espaço e transformar em algo que é mais próximo do que lhes parece familiar, do que lhes apetece a necessidade de identificação, são, assim, impedidas, na condição de realocadas, de (re)construírem o seu lugar.

### 6.3 IMPLICAÇÕES ÉTICO-AFETIVAS DA RELAÇÃO COM O NOVO ESPAÇO

*Pra resumir mesmo, foi tirado todo mundo, foi feito os acordos como já foi falado aí, os acordos, que a gente ia ter os benefícios, cumpriram com alguns, outros não. Que a gente ia receber uma comunidade bem estruturada, a gente não recebeu... não vou puxar saco pra empresa, porque eu não puxo saco nem pra mim quanto mais pra empresa, teve algumas coisas que faltou eles cumprirem com a gente que até hoje não cumpriram dentro da comunidade... (ENTREVISTADO 3)*

Sawaia (2003, p. 59) afirma que a “ética é a capacidade do corpo e do pensamento em selecionar, nos encontros, o que permite ultrapassar as condições de existência na direção à liberdade e felicidade, como um aprendizado contínuo”. Sendo que para esta autora, são os afetos que aumentam ou inibem esta capacidade, de modo a conduzir a ação ou não em direção à autonomia do ser humano.

Os afetos nos fazem decidir o que é bom ou não e a partir deles, determinamos se as ações devem ou não ser realizadas. As emoções são controladas a partir da exclusão social e da disciplinarização, impedindo o ser humano de agir de acordo com suas necessidades e desejos (SAWAIA, 2003). Desse modo, a culpabilização, a humilhação e o medo presente no ser humano, submetido pelos diversos processos de exclusão, o impede de agir.

Elali e Medeiros (2011) apontam que o lar é um lugar de importantes vínculos emocionais. É nele que vivenciamos momentos importantes em família, é onde nos abrigamos e para onde sempre voltamos depois de um dia de trabalho. Para vincular-se ao lugar, a pessoa precisa apropriar-se do espaço em questão, e essa apropriação se dá a partir do exercício de domínio sobre o espaço, e para isso não necessariamente, precisamos ter o documento legal (CAVALCANTE; ELIAS, 2011). POL (1996) faz uma comparação da apropriação humana do espaço com a ideia de demarcação territorial que alguns animais fazem, ao usar seus excrementos para demarcar seu território.

Melo (1991) aponta que essa necessidade é tão forte que mesmo em residenciais em que as casas são totalmente iguais, como é o caso do Residencial Vila Nova Canaã, as pessoas

dão um jeito de diferenciar suas casas das demais. Seja plantando uma árvore, mudando a cor das paredes, cercando ou amurando.

No contexto atual da nossa sociedade, as pessoas buscam cada vez mais a sensação de estar seguro, de proteção, o que as pessoas de Nova Canaã encontraram como segurança no residencial é a ideia de ter o documento legal de suas casas, isso pode ser percebido na fala do morador que aponta como uma vitória, já que em Vila Madureira não tinham os tais documentos.

A casa que a gente tinha lá, não era como essa aqui. Ganhar uma casa assim, com título, com seu nome, registrada no seu nome é uma vitória muito grande.

**Pergunta:** os terrenos também já estão nos nomes de vocês?

**Entrevistado:** Ainda não. Ainda não entregaram os documentos das terras lá do polo. Ainda não entregaram. E é uma coisa assim que foi feita assim, tem assim, como eu falei: tem as partes boas e as partes ruins (ENTREVISTADO 3).

Percebemos então que a apropriação deste espaço se dá a partir da casa com documentação. O que para estas pessoas pode significar a garantia de não ter que ser mais uma vez retiradas do seu espaço, ou a realização do sonho da casa própria, visto que a eles foi dito que o lugar que lhes pertencia não era deles pelo fato de não ter documento legal.

Apontamos que quanto mais idade a pessoa tiver, mais dificuldade de apropriar-se terá, pois com a idade os traços psicológicos tendem a se enrijecer e fica mais difícil e desafiador cada mudança (POL, 1996). Ainda mais que não estamos falando de qualquer mudança, estamos falando de lugar dos afetos e vivências de uma vida toda que estão simbolizados no lugar de onde o sujeito foi obrigado a sair.

A ligação com esse lugar também passa a ser percebida na insistente tentativa de transformar o novo espaço (quase oito anos depois) em algo que se aproxime do antigo lugar. Pelas cobranças que os moradores fazem à empresa de tentar recriar o espaço de Vila Madureira com seus açudes de peixes, com os lugares para criação de animais de pequeno porte e tudo o mais que lhes foi prometido e que até o momento não se vê realizado. Os moradores se ressentem muito de ter perdido suas formas de viver e terem sido transformados em horticultores. O morador aponta que gostaria de ter se mantido fazendo o que fazia em Vila Madureira, não é que ele não quisesse aprender coisas novas, mas as novidades seriam complementares.

**Entrevistado:** outra coisa. Não que... se ensinassem a gente, era bom, porque era mais uma, né? Mas aí, se tivessem mantido o que a gente tinha lá, na Madureira.

**Pergunta:** tinha aperfeiçoado, né?

**Entrevistado:** justamente. Muitas pessoas tinham tanques de peixe, trabalhavam com açudes, né? “Olha, isso aqui é isso aqui”. Ia adaptando e renovando também. Mas não. Não aconteceu isso (ENTREVISTADO 3).

Para refletir sobre a relação das pessoas com o novo espaço, precisamos dar centralidade à ideia de ser humano e como se dá sua relação com o outro e com o mundo a que pertence, pensando este sujeito dentro de seus aspectos histórico e social. Não é possível ter a clara compreensão do presente, sem observá-lo a partir do passado e das perspectivas futuras (NEPOMUCENO, ET. AL.; 2008). Neste sentido, abordamos algumas questões que nos fazem compreender melhor as implicações ético-afetivas com o lugar.

A relação com o lugar é criada a partir das vivências que se tem no lugar, com a satisfação de necessidades ou não, com as lembranças que vão permanecendo no decorrer do tempo, com as perdas e ganhos vivenciados ali, com a materialização dos sonhos e com a manutenção de esperanças, com o vencimento de medos e manutenção de outros.

**Entrevistado:** eu acho assim, algumas pessoas, principalmente essas pessoas que têm 360 m<sup>2</sup> de terra não tão trabalhando dentro do projeto, né? A minha área hoje é 1.600 m<sup>2</sup> e mesmo assim falta ainda, falta o que? Digamos que falta... a empresa gastou muito com algumas coisas indevidas, tipo assim, aquelas casas de apoio, foi um investimento altíssimo. Que eles deveriam ter dado apoio para o agricultor: “olha, você faz um projeto. Você vai investir em quê?”. “Eu vou plantar isso” (ENTREVISTADO 3).

O morador aponta alguns fatores que contribuíram para que as pessoas não se mantivessem em Vila Nova Canaã. As pessoas não tinham as condições objetivas de viver no assentamento, visto que seus terrenos eram muito pequenos e a atividade de baixo rendimento, além do mais, muitas pessoas tinham criações de animais, atividades de pesca, criação de peixes em açudes, algumas pessoas não trabalhavam com agricultura, trabalhavam com reciclagem, ou na construção civil, e nada disso foi levado em consideração. Contribuindo então para que as pessoas não se implicassem com o lugar e resolvessem ir embora, vender ou mesmo apenas deixar lá.

Nessa perspectiva, Pol (1996) afirma que a apropriação se refere a um saber fazer histórico mediado pela socialização e, portanto, implica em socialização e potencialidades do sujeito. Se estas potencialidades são desconsideradas, temos aí um complicador da apropriação.

O apego ao lugar não era considerado importante para a psicologia. A partir da década de 1970, alguns pesquisadores (da geografia humana, da sociologia comunitária) começam a questionar sobre a relação pessoa ambiente e a considerar que o apego ao lugar é uma necessidade humana fundamental (LIMA; BONFIM, 2009; GIULIANI, 2004). Destarte, na década de 1990, o apego ao lugar é considerado relevante para o estudo dos aspectos afetivos no relacionamento entre pessoa e ambiente (GIULIANI, 2004), e certamente, os sentimentos

que nutrimos em relação aos lugares contribuem para a formação de nossa identidade e dá sentido à nossa existência.

A uniformização e padronização dos ambientes, na sociedade atual, comparecem como uma dificuldade em relação à necessidade humana de apego ao lugar, porque, cada pessoa, com sua subjetividade e diferenças, tem necessidades que não cabem em um padrão, numa homogeneização. Lima e Bonfim (2009) apontam que esta uniformização e padronização servem como mais um aspecto de desigualdade social, tão presente em nossa sociedade e ainda dificultam que as pessoas se identifiquem com o espaço, porque não podem apropriar-se.

Assim, a probabilidade de vinculação afetiva é minimizada, gerando dessa forma, grande mobilidade espacial ou em outros casos, a possibilidade de desenvolver uma vinculação mais funcionalista ou ausência de apego (LIMA; BONFIM, 2009). É necessário conhecer a origem do lugar para compreender de que forma se deram as relações homem-ambiente em seus diversos níveis: social, histórico, cultural e físico (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Ao ver as imagens de quando a Vila Nova Canaã foi entregue a essas famílias, com suas casas iguais em tamanho, em terreno, em modelo, percebemos uma padronização, que é própria da cultura neoliberal.

Atualmente, podemos identificar que os moradores já fizeram benefícios em suas casas, tentando adaptar o ambiente às suas necessidades, pelo tamanho das residências, pela possibilidade de abrir comércios nos locais de moradia, criando assim, uma renda, já que nem todos os moradores estão trabalhando no polo agrícola, bem como pela necessidade de pontos comerciais na Vila, tais como, mercearias, padarias,

A padronização não foi apenas das casas, a empresa resolveu padronizar até a forma de lidar com a terra. As pessoas se viram obrigadas deixar de plantar o que estavam acostumadas, para cultivar apenas hortaliças e algumas frutas. Após muito tempo, em que a maioria dos moradores já abandonou as hortas, a empresa resolve aceitar que as pessoas plantem, retomem seus cultivos, como em Madureira:

**Pergunta:** A empresa já liberou para o plantio de outras coisas que não hortaliças?

**Entrevistado:** era só alface, cheiro verde, vinagreira, as coisas de horta. Já. Pode fazer porque a gente não tá tendo muito resultado com essas coisas. Tem que dá outro jeito de viver. A gente já tem um pé de manga, já tem uma manga. Se fosse uma coisa que quando a gente chegou, que a gente tivesse plantado o que a gente trouxe, nós tinha muita coisa, tinha muita coisa (ENTREVISTADA 1).

Essas mudanças só começam a fazer parte da vida dessas pessoas porque, o modo de operar com a terra determinado pela empresa não estava gerando a renda necessária para a

sobrevivência dos moradores e para a manutenção do polo agrícola. Na fala dos moradores percebemos que o modelo adotado não faz muito sentido para aquelas pessoas, o que acaba contribuindo para um trabalho alienante.

Pelos depoimentos colhidos neste trabalho, temos a clareza de que os moradores que foram realocados para o município de Paço do Lumiar ainda têm uma conexão importante com a região que circunda a antiga Vila Madureira. Alguns dos moradores da Vila Nova Canaã ainda possui um elo com as redondezas do antigo lugar, tanto que ainda levam seus produtos para vender na mesma feira de antes, a feira do Anjo da Guarda.

Mesmo que a feira diste cerca de 30 quilômetros da atual residência, e apesar da dificuldade de transporte enfrentada pelos moradores para levar a mercadoria, o Anjo da Guarda ainda é o bairro que estas pessoas possuem referências e freguesia garantidas. Encontram mais facilidade para a venda de seus produtos e sociabilidade, afinal mercado não se restringe à compra e venda objetivadas.

Isso pode ser observado quando os agricultores apontam que a cidade de Paço do Lumiar não possui uma feira onde eles possam de fato levar seus produtos e ter um retorno. Por vezes, levam os produtos e acabam retornando com quase toda a mercadoria para casa, como é o caso da maior feira do município, a do bairro Maiobão (Paço do Lumiar).

Um dos moradores que levam seus produtos à feira do Anjo da Guarda, afirma ser muito distante, mas ele consegue levar porque outro morador que tem um carro e também tem um ponto na mesma feira e, como ele afirma, por sorte, o amigo não lhe cobra nada pelo frete, caso cobrasse, ele diz ter certeza que seria muito mais “difícil”. Além do mais, o morador indica ainda não se sentir parte da cidade onde mora atualmente (Paço do Lumiar), não sente-se pertencente ao município, isso fica claro em seu relato:

Não sabia se a gente ia ser recebido pelo município [Paço do Lumiar], que no começo a gente não foi recebido, até hoje acho que... eu não sei se o município já assumiu que realmente a gente existe, uma comunidade de verdade dentro ali, que é o Canaã, temos um posto de saúde, não tem médico, temos o comando [posto da Polícia Militar] onde não temos segurança, se a gente precisa eles mandam a gente ir pra outro lado, procurar pro Cohatrac, “vai pro Maiobão porque a gente não tem”...  
**(ENTREVISTADO 3)**

Apesar de tudo isso, em alguns momentos, os moradores reafirmam construtos da ideologia neoliberal, e este mesmo morador afirma que as coisas só não estão boas para quem não se esforçou, para quem não procurou melhorar. Apontando aí, a culpabilização do sujeito em detrimento de notar que as condições dadas são perversas.

Sobre o processo de assimilar a culpabilização, Guareschi (2014, p, 155-156) nos auxilia a compreender ao afirmar que

Na legitimação da exclusão, é necessário encontrar uma vítima expiatória, sobre quem descarregar o pecado da marginalização, ou quase genocídio, de milhões. Essa vítima é o próprio excluído. O culpado não é um sistema, baseado em relações excludentes, que faz milhões de pobres. Não existe, dentro da ideologia liberal, espaço para o social. Por isso, o ser humano é definido como um indivíduo, isto é, alguém que é um, mas não tem nada a ver com os outros. O ser humano pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso. Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído.

E isso fica claro nas falas das pessoas que introjetaram a ideologia desse sistema excludente e perverso. Apesar de sofrer na pele com a produção do “refugo humano”, com o desemprego generalizado e com as expulsões populacionais de seus *habitats*. Para isso, os discursos dos grandes empreendimentos colaboram muito, pois estão o tempo todo se auto afirmando e negando ao sujeito a voz embora não os calem de todo, pois se expressam de tantas outras formas, tais como gestos, silêncios, ausências ou presenças inusitadas.

Desta forma, reafirmamos que o sofrimento ético político presente nas vidas do ser humano é decorrente dos processos perversos de exclusão social e desigualdade, e que Bauman (2005) aponta ser impossível o desenvolvimento econômico sem que haja a formação do refugo humano.

Em visita ao residencial Nova Canaã, encontramos casas vazias e com placas de aluguel há cerca de um ano, casas que nunca foram modificadas e aquelas que estão totalmente diferentes da casa da planta, adaptadas de acordo com as necessidades de quem nelas vivem e que estão na tentativa de recriar o espaço de modo que ele se torne um lugar significativo.

No polo agrícola, desde a sua implantação, a empresa disponibilizou técnico agrícola, para que as pessoas pudessem ter condições de aprender a plantar. Sim, aprender a fazer o que já faziam e o que lhes dava a sobrevivência. Com isso, segundo os relatos, houve as proibições plantar toda e qualquer coisa, permitia-se plantar apenas o que os técnicos recomendavam. No entanto, as pessoas consideram que não tem dado certo o modo de manejo e, portanto, algumas pessoas começaram a produzir como sempre fizeram em Vila Madureira.

Mesmo com o técnico, não tô achando jeito não. Aí, a gente já tá aí. Tem gente que já está descobrindo uma maneira melhor. Um já planta mandioca, outro já planta macaxeira, outro já planta feijão, já planta, já tá plantando, já tá fazendo sítio, né? Já tá plantando mandioca mesmo no toco, faz que nem no interior, porque a água não tá tendo condição de abastecer todo mundo. Eu não sei o que tem de errado, mas tem coisa aí que não tá dando mais certo (ENTREVISTADA 1)

A moradora se mostra preocupada quanto à sua sobrevivência material e de seus familiares. Afirmando que não entende porque o que ela planta não está vingando, apesar de ter feito tantos cursos e de plantar de acordo com as instruções do técnico agrícola. Lembra

que no início a produção era boa, no entanto, agora percebe que sua plantação não prospera e acrescenta sobre seu medo de quando a empresa deixar de pagar as contas do polo agrícola, que são muito altas em vistas de suas condições financeiras, como afirma outro entrevistado:

**Pergunta:** Parece que a experiência de vida, a experiência de agricultor de vocês não foi levada em consideração?

**Entrevistado:** Foi não. Na Madureira, eu trabalhava com abacaxi, eu plantava muito abacaxi. Eu dizia, “não, quando eu chegar lá, eu vou, na minha área, eu vou investir em abacaxi”. Mas não foi isso que aconteceu, eles transformaram a gente de agricultores em... como é que se dá o nome meu Deus do céu? Produtor rural, acho que é... trabalhar com hortaliças, horticultor, isso, horticultor. Nós éramos agricultores, nós não era horticultores. Então, eles foram trabalhar numa coisa totalmente diferente (ENTREVISTADO 3).

A identidade das famílias foi desconsiderada e foram obrigadas a se tornarem horticultoras e com muitas restrições, pois as hortaliças e frutas que deveriam ser plantadas eram indicadas pelos técnicos da empresa, o que aumentava ainda mais a angústia das pessoas, por não ter segurança se o novo modo de viver lhes traria o mínimo necessário para a sobrevivência.

A gente sempre teve ajuda técnica desde o começo, mesmo assim, alguns técnicos só tinham o nome técnico no nome, mas não entendia era, não entendia nada do que tava ali, entendeu?. A gente precisava de um técnico de verdade que fosse orientar a gente. Hoje, nós temos um lá. Um técnico que é, que realmente, ele chega e pá. “ó, vamos fazer isso pra dar certo”, ele incentiva, ele dá um incentivo, “ó, nós vamos plantar isso que vai dar certo”, “vamos plantar dessa forma” e a gente vai indo. Eu pelo menos tô seguindo, experimentando o que ele tá dizendo (ENTREVISTADO 3).

Sete anos se passaram sem que as pessoas tenham um modo que consideram seguro para trabalhar, para plantar e ter a garantia de que dará certo. Depois de toda a mudança, as pessoas ainda estão experimentando formas de plantar, ainda não consolidaram o modo de ganhar a vida, encontram sérias dificuldades em como lidar com o trabalho que teoricamente deveria sustentá-las e ainda não conseguem fazer, de forma satisfatória, o escoamento da produção.

Apontamos, ainda, como as pessoas são levadas a justificar o “fracasso” daqueles que não têm as condições de se reproduzir diante das condições dadas pela empresa. Isso fica explícito quando o morador relata que a empresa deu 360 m<sup>2</sup> para algumas famílias e que esse pedaço de terra é suficiente para a sobrevivência de uma família, como consta no diálogo a seguir:

**Entrevistado:** Porque tinha pessoas que tinha 74 m<sup>2</sup> e hoje tem, vai vir no documento 360 m<sup>2</sup>, quem tinha menos, né?

Então, pessoas que não tinham nada, tipo assim, como foi dito lá: que tenha um filho e meu filho tem um quatinho na minha casa, eles deram casa, além de ganhar casa eles ainda ganharam lá o terreno, 360 m<sup>2</sup> de terreno que dava lá o, que foi calculado que dava pra eles trabalharem pra poder tirar o sustento.

**Pergunta:** E dá pra tirar o sustento com 360 m<sup>2</sup> de terra?

**Entrevistado:** Dá, se a pessoa for ver os japoneses, até em menos eles tiram. Então, dá. A pessoa dá pra tirar sim.

**Pergunta:** Mas aqui pra nossa realidade, o senhor acha que dá?

**Entrevistado:** Não. Pra nossa não dá. Não pra se sustentar com 360 m<sup>2</sup> de terra, não dá (ENTREVISTADO 3).

Então, percebemos que as pessoas justificam e culpabilizam o sujeito de forma consciente ou inconsciente. Quando, na verdade, essas pessoas que possuíam um terreno menor, muitas vezes, como foi apontado em documentos (DIEFERENCIAL, 2008; GRUPO EBX, 2012) da própria empresa e em trabalhos acadêmicos como o de Pereira (2010), elas não viviam apenas da agricultura, mas tiravam seu sustento a partir dos recursos naturais existentes nas proximidades do local em que viviam ou ainda, utilizavam aquele lugar como retiro, descanso.

A subjetividade, tal como é compreendida no presente texto, tem sua gênese na sociedade, sem ser uma tradução imediata do social. O fato de ser historicamente configurada não lhe tira a capacidade de criar novos sentidos, através da atividade prático-material e das dores e alegrias, que corpos e mentes experimentam nos encontros face a face ou anônimos (SAWAIA, 2004, p. 63).

Com esta concepção de homem, estamos afirmando o potencial criativo do ser humano, sem negar que a sociedade tem características, tais como a exploração e a exclusão social, os preconceitos, que influenciam e constituem a subjetividade sem, no entanto, nos transformarmos apenas nisso.

É importante notar o quanto essas pessoas sofrem e que elas percebem que mesmo nas dificuldades há esperança, como relatara o Entrevistado 3: “não vou dizer que é só coisa ruim não. Tem coisas boas e coisas ruins”. Semelhantemente, em seu trabalho, embora noutro contexto, Sawaia (2009, p. 365) aponta que apesar da desigualdade social, o ser humano não deixa de tentar viver/sobreviver e que há sim, “sofrimento, medo, humilhação, mas também há o que o ser humano possui de mais extraordinário: a vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança parece morta”. E consideramos que é isso que ainda move estas famílias, que ainda as faz ter a força para lutar todos os dias e ter esperança de que as coisas podem melhorar.

Pensemos então, será que o progresso é o futuro que queremos? É o futuro que querem essas famílias? Esse progresso capitalista que destrói pessoas, comunidades, modos de vida, destrói cidades? Gonçalves Filho (2003, p. 237) escreve que “uma cidade que progrediu segundo a febre do capitalismo regrediu em beleza, nem mais livre e nem mais amiga. É a cidade que querem os vencedores” e têm-se aqui por vencedores, aqueles que têm estado com a força nas mãos, força política e econômica.



## 7 CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR

As análises deste trabalho têm o objetivo de apontar como famílias desapropriadas e deslocadas compulsoriamente elaboram seus modos e meios de vida em seu espaço de reassentamento e, para a compreensão disto, elencamos como objetivos específicos entender os modos e meios de vida das famílias antes e depois do deslocamento compulsório e comparar suas implicações ético-afetivas e comunitárias com os espaços de antes e de agora.

Deste modo, observamos que o modelo de desenvolvimento vigente não visa o bem estar social, mas sim o aumento (quanto mais, melhor) dos lucros para o grande capital, sem pensar nas camadas menos favorecidas. Há nesse modelo, a guerra pelos lugares (SANTOS, 2001; ROLNIK, 2015), na qual as pessoas vivem a angústia da incerteza de não saber até quando viverão em seu lugar, pior ainda, as pessoas não têm o direito de ter seu lugar garantido em detrimento dos grandes projetos.

Apesar de todo o discurso de desenvolvimento e melhoria de vida, o que essas populações têm recebido é nada mais que o ônus do desenvolvimento econômico em prol de lucrativos negócios que destroem meios e modos de vida e ainda ganham prêmios de eco desenvolvimento por seus feitos. E que fique claro, não estamos falando de um caso que aconteceu isoladamente, este trabalho trata de uma questão que se tornou corriqueira, estamos demonstrando um dentre milhares que ocorrem mundo afora, todos os dias pessoas são deslocadas violentamente, expulsas de suas terras e moradias, seja porque se resolve sediar eventos esportivos (copa do mundo de futebol ou jogos olímpicos), seja porque precisam produzir mais energia que vai gerar mais desigualdade, seja por milhares de outras questões. O fato é que as pessoas têm sido anuladas, violentadas em nome de um “desenvolvimento tão destrutivista”, como Chico César canta na canção “Reis do agronegócio”.

Vocês desterram povarêus ao léu que erram/ E não empregam tanta gente como prega/ Vocês não matam nem a fome que há na terra/ Nem alimentam tanto a gente como alegam/ É o pequeno produtor que nos provê e os/ Seus deputados não protegem, como dizem/ Outra mentira de vocês, pinóquios veios/ Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?[...] Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve/ Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista/ Mas até hoje na verdade nunca houve/ Um desenvolvimento tão destrutivista/ É o que diz aquele que vocês não ouvem/ O cientista, essa voz, a da ciência/ Tampouco a voz da consciência os comove/ Vocês só ouvem algo por conveniência [...] Vocês que enxotam o que luta por justiça/ Vocês que oprimem quem produz e que preserva/ Vocês que pilham, assediam e cobiçam/ A terra indígena, o quilombo e a reserva/ Vocês que podam e que fodem e que ferram/ Quem represente pela frente uma barreira/ Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra/ O extrativista, o ambientalista ou a freira (CESAR, 2015).

Vila Madureira foi vítima da ampliação de produção de energia elétrica para garantir o sistema de saque das riquezas via o avanço da indústria e da infraestrutura do capital.

Entretanto, a despeito do sofrimento e das drásticas transformações sofridas no modo de viver, de produzir e de estar no mundo, as pessoas reassentadas na Vila Nova Canaã passaram a engendrar estratégias de resistências aos métodos da empresa para reinventarem outros códigos, outras formas de ressignificar o novo espaço e pouco a pouco transformá-lo em seu novo lugar com novas referências e novos sonhos, como a recente incorporação do seu modo de produção experimentado em Vila Madureira. Embora ainda o despego forçado de Vila Madureira, para a maioria, se imponha como sofrimento e dor.

José de Souza Martins (2002, p. 21) aponta que “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras”. A perda do lugar, do modo de vida, as humilhações e constrangimentos sofridos por essas pessoas apontam para uma vivência que os inclui sem levar em consideração o que essas pessoas avaliam como importante, como bem estar físico e social.

Como podemos observar a guerra pelo lugar (ou pelos lugares) traz consigo o sofrimento e a humilhação como marcas das injustiças sociais presentes neste modelo de sociedade que é excludente, injusto e que não tem pensado no bem estar social do ser humano.

Se a nossa busca é por indivíduos que sejam saudáveis e que estejam aptos para construir e transformar sua realidade social, precisar trabalhar no sentido de conceber esse sujeito a partir de algo que lhe é inerente, portanto, não podemos descartar sua história, tratá-lo como indivíduo fora do contexto social, porque é isso que mascara as desigualdades sociais e banaliza o sofrimento humano. A atuação da psicologia deve ser no sentido de resgatar o homem dos seus medos, como aponta Gonçalves (2003), tornando-o apto a participar da transformação da realidade que o humilha, que lhe impõe o vazio existencial, que o explora e oprime.

O desafio que se mostra para a psicologia “é a necessidade e mesmo a oportunidade de, em algumas de nossas pesquisas, aliar o trabalho de pesquisa com a intervenção” (AGUIAR, 2015, p. 161). Desta forma estaríamos fortalecendo a pesquisa e dando à sociedade a contribuição de fortalecimento do compromisso social da psicologia e construindo o conhecimento junto com as pessoas e comunidades. Nossa *práxis* precisa estar aliada à defesa dos direitos humanos e das minorias (que são maioria) que sofrem e se angustiam e que cultivam a esperança de dias melhores.

É certo que não temos de imediato, respostas e soluções aos problemas de sofrimento ético-político que nos são colocados, mas estamos em processo de entendimento e mediação, que agora ousemos discutir sobre os temas que antes não víamos, ou fingíamos não ver, porque são negados pelos discursos hegemônicos, mas que sempre deixaram rastros de suas múltiplas e intensas cores. Certamente, podemos contar com uma psicologia que tem compromisso com o que há de mais importante na relação do homem com o mundo, com o outro e consigo mesmo: o social.

Diante de tudo isso, pudemos verificar que as comunidades vizinhas de Vila Madureira, que ainda resistem às investidas do grande capital, têm se organizado e mantem-se fortes na tentativa de proteger seu território, seus costumes, seus vínculos ético-afetivo com o lugar. Embora estejam em uma guerra difícil e injusta contra um Estado que ora se omite, ora está definidamente do lado dos empreendimentos privados, elas mantêm-se firmes na luta.

Veem como saída para sua peleja a criação da RESEX de Tauá-Mirim que há muito deveria ter sido implementada, no entanto, a Reserva é vista, pelo Estado e pelo capital, como um impedimento ao desenvolvimento econômico do estado, e não como uma forma de manter viva a cultura, os modos e meios de vida de um povo e até mesmo um meio de sobrevivência de uma cidade. São Luís para continuar habitável, necessita que entremos na luta contra estes empreendimentos que poluem, que destroem os rios, as vidas, comunidades, o mar, a água.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Território, Localismo e política de escalas. In ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **Cidade, ambiente e política: problematizando a agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ADRIANCE, M. C. **Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.
- AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- AGUIAR, W. M. J. Reflexões a partir da Psicologia Sócio-histórica sobre a categoria consciência. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 125-142, julho/ 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Rev. Travessia**. maio/agosto, 1996, pp. 30-35.
- ALVES, E. de J. P.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; MENDONÇA, B. R. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís,. v. 5 Número Especial. Semestral. 2007, p. 29-40.
- ALVES, E. J. P.. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil », **L'Ordinaire des Amériques** [Online], 221 | 2016, Online since 18 November 2016, acessado em: 27 February 2017. Acessível em: <http://orda.revues.org/3178> ; DOI : 10.4000/orda.3178
- ANDRADE, M. de P.; SOUZA FILHO, B (orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- ANDREY, A. A. Psicologia na comunidade. In LANE, Silvia T. M; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ARRUDA, R.. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Rev. Ambiente & Sociedade** - Ano II - No 5 – 2º Semestre, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2016.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTIVI, D. **Da lavoura ao concreto**: os impactos sociais causados pela construção da Refinaria *Premium I* em Bacabeira. Dissertação de mestrado em Psicologia Social PUC- SP. São Paulo, 2012.

BERGER, Peter. L. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. spe. 2), 60-69, 2014.

BOCK, A. M. B. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, A.M. A visão sócio-histórica do fenômeno psicológico. BOCK, A. M. A. **As aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia**. São Paulo: EDUC: Cortez Editora, 1999. p. 23-34.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030** Colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília : MME : EPE, 2007. 12v.

CARVALHO MARTINS, C. **Os deslocamentos como categoria de análise**: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CARVALHO, F. C.. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais**: o caso da usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade de Brasília – UNB, 2011.

CARVALHO, F. C.; CIDADE, L. C. F. Conflitos territoriais em São Luís do Maranhão pela implantação da Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui. **GEOgraphia**, Vol. 16, No 32, 2014.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. Apropriação. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 63-69.

CESAR, C. **Reis do Agronegócio**. Estado de Poesia (Álbum). : Chico César. Gravadora: Laboratório Fantasma. Lançado em junho de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação das (os) psicólogas(os) em questões relativas a terra**. CFP – Brasília: CFP-2013. 122p. ISBN: 987-85-89208-63-5.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Seminário nacional: **a questão da terra e os desafios para a psicologia**. CFP – Brasília: CFP-2006. 180p.

CORRÊA, M. C. C; DINIZ, J. S. **Do território à reterritorialização: o caso da Vila Residencial Nova Canaã, Paço do Lumiar - MA. VI JOINP, São Luis – UFMA, 2013.**

DAMERGIAN, S. **A construção da subjetividade na metrópole paulistana: desafio da contemporaneidade.** In: PINHEIRO, José Q. et al. Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano. São Paulo: PUC, 2001, p. 87-120.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita.** 2011. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/b09ufc.htm>, acesso em: 01 jul. 2016.

DIAS, T. **São Luís possui um lixão a céu aberto em cada bairro.** Portal de notícias G1Maranhão. Publicado em 28 de abr. 2013. Acessível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/04/estudo-mostra-que-sao-luis-possui-um-lixao-ceu-aberto-em-cada-bairro.html> Acessado em: 28 de jan. 2017.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da Natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIFERENCIAL. E. E. P.Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA).** Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui) Fevereiro, 2008.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 53-62.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

EWALD, A. P.; GONÇALVES, R. R.; BRAVO, C. F. O espaço enquanto lugar da subjetividade. **Rev. Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, Vol. VIII: Nº 3, p. 755-777 – set/2008.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. **O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa.** Estud. psicol. (Campinas) vol.29 no.4, Campinas: Oct./Dec. 2012.

FERREIRA, A. J. A.. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado, presente; há futuro?** São Luís – MA: EDUFMA, 2014.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p.116-132, julho/ 2002.

FRIED, M. Grieving for a lost home: psychological costs of relocation. In: WILSON, J. Q.. **Urban Renewal: The record and the controversy.** 2nd., Massachusetts Institute of Technology Cambridge, Massachusetts, and London, England: The M.I.T. Press, March 1968.

FURTADO, O. Psiquismo e subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

G1 MARANHÃO. **Maranhão é um dos piores estados nos índices sociais do país**. Acessado em 28 de jan. 2017. Acessível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/01/nas-areas-mais-pobres-do-maranhao-quase-90-das-casas-nao-tem-esgoto.html>, Edição do dia 15/01/2014.

G1 MARANHÃO. MPF-MA quer que usina do Porto do Itaqui reduza emissão de poluentes. Publicado em 07 de jul. de 2016. Acessível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/07/mpf-ma-quer-que-usina-do-porto-do-itaqui-reduza-emissao-de-poluentes.html>

GEDMMA. **MA: Relatório sobre as consequências da instalação da Termoelétrica do Porto do Itaqui (MPX)**. Relatório de Pesquisa de Campo, 2009 (Não publicado).

GEDMMA. **Relatório de pesquisa de campo: Vila Madureira e Camboa dos Frades**. São Luís: UFMA, 2009.

GEDMMA. **RESEX de Tauá-Mirim**: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil. Relatório socioantropológico, 2014.

GISTELINCK, F.. **Carajás**: usinas e favelas. São Luís: gráfica minerva Ltda, 1988.

GIULIANNI, M. V.. O lugar do apego nas relações pessoa ambiente: o que dizem os idosos? In TASSARA, E. T. de O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

GOMES, L. M. **A produção da subjetividade e a apropriação do espaço na periferia urbana**. Monografia. Universidade do extremo sul catarinense – UNESC. 2008.

GONÇALVES, M. G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, M. G. M. Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. L. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **Revista ECOS** – Volume 2, Número 2, 2012.

GONZALEZ REY, F.L. a questão das técnicas e os métodos em psicologia: da medição à construção do conhecimento psicológico. In: BOCK, A.M.B. (org.) **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRONEMEYER, M. Ajuda. in SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRUPO EBX. **Grupo EBX: projeto de realocação da MPX no Maranhão**. Publicado em 2012. Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LYp08xcoUQ>, acessado em 24 jan. 2017.

GUARESCHI, P. A.. Relações comunitárias – relações de dominação In: CAMPOS, R.E. de F. (org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUARESCHI, P.A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In.: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

IEMA – Instituto de Energia e Meio Ambiente. **Evolução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil (1990-2013) Setor de Energia e Processos Industriais**. Brasil, 2015.

IEMA. **Documento de análise: Emissões de GEE do setor de energia, processos industriais e uso de produtos**, Brasil, 2016.

JABER, M; SILVA, R. **As táticas de re-existência no enfrentamento dos conflitos socioambientais no estado de Mato Grosso – Brasil**. 37ª Reunião Nacional da ANPED – UFSC – Florianópolis, outubro de 2015.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O Processo de Apropriação do Espaço e Produção da Subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 24 n. 2, pp. 195-200, 2008.

JODELET, D. Os processo psicossociais da exclusão. In.: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

LANE, S.T.M.. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 14ª ed., 2012.

LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M.; XIMENES, V. M. Criminalização dos movimentos sociais do campo. In.: HUR, D. U.; LACERDA JR., F. (orgs.) **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LILLYWHITE, S., KEMP, D.; STURMAN, K., (2015). **Mineração, Reassentamento e meios de vida perdidos: ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique**. Oxfam: Melbourne.

LIMA, D.M.A; BONFIM, Z.A.C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Revista Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, pp. 491-497, out./dez. 2009.

LITTLE. P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série antropologia, Brasília: UNB, 2002.

MACEDO, D., OLIVEIRA, C. V., GÜNTHER, I. A., ALVES, S. M., & NÓBREGA, T. S. (2008). O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: O que dizem os idosos? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 441-449.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor:** Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém : UFPA, 2007.

MANCIBO, D. Contemporaneidades e efeitos de subjetivação. In.: BOCK, A.M.B.(Org.) **Psicologia e compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** 11. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. A territorialização de assentados e reassentados no rio grande do sul: os espaços de vida no contexto da luta pela terra. *Rev. FSA*, Teresina, v. 11, n. 2, art. 13, p. 261-273, abr./jun. 2014.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. – São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, R.G.C. **Psicologia ambiental:** uma nova abordagem da psicologia. *Psicologia USP:* São Paulo, 2(1/2): 85-103, 1991.

MENDONÇA, B. R. **Peregrinos do desenvolvimento:** conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA. Artigo apresentado ao XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia – ALAS, Chile, 2013.

MENDONÇA, B.R. **Continuum Colonial:** colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do maranhão, brasil. Tese Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGSoc, UFMA, 2017.

MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C.. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Repocs**, v.13, n.26, jul/dez. 2016.

MIRANDA, A. C. P.; MAIA, M. R. S.; GASPAR, R. B. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In. SANT'ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.* São Luís: EDUFMA, 2009.

MOLER, L. B.. **Nosso modo de vida vale a pena:** estudo sobre pescadores artesanais maranhenses. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2011.

MORAIS, N.C.F. **A PONTE DA ESPERANÇA:** O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). Monografia de graduação. São Luís: UEMA, 2006.

MORAIS, T. J. **Apego e identidade de lugar**: uma análise do processo de adaptação de sujeitos deslocados compulsoriamente. In IV SEDMMA: Territórios, mineração e desigualdades ambientais no Brasil: diversidade sociocultural e luta por direitos. São Luís – MA, 2015.

MORAIS, T. J. **A interferência dos deslocamentos compulsórios na formação da subjetividade humana**: uma análise a partir de grandes projetos de desenvolvimento. São Luís – MA, 2015b (Não publicado).

MORAIS, T.J. **A sustentabilidade em grandes empreendimentos**: comunicação e relacionamento com a comunidade no caso da implantação da Usina Termelétrica Porto Itaqui. Monografia curso de Comunicação Social – Relações Públicas: UFMA, São Luís, 2016.

MOURÃO, A.R.T.; CAVALCANTE, S.. **O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada**. Estudos de Psicologia. 11(2), pp. 143-151, 2006.

MOURÃO, A.R.T.; CAVALCANTE, S.. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, L.S; SARUBBI, M.R.M.; SOUZA, P.P. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. In.: **TransFormações em Psicologia** / Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. – Vol. 2, n. 1. Semestral. São Paulo, USP-IP, 2009.

NICOLAS, D. H.. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

NOGUEIRA, M. L. M.. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 69-86, Jan./Abr. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Moradia adequada, por Raquel Rolnik. IPPUR/UFRJ, Agosto de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2Q4Th51Ek> acesso em: 19 de mar 2017.

PARREIRA, M. D. **Deslocamentos compulsórios nas áreas de abrangência das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II**. Uberlândia – MG, Monografia do curso de Geografia - UFU, 2008.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis: editora Vozes, 2014.

PAZINI, G.; JERÔNIMO, R. N. T. Da apropriação do espaço familiar à busca da apropriação do espaço asilar no enfoque da Psicologia Ambiental. **Gaia Ciência**, 3(2): 13-22, 2009.

- PEREIRA, P. M. N.. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica.** São Luís – MA, monografia do Curso de Serviço Social – UFMA, 2010.
- PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, G. (Orgs.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- POL, E. La apropiación del espacio. En L. Iñiguez y E. Pol (Coord) **Cognición, representación y apropiación del espacio.** Barcelona, Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals nº 9, 1996.
- RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C de. **“Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária”.** Rev. Psicologia & Sociedade; 20 (2): 174-180, 2008.
- REBOUÇAS, L. M.. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal de Paranapanema.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
- RODRIGUES, C. M. C. **Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista- SP.** Campinas-SP, dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ROLNIK, R. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e a moradia na era das finanças.** Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SÁ, L. M. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2007.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A; PEREIRA, M. J. F; ALVES, E. J. P; PEREIRA, C. R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos).
- SANTOS, M. J. C. **Trabalhadores em situação de desemprego: análise das implicações subjetivas decorrentes do processo de paralização das obras da refinaria premium I.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia. UFMA, São Luís, 2014a.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia** – Ano. 1 – No 1, 1999.
- SANTOS, M.; (em colaboração com Denise Elias) **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia** - 6. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b. - (Coleção Milton Santos)
- SANTOS, P. C.. **Discurso da mídia impressa sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís – MA.** Tese de doutorado – Programa de Pós graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico úmido, UFPA, 2010.
- SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R.E. de F (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC (Org.), **Muitos lugares para aprender** (pp. 53-63). São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis: editora Vozes, 2014.

SAWAIA, B.B. Contextos socioculturais na construção da subjetividade e da exclusão. In. SILVA, M.V.O. (coord.) **Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão**. p. 61-73. São Paulo: Casa do Psicólogo, Brasília: DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

SAWAIA, B.B. Dimensão ético-afetivo do adoecer da classe trabalhadora. *In.*: LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B. (orgs.) **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006.

SCALON, C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SHOO, M. **Da margem ao centro: o outro lado do desenvolvimento**. Roteiro e direção: Márcia Shoo; Realização: PACS – Instituto políticas alternativas para o cone Sul. Direção e Roteiro: Márcia Shoo; 34min 30s, Ano de lançamento: 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y9mYXhGIGHQ>, Acesso em: 17 set. 2015.

SILVA, G. M. **Traços desejantes da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889 - 1970)**. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas, UFMA: São Luís – MA, 2012.

SILVA, R. A. Termelétrica, UTE Porto do Itaqui: A falácia dissimulante da MPX & EBX e a CPI do Eike Batista. **ECODEBATE**, maio/ 2008. Acessado em: 14 de mar. 2017. Acessível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/05/17/termoeletrica-ute-porto-do-itaqui-a-falacia-dissimulante-da-mpx-ebx-e-a-cpi-do-eike-batista-artigo-de-ronald-de-almeida-silva/>

SILVA, V. P.; SOUZA, C. L.. Efeitos Espaciais e Sociais de Grandes Projetos: Territórios, territorialidades e Deslocamentos compulsórios na área de abrangência da usina hidrelétrica de Miranda no rio Araguari, em Uberlândia – MG. **rev. Horizonte Científico**, vol. 4, n.01, ago. 2010.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: editora Alfa-ômega, 1979.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Rev. Território**, ano II, nº 3, jul./dez. 1997.

SOUZA, V.L.T.; VENÂNCIO, M.M.R.; MONTEZI, A.V. O sofrimento ético-político de jovens que cumprem medidas socioeducativas: uma análise da perspectiva da psicologia histórico-cultural. *In*: BERNARDO, M.H.; GUZZO, R.S.L.; SOUZA, V.L.T. (orgs.)

**Psicologia social:** perspectivas críticas de atuação e pesquisa. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2013.

STEINHORST DAMASCENO. E.; SANT'ANA. H.A.S.J. Conflitos Ambientais e a Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. IN.: ALMEIDA, J. GERHARDT, C., MAGALHÃES, S.B. **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil:** práticas, políticas, conflitos, interpretações - Dossiê 3 /. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. 206 p.

STEINHORST DAMASCENO. E.; SANT'ANA. H.A.S.J. **Neodesenvolvimentismo e conflitos relacionados ao território na Resex de Tauá-Mirim**, São Luís – MA. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

TEMPS, R. L. C. **Resistir e desistir:** um estudo sobre os atingidos por barragens Mauá/ PR. Dissertação de mestrado. PUCSP: SP – 2013.

TOMANIK, E. A.; CHAVES FILHO, M. M F; LUCAS, S. M. Ocupação do espaço, exclusão e representações: uma contribuição da psicologia social aos estudos ambientais. In. ZANELLA, A.V., et al., org. **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

TUAN, Y. **Espaço e lugar:** perspectiva e experiência. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VALADÃO, V. A.; BARCELLOS, G. H. Privatização da terra: intersecções das questões agrárias e ambiental. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 145-169, jul./dez. 2012.

VASCONCELOS, N. A. de. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R.E. de F (org.). **Psicologia social comunitária:** da solidariedade à autonomia. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

XIMENES, V. M. **Implicações psicossociais da pobreza.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

## *APENDICE I – Apresentação do Trabalho aos Moradores*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**Tamires de Jesus Morais<sup>15</sup>**

### APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende abordar algumas questões do processo de deslocamento compulsório de famílias em prol da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, com um enfoque aos processos intrínsecos aos modos e meios de vidas daqueles que são compulsoriamente retirados do lugar de onde viveram por toda a vida. Fazemos este estudo a partir do caso de implantação da UTE Porto Itaqui, da empresa Eneva, em São Luís - MA. Trata-se de uma proposta de investigação sobre como estes grupos deslocados elaboram seus modos e meios de vida em seu espaço de reassentamento. Para tanto, compararemos os modos e meios de vida das famílias e sua implicação ético-afetiva e comunitária antes e depois do deslocamento compulsório. Além de avaliarmos em que medida o processo de deslocamento interfere nas relações comunitárias desses sujeitos. Deste modo, o percurso da construção deste trabalho se dá pela via da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com entrevistas, utilizando a história oral de vida, para a produção textual do trabalho dissertativo.

### CINE DEBATE

A mestrande e psicóloga Tamires Morais lhe convida para participar da pesquisa “Grandes Empreendimentos e Comunidades Tradicionais: implicações subjetivas de famílias deslocadas compulsoriamente”.

Na ocasião será apresentado um vídeo-documentário e haverá uma conversa sobre o tema.

Vídeo: “Águas para a vida ou para a morte?”

**Local:**

**Horário:**

**Dia:**

---

<sup>15</sup> Aluna do mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

## **APÊNDICE II – Roteiro de entrevista**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**Tamires de Jesus Morais**

### Roteiro de Entrevista

1. Como se deu a inserção o processo de implantação?
2. Em que momento você ficou sabendo que iria ter que sair da sua casa?
3. Como foi o processo de deslocamento?
4. Qual a sensação, os sentimentos de ter que sair de casa?
5. Como avalia que está hoje?
6. Quais eram as percepções em relação à construção da Termelétrica?
7. Quais as expectativas que nutriam em relação à construção da UTE Porto do Itaqui?
8. Como você se sente em relação a todo o processo de deslocamento e reassentamento?
9. Quais as principais mudanças na sua vida com esse processo de deslocamento?
10. Você se identifica com a vila Nova Canaã?
11. Quais os sentimentos vivenciados na moradia em que se encontra na Vila Nova Canaã?
12. Como você percebia o lugar que morava, a Vila Madureira?

## APÊNDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

1. GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: implicações subjetivas de famílias deslocadas compulsoriamente

#### *2. Descrição sucinta da pesquisa*

Esta pesquisa tem por finalidade analisar como famílias, desapropriadas e deslocadas compulsoriamente, elaboram seus modos e meios de vida em seu espaço de reassentamento.

Deste modo compararemos os modos e meios de vida das famílias antes e depois do deslocamento compulsório, bem como as implicações ético-afetiva e comunitária das famílias com o seu espaço antes e depois do deslocamento compulsório; e por fim, avaliaremos em que medida o processo de deslocamento interfere nas relações comunitárias desses sujeitos.

#### *3. Descrição dos procedimentos*

*Para tanto*, utilizaremos para a realização deste trabalho, o método com um viés qualitativo, entendendo que existe um nível na realidade social, o qual não é possível ser mensurado, pois ele diz respeito aos significados, valores e motivações que estão relacionados com relações mais profundas e processos, os quais não podem ser operacionalizados a partir de variáveis numéricas (MINAYO, 2001). Neste sentido, a pesquisa qualitativa tem a preocupação de aprofundar as questões referentes à significação que as ações e as relações possuem, de modo que estas, subjetivas que são, não podem ser detectadas estatisticamente.

A primeira atividade realizada será uma dinâmica a partir da projeção de um vídeo que fala sobre a questão do deslocamento compulsório, enfatizando as questões econômicas, sociais e culturais destes grupos. A intenção é fazer o grupo discutir sobre o seu próprio deslocamento e as questões que lhes tocam nesta relação. O vídeo “águas para a vida ou para a morte?” é um documentário sobre os impactos sociais, econômicos, históricos, culturais e jurídicos decorrentes da construção da barragem de Acauã, na Paraíba, produzido pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), disponível no youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY&feature=share>).

E em seguida serão realizadas entrevistas, que serão usadas para demonstrar, a partir do lugar de fala das pessoas, de que modo sua vivência de deslocamento compulsório influencia nas suas relações comunitárias, nas relações com o/os lugar/es e na forma que estão utilizando para ressignificar seus modos de vida no novo espaço que vivem. Para tanto, as entrevistas devem ser gravadas ou filmadas e posteriormente transcritas e utilizadas de acordo com o projeto e com os preceitos éticos da pesquisa com humanos.

4. Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador

é a mestranda Tamires de Jesus Morais, que pode ser encontrado no endereço Av. dos Portugueses, n 1966, Cidade universitária, Campus Dom Delgado. telefone(s) 98 98179-7212. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o CEP – Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia – O CEP/UFMA funciona na Avenida dos Portugueses, n 1966, Campus Dom Delgado, Prédio do CEB Velho, PPPG, Bloco C Sala 07.

5. Garantia de saída: é garantida a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem qualquer prejuízo;

6. Direito de confidencialidade: será preservada sua identidade, assim como as identidades de todas as pessoas por você referidas. Caso o participante autorize, o nome dele poderá ser utilizado no texto resultante da pesquisa, de acordo com os preceitos éticos da pesquisa em psicologia.

Eu, \_\_\_\_\_, acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o estudo “GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: implicações subjetivas de famílias deslocadas compulsoriamente”.

Aceito a divulgação do meu nome e imagem e da atividade em grupo na pesquisa:

( ) Sim ( ) Não

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

\_\_\_\_\_ / /

Assinatura do participante ou representante legal                      Local              Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_ / /

Assinatura do responsável pelo estudo                      Local              Data